



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estudos Estratégicos



2006/Nº 05



Cadernos de
Estudos
Estratégicos

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

Dezembro - 2006

Cadernos de Estudos Estratégicos

O “Caderno de Estudos Estratégicos” é uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Com tiragem de 500 exemplares, tem circulação de caráter nacional e internacional. Edição irregular.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Centro de Estudos Estratégicos - CEE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 05 (Dez 2006) - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2006 - p. v.; 21cm

Edição Irregular

132 p.

ISSN 1808-947X - Cadernos de Estudos Estratégicos

1. Cultura. 2. Relações Internacionais. 3. Modernidade. 4. Axiologia. 5. Praxiologia. 6. Polemologia. 7. Cratologia. 8. Segurança.

Comandante e Diretor de Estudos
Gen Ex José Benedito de Barros Moreira

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos
Prof. Edimar Pereira de Oliveira

Dezembro - 2006

Sumário

Quem somos	05
Uma questão fundamental <i>Jorge Calvario dos Santos</i>	09
A defesa militar da União Européia <i>Delano Teixeira Menezes</i>	19
Cultura tecnológica e sociedade de consumo <i>Gerardo José de Pontes Saraiva</i>	46
Inflação, Juros e Globalização <i>Moisés Glat</i>	61
A questão do gás na América do Sul <i>Giuseppe Bacoccoli</i>	65
Uma nova estratégia econômica para o Brasil <i>João Paulo de Almeida Magalhães</i>	97
Reflexões sobre o Protocolo de Kioto <i>Maria Cristina Goiana Fedozzi</i>	117

Quem Somos

*O contrário de uma verdade profunda
não é um erro, mas uma outra verdade.*

Niels Bohr

*O contrário de uma verdade não é um
erro mas uma verdade contrária*

Blaise Pascal

O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra tem a iniciativa de editar seu “Cadernos de Estudos Estratégicos”. Essa publicação é produto de intenção e determinação dos integrantes do Centro de Estudos Estratégicos (CEE).

Lembrando Confúcio que nos ensinou que “Saber e não fazer, ainda é não saber”, acreditamos que sem publicar nada permanece. Daí a necessidade de fazer acontecer os estudos, seminários e pesquisas que serão fontes permanentes de idéias que constituirão essa publicação.

Entendemos todos nós, membros do CEE, que estamos todos, virtual e realmente, submetidos ao que Ignácio Ramonet denominou de “pensamento único”. Por tal razão o pensamento de todos nós, ou ao menos da maioria de nós todos, decorre de matrizes exógenas que não possibilitam a reflexão, conduzem ao fazer sem pensar, e que nada tem a contribuir para o pensamento original brasileiro.

Há que fugir do pensamento único que remete ao pragmatismo de uma consecução. Temos pouco tempo para viver, evoluir e construir uma nova e melhor civilização, e muito para saber. Por isso não podemos viver sem saber e não podemos saber sem viver. Daí a necessidade fundamental de publicar as idéias que constam dos estudos, conferências e pesquisas sob a coordenação do Centro de Estudos Estratégicos.

Nessa linha de pensamento, os Cadernos de Estudos Estratégicos têm presente o ensinamento de Michel de Montaigne que nos ensina que “mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça cheia”. Com isso pretende a coordenação do CEE dispor

aos leitores os pensamentos que fazem parte deste e d'outros Cadernos que se seguirão, para que possa o leitor refletir e não apenas repetir o que outros já pensaram, e que os que optam por não refletir e buscam assim se conduzir por ser mais fácil ou mais simples não entender, mas se contentam em apenas saber da existência do que por outros foi formulado.

J. G. Jung, em nota preliminar do seu dogma da Trindade, nos mostra que o homem que apenas crê e não procura refletir termina por esquecer que é um ser exposto à dúvida. Dúvida essa que se coloca como seu inimigo íntimo. Isso porque a dúvida está a espreita onde a fé domina. Entretanto, para aquele que pensa e que possui bons propósitos, a dúvida deve ser sempre bem aceita. Ela é um importante passo para a consolidação de um saber mais seguro. Assim pode o homem de fé, submetido à dúvida, ser abraçado por permanente reflexão, e por isso evoluir entendendo o que ocorre no processo geral da evolução humana, e evoluir como ser num mundo em que o ser deixa de ser o próprio ser.

Para os homens que crêem, e dialogam com a dúvida, nenhuma explicação é necessária. E para os que não crêem, por isso não aceitam a dúvida, nenhuma explicação é possível, como nos ensinou Santo Inácio de Loyola. Por isso faz parte do credo dos que se dedicam ao pensar, aumentar o universo dos que crêem e se submetem à dúvida, para assim poderem com os que acreditam que possam ajudar a construir um mundo melhor.

Nesse sentido, não podemos construir uma nova civilização que venha a se consumir no modo de ser que seja dedicado, primordialmente, à proposta exclusiva de fazer o que por outros já foi pensado, ao invés de pensar para compreender, pois se tornará obsoleta ou sem sentido, vindo a tornar-se secundária e de curta existência.

Assim sendo, o Caderno de Estudos Estratégicos busca mostrar o caminho da reflexão, do estudo, da pesquisa, da originalidade e do saber. Tal como Ésquilo os membros do CEE entendem que é pelo sofrimento que se chega ao saber, sem esquecer que a aprendizagem é uma longa clausura. E por essa razão mesma, dedicam o melhor de seus esforços para produzirem o melhor de seus estudos, de suas pesquisas como forma de

contribuir para a construção de um mundo melhor, mais justo, onde todos os homens possam vir a se entender, e ter a certeza que seus filhos terão um futuro melhor que o seu.

É pretensão desse Cadernos de Estudos Estratégicos preencher uma lacuna que pode abrigar pensamentos originais, estratégicos que pouco são encontrados na literatura geral. Com essa intenção os textos publicados nos Cadernos não conduzem ao fazer, mas possibilitam o pensar por parte do leitor.

Ao leitor esperamos apenas que medite sobre o que lhe oferece os Cadernos de Estudos Estratégicos, mas também lhe rogamos que busque a reflexão, o saber e alimente a dúvida, pois só assim poderemos trilhar o caminho da evolução como ser humano que somos, e que pretendemos continuar a ser.

Centro de Estudos Estratégicos
www.esg.br/cee
cee@esg.br

Uma questão fundamental

Jorge Calvario dos Santos*

É preciso quebrar a dualidade infernal, ora política, ora econômica que impede a compreensão em profundidade do processo histórico de longo curso em que estamos, nós brasileiros, visceral e dramaticamente envolvidos e que coloca a intelectualidade, que está preocupada com o destino do Brasil, em profunda depressão; a necessidade de adequar o pensamento estratégico brasileiro à realidade e a cultura brasileira. Estamos tratando dos inúmeros e intermináveis conflitos armados, proliferando por toda parte cujo fundo eminentemente cultural não pode ser mais elidido.

Em todos os contextos, seja no discurso político, na própria Constituição Federal, na maioria dos livros, nas análises e na linguagem corrente, a sociedade é dividida em três partes fundamentais. São três os aspectos reconhecidos pela sociedade. A sociedade teria um aspecto político, um aspecto econômico e um aspecto social. Isto tem que causar impacto porque isto é um erro de categorização. Como é que o social é dividido em político, econômico e social? Isso seria o mesmo que disséssemos que o corpo humano é dividido em cabeça, tronco e corpo humano. Quem iria acreditar? Por que é que milhões de pessoas não questionam o fato de que a sociedade, sendo social, seja dividida em política, econômica e social.

Têm algo de errado e profundamente errado nisso. O problema é que isso é uma conceituação aceita por todo mundo, inclusive consagrada, no próprio texto constitucional, que têm um capítulo sobre a ordem política, sobre a ordem econômica e sobre a ordem social. Como isso é possível? O que nós deveríamos ter em lugar disso? O que seria razoável, que não contivesse esse erro de categoria tão flagrante? Basicamente, deveríamos ter o político,

* Cel. Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

ficaria o econômico, mas o social deveria ser substituído pelo cultural. Em outras palavras, a sociedade como um todo, comportaria três grandes aspectos: aspecto cultural, o aspecto econômico e o aspecto político. Qual a diferença entre essa proposta e aquela de conceituação corrente. É a introdução do cultural no lugar do social, que entendemos ser um erro de categoria. É algo de inaceitável. É o mesmo que se considerar o caso de um círculo quadrado.

Essa proposta de tomar o social nesses três aspectos básicos: cultural, econômico e político, têm uma razão profunda, porque a sociedade é uma coletividade, é um todo, é um mas comporta individualidades. Logo a sociedade é uma síntese do um e do múltiplo. Se as pessoas se isolassem, se não formassem o um, não haveria uma sociedade e se não tivéssemos individualidade, nós não teríamos uma comunidade ou uma sociedade. Entre pedras não tem sentido falar de comunidade. Por isso, a sociedade, em outras palavras, é uma síntese do um e do múltiplo. Para que ela funcione é preciso que tenha uma força de unificação, uma força de coesão, e esse é exatamente o papel da cultura. A cultura é aquilo que nós temos em comum, apesar das nossas divergências. É aquele fundo comum que, engloba a maneira de ver o mundo, de interpretar, os valores etc. e inclusive, a língua, que é aquele fundo comum do qual todos nós todos partilhamos.

O outro aspecto, é o aspecto econômico. O econômico, pela própria natureza, é uma força de desagregação da sociedade, de diferenciação, porque a própria idéia do econômico é alguma coisa que visa outra coisa. Quando faço um esforço, jogo futebol, com a finalidade de jogar futebol, não estou trabalhando, somente estou trabalhando quando faço alguma coisa com objetivo de visa ganhar dinheiro, para a partir daí, sim, conseguir aquilo que eu quero. Então a própria idéia do econômico, na essência do econômico, eu trabalho é ser outro. Trabalha quem aceita ser o outro da natureza, e o trabalho é mudar a natureza, ou agir sobre outros para mudar a natureza. Então, o econômico, por si, é um produtor de diferenças. Qualquer sociedade que tente imprimir um ritmo acelerado à economia, torná-la pujante, tende a desagregação, a diferenciação entre pessoas, entre grupos e, entre as regiões.

A idéia de competição, está muito amarrada a idéia de dinamismo econômico. Isso todo mundo entende. Não há dinamismo econômico sem um grau razoável de competitividade, que vai produzir diferença. Dessa forma, o econômico jamais produziria igualdade. Então, essa noção de que precisaríamos ter uma justiça econômica, é mais uma vez, o círculo quadrado. Trata-se de uma impossibilidade. O econômico produz diferenciação. Assim sendo, por que é que a sociedade não se fragmenta em função de uma atividade econômica mais acelerada? Porque ela tem um contrapeso, que joga na união do grupo, que é exatamente a ruptura. Estas duas forças, uma de coesão que é a da cultura, e que se articula com a força econômica, que é uma força dispersiva, diferenciadora do econômico e que vão compor então a dimensão política.

O político, seria a síntese dialética desses dois aspectos fundamentais da sociedade. Se não existe essa coesão política, prevalecendo a economia, fragmenta-se a sociedade. E se prevalece em demasia essa força de unificação, a sociedade perde o dinamismo econômico. Tanto é verdade que em determinadas culturas, como no período medieval, diz-se que não havia dinamismo econômico. Não é verdade, havia dinamismo econômico, mas ele era reprimido com ameaças, como a de cortar o braço de um artesão que produzisse alguma coisa fora dos padrões estabelecidos. Vê-se pois que, o dinamismo existia, tanto que existia uma repressão muito violenta. E por que era assim? Por que se coibia o econômico? Porque não havia uma força de coesão cultural suficiente para sustentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Isso fragmentaria a sociedade.

É fundamental, que aceitemos como básico, que a sociedade tem três aspectos fundamentais: o político, o econômico e o cultural. Vem a pergunta: Por que se insiste sempre na idéia de que a sociedade é dividida em político, econômico e social. Isso precisa ter uma razão profunda. E se nós analisarmos, um pouco, o que se entende por social, quando se fala que a sociedade tem um aspecto social? O que está por trás disso, nós vamos ver que é, novamente, o econômico. Um econômico “mal”. Identificamos, de um lado, o econômico, e do outro o social, na verdade o que se tem é o econômico “bom”, e do outro lado, o que se chama social, que é o

econômico “mal”. Isso significa que, o que chamamos econômico, na verdade, são apenas aquelas medidas que visam a estabilidade econômica, que visam acelerar o desenvolvimento, etc. Se isto é feito de uma maneira que cria problemas econômicos como os de má distribuição de renda, de desagregação do sistema de saúde, e do sistema educacional, isso não é econômico, mas social. Há pois uma separação entre o econômico “bom” e econômico “mal”.

Costumamos ouvir que o ministro é ótimo. As conseqüências das políticas econômicas, não são econômicas, são sociais, não tem nada a ver com o Ministro. Assim, é através desse mecanismo o que se consegue: primeiro, você cria essa esfera do econômico “bom”; em segundo lugar, você coloca esse econômico “mal”, que nós chamamos de social, em cima do cultural. Ele está exatamente em cima, obscurecendo a compreensão do papel da cultura, e seu papel unificador. E, mais uma conseqüência disso, é que no esquema que nós colocamos, o político é o aspecto que integra o cultural e o econômico.

A dimensão política é a síntese dialética da dimensão econômica e da cultura. Se quiséssemos identificar o social com alguma coisa, não o faríamos em relação ao cultural nem ao econômico, mas ao político, que é a síntese dos dois aspectos. O político, de certa forma, é o equivalente ao social. Isso quer dizer que a cidadania plena é uma cidadania política. Esse obscurecimento do cultural e sua substituição pelo social, quebra essa identificação do político com o social. Quebra a referência que o indivíduo poderia ter com sua responsabilidade política. Assim sendo, temos esses três efeitos ideológicos: separar o econômico “bom” do econômico “mal”; tirar a referência da cidadania e ocultar, o que é o pior, ocultar o cultural, que seria exatamente o lugar onde poderíamos começar qualquer projeto de recuperação de uma sociedade.

Essa substituição na totalidade social do aspecto cultural por uma pseudo faceta social, não resta dúvida, é uma manipulação ideológica. O que intriga é como isso funciona, porque milhares de pessoas aceitam tão facilmente esse erro de categorização. E a explicação só pode ser dada no terreno da psicologia. A criança, tem dificuldade em lidar com coisas contraditórias, o que é bom e

ruim ao mesmo tempo. Ela não é capaz de fazer uma síntese, de aceitar essa unidade de contrários, vale dizer, ela não domina um pensamento dialético. Não há como, pois ela não tem meios lógicos para pensar essa unidade de contraditórios. Como ela pode conviver com isso? A maneira que a criança tem é a de tentar separar as qualidades boas das qualidades ruins. Por exemplo: um pai protetor de um pai ameaçador da castração; uma mãe nutriz de uma mãe que ameaça de devoramento. Diante dessas ambigüidades a criança projeta as qualidades ruins em alguma coisa, num animal, num cachorro, por exemplo, e deixa com que a mãe real fique apenas com as qualidades boas. Projeta todas as qualidades ruins sobre uma outra coisa. Essa é a base do mecanismo fóbico. É assim que funciona exatamente esse mesmo mecanismo de substituição do cultural pelo econômico “mal”. A rigor, o econômico, que é uma totalidade, que reúne aspectos bons e ruins, com qualquer política econômica tem seus aspectos positivos e negativos. As pessoas não conseguem lidar com isto. Dessa forma, quem maneja esse discurso ideológico, se baseia no mecanismo infantil para criar a separação entre o econômico “bom” e o econômico “mal” e tendo ainda a vantagem ideológica de ocultar a dimensão cultural da sociedade, que é fundamental para o entendimento da dinâmica social (Sampaio, 1993).

Para que se tenha uma idéia um pouco mais precisa sobre esse assunto, vale a pena comparar uma sociedade desenvolvida, de centro, hegemônica, com uma sociedade periférica. A primeira, de centro, necessariamente possui os três aspectos de uma forma bem articulada. Ela precisa ter solidez cultural, tem dinamismo econômico e esses dois aspectos vão encontrar um balanço ou uma composição dialética, ao nível do aspecto político. Isso é, exatamente, o que caracterizaria um sociedade de centro. É uma sociedade necessariamente culta. A idéia de que, por exemplo, hoje, os Estados Unidos não tem cultura, é ilusão. Pelo contrário, é uma sociedade que tem uma base cultural bastante sólida, no sentido de que a maioria da população compartilha de valores, de esquemas interpretativos mais ou menos comuns a todos. Nesse sentido, e não no que tenha grandes pintores ou grandes poetas etc. e os tem. Mas não é isso que é o relevante no caso.

Quando se compara essa sociedade com uma sociedade periférica como a nossa, o que vamos encontrar? Vamos ver que o aspecto econômico dessa sociedade periférica, recebe uma influência muito grande da dimensão econômica da sociedade do centro. O que acontece? Nessa sociedade periférica a atividade econômica passa a ter um dinamismo maior do que a cultura permitiria. Isso ocorre porque começa a haver um processo de acumulação de capital, de aumento de produtividade em determinado setor, exigências de qualidade para atender, inclusive, as demandas do centro, então o setor econômico recebe um dinamismo que é induzido de fora. De certa forma ele se torna o lado mais desenvolvido do país subdesenvolvido. É exatamente o aspecto econômico que é mais desenvolvido. Isso cria um problema muito grave, porque ele não tem uma consistência cultural, a sociedade não tem um tecido social cultural que suporte aquele dinamismo.

Mas o que acontece: a cultura deixa de ter sua função de unificação da sociedade. Ela passa a receber a influência desagregadora do econômico. Ela passa a ser função do aspecto econômico. Não há como fazer uma composição dialética a nível do político porque o econômico prepondera sobre o cultural. O que acontece? A política se torna puro reflexo dos interesses econômicos. Isso se encaixa exatamente no esquema marxista de infra-estrutura econômica e superestrutura cultural, pois mostra bem o que é a condição de subdesenvolvimento. Ela é uma degradação porque a rigor, é toda a sociedade periférica que passa a ser parte da economia do país de centro. Isso é uma degradação. Isso nos mostra que um país subdesenvolvido não é o desenvolvido num estágio anterior, ou em menor tamanho ou coisas desse tipo. É uma degradação ontológica, porque todo o seu ser que passa a ser parte do ser econômico do outro. Uma metáfora, assim um tanto grosseira, é a diferença entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, ou o centro e o periférico, não a diferença de cavalo para burro, mas é de cavalo para ferradura. É uma degradação ontológica, é uma degradação do ser.

Podemos facilmente compreender que não se pode sair dessa situação sem um reforço do cultural. É a partir do cultural

que se pode restabelecer a força de identidade, a coesão social, para contrabalançar o dinamismo econômico induzido, para então ter uma composição a nível político, e que o político não seja apenas um reforço da dominação econômica. Isso é mais do que claro e deixa bastante flagrante porque é importante ocultar a dimensão cultural da sociedade. Em suma, sem cultura não tem salvação (Sampaio,1993). Para o que quer que uma nação pretenda para seu futuro, deve, preservar sua dimensão cultura. Não há futuro sem que a dimensão cultural de uma nação seja preservada, mantida sua integridade e unidade.

Reduzidas apenas às suas dimensões política e econômica, o homem e a sociedade se vêem irremediavelmente mutilados nas suas essências, e por conseguinte, nas suas potencialidades realizadoras. Acreditamos, também, que a ênfase que aqui será dada aos determinantes lógico-filosóficos pode se constituir, por si só, na mais fecunda estratégia, não só para compreensão da especificidade e significação da cultura, mas igualmente para ulterior compreensão das outras duas dimensões do ser social: a econômica e a política, assim como da complexa trama que as articulam.

Este estudo tem como um de seus objetivos principais, a necessidade de se trazer para o primeiro plano da vida acadêmica, política, cultural e social, a relevância da dimensão cultural, bem como o inseparável vínculo da cultura com a história e com o pensamento estratégico.

Bibliografia

BARTHOLO Jr, Roberto. 1986. *Labirintos do Silêncio*. Ed. Marco Zero/COPPE-UFRJ. São Paulo.

_____. 1992. *A dor de Fausto*. Ed. Revan. Rio de Janeiro.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. 1995. *O colonialismo Global e a Democracia*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

CASSIRER, Ernst. 1992. *El Mito del Estado*. Fondo de Cultura Económica. México.

CHESNEAUX, Jean. 1995. *Modernidade - Mundo*. Ed. Vozes. Petrópolis.

DOLLFUS, Olivier. 1997. *La Mondialisation*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. Paris.

DOWS, Robert B., 1969. "O Estado bem Organizado" in *Fundamentos do Pensamento Moderno*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro.

DOLLFUS, Olivier. 1997. *La Mondialisation*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. Paris.

DOWS, Robert B., 1969. "O Estado bem Organizado" in *Fundamentos do Pensamento Moderno*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro.

FUKUYAMA, Francis. 1996. *O fim da História e o Último Homem*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro.

GILPIN, Robert. 1993. "A Nova Ordem Política e Econômica Mundial" in *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Reinaldo. 1994. *Transformações Globais, Empresas Transnacionais e Competitividade Internacional do Brasil*. Nº 320. Instituto de Economia Industrial – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. 1994. *O Abre Alas. A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Ed. Relume-Dumará. Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antônio 1979. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

HANS-PETER, Martin & SCHUMANN, Harald. 1997. *A Armadilha da Globalização*. Ed. Globo. São Paulo.

HEGEL, G. W. F. 1956. *Ciencia de la lógica*. Libreria Hachete. Buenos Aires.

HUNTINGTON, Samuel P. 1997. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Ed. Objetiva. Rio de Janeiro.

KANT, Immanuel. 1994. *A Paz Perpétua*. LPM Editores. São Paulo.

KISSINGER, Henry. 1994. *Diplomacy*. Ed. Simon & Chuster. New York.

LALOU, J. et Nélis J. 1955. *Culture et Civilization*. Ed. Casterman. Paris.

LATOUCHE, Serge. 1994. *A Ocidentalização do Mundo*. Ed. Vozes. Petrópolis.

MARCUSE, Herbert. 1967. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

MARITAIN, Jacques. 1959. *O Homem e o Estado*. Ed. Agir. Rio de Janeiro.

MATTELARD, Armand. 1994. *Comunicação - Mundo*. Ed. Vozes. Petrópolis.

_____. 1976. *As Multinacionais da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

SAID, Edward W. 1995. *Cultura e Imperialismo*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. 1997. *Multiculturalismo: a insidiosa verdade do inimigo*. Mimeo. Rio de Janeiro.

_____. 1996. Palestra realizada em Brasília, a 8 de outubro de 1996, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Cenários Brasil 2000. Brasília.

_____. 1993. *Antropologia cultural, I, II, III e IV*. Vídeo. Rio de Janeiro, EMBRATEL/ UAB.

dos SANTOS, Jorge Calvario. 1994. *A Interferência Cultural das Novas Ideologias*. Trabalho Especial - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro.

SMITH, Anthony. 1980. *The Geopolitics of Information. How Western Culture Dominates the World*. Oxford University Press. New York.

TINBERGEN, Jan (Coord). 1978. *Para uma Nova Ordem Internacional: Terceiro Informe ao Clube de Roma*. Ed. Agir. Rio de Janeiro.

A Defesa Militar da União Européia

Delano Teixeira Menezes¹

Resumo

O artigo, após breve apreciação teórica da Geopolítica e de seus reflexos no desenho atual do mapa europeu, trata das questões da segurança e da defesa militar na proposta de Constituição européia. Analisa o caso da OTAN, que envolve a presença militar dos Estados Unidos no Continente, e a situação dos países do Leste europeu, além de considerar a importância da França, e o seu sentimento de nacionalidade, na rejeição à Constituição proposta. Analisa, também, outros fatores que passaram a interferir na segurança européia, com a adoção da liberdade de circulação de imigrantes pelo Continente, a diversidade cultural e religiosa, os direitos civis e o mercado de trabalho.

Abstract

The article begins with a brief theoretical overview on geopolitics and its effects over the current European map concerning the security and military defense issues of the European Constitution. It also analyses the descriptions of the future Europe which were supported as feasible by some authors. Afterwards, the mainstream is focused on security and military defense issues, specially the ones which are the shadow of NATO where the presence of U.S. troops is involved and the recent adherence of East European countries have to be considered. It also studies the importance of France and its national feeling of rejection to the proposed Constitution. On the same perspective, the article is concluded by the analyses of other menaces to the European

¹ Brigadeiro-do-Ar (R), Doutorando em Sociologia da UFC, Pesquisador do Observatório das Nacionalidades da UFC e Professor da Faculdade Católica de Fortaleza.

security since immigrants were permitted a free-pass (*laissez passer*), culture and religious diversity, civil rights and labor market on the Continent.

1 - Introdução

O referendo sobre uma Constituição para a União Européia não deixou de ser uma tentativa de dar ao Velho Continente personalidade jurídica que possibilitasse recolocá-lo no cenário mundial, com outro peso específico. Essa nova identidade, diferente daquela que deu visibilidade à União Aduaneira e Comercial, manifesta o desejo de inserir a Europa no jogo de poder mundial, com uma capacidade de decisão política que a entidade econômica não teria a capacidade de lhe dar. Entretanto, a existência de um documento de tal magnitude implica em tratar temas sensíveis a muitos países que ainda não foram suficientemente debatidos, tais como: defesa militar, soberania, identidade nacional e muitos outros adjacentes a estes.

A compreensão do reordenamento do Poder Mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da Geografia e da História da Europa, que são integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a pretensão de se formar um Estado supranacional no Continente europeu, torna-se indispensável uma reflexão da multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União, que se entrelaçam e se tornam portadores de tensões. Os Estados europeus fundamentam e legitimam a aplicação do seu poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e nas peculiaridades que caracterizam cada nação. Essas nações, movidas por interesses específicos, por séculos, deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma. Como salienta Norbert Elias, porém, “a “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado calculado a longo prazo... A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de

ordem”². E é exatamente essa ordem que perpassou o processo civilizador europeu ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será impactada pela Constituição pretendida.

O conjunto da civilização europeia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo e que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. O Continente como um todo, enquanto vivia suas disputas internas de poder, conseguiu influenciar fortemente as demais regiões do Planeta. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo, em 1878, cerca de 67% e em 1914, 84%³. Essa projeção do poder da civilização europeia, ao atuar em diversas áreas geográficas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global, que somente começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a saída de cena do Império Britânico.

A devastação do Continente causada pela Guerra teve efeitos deletérios mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia. O Plano Marshall (1947/52) e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações perdidas nesse processo e as conseqüentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até há bem pouco tempo.

A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial que passaram a utilizar o território europeu como arena para disputas ideológicas, numa espécie de campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização: os Estados Unidos, o único vencedor de fato do mundo ocidental na guerra, e a União Soviética. Criou-se até um muro físico, e não meramente político, para que os estilos de vida não se misturassem. Dividiram-se famílias, amigos, costumes, com perturbações marcantes na malha social de numerosas comunidades.

A confrontação desses dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa, influenciando as

² Elias, Norbert - O Processo Civilizador, Vol.2, pag.193

³ Kennedy, Paul - Ascensão e Queda das Grandes Potências, pag. 149

políticas públicas, os costumes, economias e as próprias relações sociais nos países onde essas tropas estacionaram. Ainda hoje os Estados Unidos da América do Norte mantêm mais de 100 mil homens e mulheres fardados na Europa⁴.

Os sentimentos nacionais e os temores antigos, porém, não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram com outras questões de ordem geopolítica que estavam reprimidas. Todas essas questões entrarão na conta das relações de confiança mútua a serem praticadas pelas nações européias, antes que se chegue a um sistema de defesa coletiva real.

Outros itens também aguardam respostas específicas: como conceber um sistema de defesa militar sem considerar alianças extracontinentais de cada país membro da União? Como identificar as potenciais ameaças que possibilitem estruturar um sistema de defesa comum e integrado? Estarão os países do Leste europeu dispostos a aceitar alianças militares e sujeição política, no momento em que estão sendo atraídos pelas vantagens econômicas?

Essas incertezas, que afloram de uma nova realidade, constituem as tintas que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade européia e que deveriam ser resolvidas, mesmo que parcialmente, antes que uma Constituição seja adotada.

Assim sendo, torna-se necessário que a análise deste quadro seja precedida de uma reflexão histórica dos estudos teóricos da Geopolítica, que depois da 1.^a Guerra Mundial estavam centralizados no “Institut für Geopolitik” de Munique, sob a direção do professor Karl Haushofer. Nessa época, os teóricos alemães retomaram as idéias imperialistas de Ratzel e de Mackinder, utilizando a metodologia do sueco Rudolf Kjellén, e formularam concepções sobre a vida dos Estados. Os debates em torno das teorias continham um viés evolucionista muito em voga nos meios científicos da época. Aquelas teorias passaram a ser consideradas, impropriamente, como os fundamentos da Geopolítica. Atribuíam, assim, uma racionalidade e uma consciência evolucionista aos Estados nacionais, que contrastava com a idéia do processo civilizador de Norbert Elias. De fato, alguns conceitos foram intencionalmente apropriados pelo Estado alemão, e tanto serviram

⁴ The Military Balance - 2003 - 2004.

para estigmatizar o termo Geopolítica, quanto para gravar no imaginário dos países europeus, vítimas das agressões germânicas, a idéia de uma renitente vocação expansionista da Alemanha.

A reflexão aqui proposta também nos levará a conhecer as várias concepções de poder mundial que se formularam, para que possamos compreender o grau de influência que aquelas teorias tiveram no novo “desenho” da Europa do pós-guerra.

Em seguida, vis-à-vis à reflexão geopolítica anterior, tentaremos interpretar o “jogo de poder” operado por três países que definem nitidamente as forças em ação na Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha.

O sistema atual de defesa militar da Europa Ocidental, em expansão para o leste, será visto como uma entidade anacrônica, cristalizada na pretendida Constituição, que representa a antinomia de uma vontade de independência política e uma dependência militar consubstanciada na manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A imigração, o fundamentalismo religioso, o crescimento populacional, as desigualdades regionais atribuem à defesa militar da Europa outras circunscrições que fogem das concepções clássicas da guerra. Tangem diversos setores das nações da União, colocando em risco a segurança sem uma especificidade militar, exigindo, assim, conceitos diferentes de defesa.

Ao analisarmos as implicações geopolíticas que incidem em uma constituição para a União Européia, é imprescindível que se procure compreender também o comportamento da geopolítica norte-americana, para que o jogo de poder mundial que se está desenrolando fique mais claro.

2 - Reflexão Geopolítica

O termo geopolítica foi formulado pela primeira vez, em 1916, pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellen em sua obra “O Estado como Forma de Vida”⁵. Kjellen define a Geopolítica como a “ciência da vinculação geográfica aos acontecimentos políticos e tem por

⁵ In Castro, Therezinha, "Geopolítica - Princípios, Meios e Fins" , pag.28.

objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado”, visando a resultados imediatos ou remotos. O cartesianismo que sugere ao tratar duas categorias distintas, uma a Geografia, com definições precisas e claras, e a outra a Política, afeita a relativizações, elabora um eito de determinismo que permite que a Geopolítica preste serviços às causas que podem levar à guerra. A racionalidade evolucionista que os teóricos creditavam a Geopolítica parece contrariar o fluxo mais ou menos caótico, atribuído por Elias ao processo civilizador, o que originou polêmicas acaloradas entre os intelectuais. O próprio Elias, entretanto, atribui uma certa estabilidade ao processo no longo prazo, quando diz que “...nem por isso sem um tipo específico de ordem”. Como a Geopolítica pretende buscar coerência em longos processos históricos, é nessa “ordem” referida por Elias que ela busca a sua racionalidade, pois, quando a Geopolítica observa o passado, procura não tanto os conhecimentos que podem ser resgatados, mas a ação que eles governam e assim com medidas políticas, tenta traçar os caminhos do futuro. Nessa pretensão é que residem as questões controversas da Geopolítica, pois a tentativa de determinar o futuro mediante ações políticas contraria interesses de outros Estados, ensejando contenciosos que podem levar à guerra. O determinismo que lhe é atribuído reside no fato de considerar que todo país é refém da sua Geografia física, o que o obriga a ir buscar fora dos limites de suas fronteiras os recursos de que não dispõe. Quanto mais dependente ele se torna desses recursos, mais ele se esforçará para obtê-los.

Mesmo assim, a geopolítica pode servir para traçar as metas de um governo com propósitos não imperialistas ou expansionistas, fundamentando suas diretrizes de desenvolvimento na integração, no aproveitamento sistemático do espaço geográfico e das vantagens comparativas da posição do Estado em relação aos outros.

Estas têm sido, de fato, as diretrizes de trabalho dos países da Europa na formação da UE, ainda que o termo geopolítica não seja freqüentemente mencionado. A estigmatização dessa “ciência” começou exatamente quando ela foi apropriada pelo Estado alemão para atender os seus objetivos expansionistas.

O auge dos estudos desse ramo da Geografia, desde quando se falou em Geopolítica como ciência com um nítido propósito de seus primeiros formuladores (que eram quase todos geógrafos) de alçarem esse ramo do conhecimento (a interseção da geografia com a história e a política) a um *status* próprio, ocorreu no Instituto de Geopolítica de Munique entre as duas Grandes Guerras. De lá saiu a teoria do espaço vital (*lebensraum*), considerada na época um dos conceitos geopolíticos básicos, extraída da obra “Geografia dos Estados, do Tráfico e da Guerra” de 1903, de Friedrich Ratzel, criador da Geografia Política. Esta teoria preconizava que o Estado, como um ser vivo, não poderia ter o espaço geográfico como limitador de seu crescimento. Mais tarde, ela viria a dominar o pensamento de Hitler, passando a dirigir os planos do Estado-Maior alemão para domínio do mundo. Talvez por isso a geopolítica tenha assumido um conceito errôneo de determinismo, como já vimos, levando alguns especialistas a entenderem esse novo ramo da Geografia Política como algo nefasto à paz mundial.

A vinculação inextricável entre Geografia e Política, entretanto, conduziu a formulações de teorias estabelecendo que os espaços físicos da terra, do mar e do ar eram determinantes ao Poder Mundial. E, em se tratando desses três elementos, não seria difícil compreender que eles têm significados distintos para russos, norteamericanos, franceses, ingleses e portugueses, por exemplo. Sabemos que não existem nações cujas condições sejam idênticas: a Geografia Física influencia de maneiras diferentes o acesso a recursos naturais fora de cada território nacional, o relevo e o clima atuam de formas diversas sobre as condições de vida de seus habitantes e sobre os sistemas de defesa, e condicionam histórias e culturas⁶, influenciando nas razões da existência de nações com estágios de desenvolvimento humano defasados.

Em razão dessas diferenças, existirão tantas diretrizes geopolíticas quantos sistemas estatais subsistam em confronto. A

⁶ IPara maior compreensão do tema, é importante conhecer o debate realizado entre diversos intelectuais da atualidade reunidos por Lawrence E. Harrison e Samuel Huntington no livro "A Cultura Importa - Os Valores que definem o Progresso Humano" - Rio de Janeiro, Record: 2002

compatibilização desses sistemas em único sistema europeu, consubstanciado em uma Constituição, não será algo fácil de ser assimilada por todos os países da União Européia.

De fato, o Continente europeu ocupa uma posição geográfica especial, como parte importante do Poder Mundial. Sir Halford J. Mackinder (1861-1946)⁷ já havia destacado, na década de 30 do século XX, que 75% das terras do globo terrestre constituíam a Europa, Ásia e África, e que aí viviam 90% da população mundial. Deduziu, com certa propriedade, que, no conjunto dessas três massas continentais, a parte que ficava acima do equador (que ele chamou de “Ilha Mundial”) poderia agir em todas as direções do globo terrestre e, por isso, conseguiu estender sua civilização para a periferia – América de um lado e Oceania do outro. Na “Ilha Mundial”, Mackinder destacou que a parte centro-oriental da Europa foi o ponto de partida das conquistas dos chamados bárbaros para oeste e a dos cossacos para leste. Nesse núcleo de expansão, Mackinder localizou o que chamou o “Coração da Terra” (*Heartland*), por ser uma área isolada dos oceanos, onde os próprios rios interiores contribuía para esse isolamento.

Esta região seria a que foi ocupada pela antiga União Soviética, tendo a Rússia como núcleo. O acesso pelo norte é bloqueado pelas geleiras do Ártico e, ao sul, por salinas e bacias fechadas. Essa singular característica geográfica constitui uma região protegida contra as ações do Poder Marítimo. Daí o Poder Militar da antiga União Soviética, hoje da Rússia, estar sustentado por enorme força de submarinos que se move debaixo do gelo, e por poderosas divisões de blindados que se deslocam com muita rapidez pelas estepes.

Essa vantagem, no entanto, tinha um aspecto negativo – o da exclusão da mobilidade marítima, o que retarda a sua expansão. Esse aspecto negativo é contrabalançado pela existência da área contígua ao “*Heartland*”, que Mackinder chamou de “Crescente Interno Marginal”, onde estão todos aqueles países que faziam parte da União Soviética, circundando a Rússia, e que constituem uma autêntica retaguarda geoestratégica para a defesa em profundidade

⁷ In Defarges, Philippe Moreau "Introduction à la Geopolitique", pag. 46.

do “*Heartland*”. Estes países eram considerados os *buffers* da Rússia dentro do antigo Pacto de Varsóvia.

Nos anos iniciais de Segunda Guerra Mundial, Haushoffer (1869-1946)⁸ tinha essa percepção, pois ele via na Rússia bolchevista o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo entre a Alemanha e os povos asiáticos, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Já o grande temor de Mackinder, do lado inglês, sempre foi o de que uma eventual aliança entre as duas potências continentais européias – a Alemanha e a Rússia – poderia representar perigo para o futuro do Império Britânico. Para ele, uma coalizão do Estado-pivô do *Heartland*, a Rússia, com a potência centro-européia, a Alemanha, implicaria uma alteração radical do poder em toda Eurásia.

Hoje, a Rússia está isolada militarmente pelo fato de que os países que eram “amortecedores” da sua defesa no Pacto de Varsóvia terem se bandeado para a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Os países desse setor, entretanto, adquiriram nova dinâmica num mundo mais devassado e globalizado, sob o ponto de vista geoestratégico. A contenda leste-oeste, entre União Soviética e Estados Unidos, era bem mais dinâmica do que a que o mundo viveu entre as duas Grandes Guerras, e hoje está se desviando para um posicionamento norte-sul. Conseqüentemente, a periferia passou a ser constituída pelas terras marginais da Antártica. Já o Ártico, no hemisfério norte, que era o hemisfério geopoliticamente decisório, teve importância destacada quando o Canadá propôs a partilha das ilhas árticas, alegando que elas constituíam importantes trampolins na defesa dos países defrontantes (no caso, Canadá e União Soviética). Em face desse precedente no sistema do Direito Internacional, é oportuno lembrar que o mesmo princípio dos setores defrontantes, ou defrontação, venha a ser posto em prática na partilha do Continente austral.

De acordo com a Teoria dos Setores Polares de Mackinder a importância da Antártica ficou patente na época da confrontação Estados Unidos/União Soviética, pois o Poder Terrestre comandado por Moscou tentou o envolvimento marítimo pelo sul, fazendo-se

⁸ In Defarges, Philippe Moreau "Introduction à la Geopolitique", pag. 87.

presente em Cuba e Cabo Verde, como pontos de apoio para um possível controle das rotas do Atlântico Norte, em Angola, Moçambique e a base antártica de Novozarevskaya numa tentativa de controlar a passagem do Oceano Atlântico para o Índico e das bases de Bellingshausen, Arctowski e Druznaya, no Continente antártico, para controlar o estreito de Drake, no sul da América do Sul. Essa tática se justificava, pois esse Poder encontrava-se bloqueado em pontos nevrálgicos das ligações interoceânicas, autênticas “portas marítimas” que no tabuleiro de poder mundial eram defendidas pelo grupo de nações que formavam o bloco ocidental.

No período que se passou entre as duas Grandes Guerras, quando as teorias de Mackinder dominavam os debates intelectuais e influenciavam os estadistas na Europa, ocorria nos Estados Unidos um grande debate, no qual diversas correntes de pensamento se confrontaram sobre aspectos fundamentais da grande estratégia a ser adotada pelo governo norte-americano, no campo da política internacional. Uma defendia a preservação da paz mediante um sistema de segurança coletiva, controlado por um condomínio de poder (Liga das Nações). Era chamada de idealista. A outra era a corrente realista, que se caracterizava por um intervencionismo apoiado numa política de poder norteada pelos critérios estritos da segurança e dos interesses nacionais norte-americanos.

Esse grande debate modelou o perfil intelectual de Nicholas Spykman (1893-1943)⁹, professor da Universidade de Yale que expôs as suas idéias em duas obras, definindo-se adepto incontestado do realismo em relações internacionais, e do intervencionismo na política externa norte-americana. Ele usou o termo *Rimland* para substituir a noção de *Inner Crescent* ou o Crescente Interno Marginal de Mackinder. O conceito estratégico do *Rimland* assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do *Heartland*, na concepção geopolítica de Mackinder. Assim como o *Heartland* é a noção axial da teoria do poder terrestre, o *Rimland* é a idéia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos

⁹ In Defarges, Philippe Moreau "Introduction à la Geopolitique", pag 88.

os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman.

O Geógrafo americano descrevia e analisava da seguinte maneira as grandes linhas dessa idéia estratégica:

“O *Rimland* da massa terrestre eurasiática deve ser vista como uma região intermediária entre o *Heartland* e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortecedora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vista para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do *Heartland* e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão, é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança.”

É perceptível que as idéias de Spykman saíram vencedoras no debate com os idealistas do final da Primeira Guerra, como vimos anteriormente. É possível notar a influência das suas idéias na doutrina americana até hoje, pois o Iraque, assim como todo o Oriente Médio, está dentro do *Rimland*: começa no mar Báltico, passa pela Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, os Bálcãs, Turquia, Ásia Central e o Paquistão, o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Palestina, enfim, toda essa área que hoje já é fortemente influenciada pelos Estados Unidos.

Do término da Segunda Guerra Mundial até o início da “guerra fria”, o mundo passou por um período de acomodação ao novo tipo de poder, necessária para substituir o declinante Império Britânico, e que terminou na bipolaridade definida pelo confronto leste-oeste. Cada lado foi liderado pelos dois mais poderosos países vitoriosos e ex-aliados na guerra contra o nazi-facismo, os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nesse período, surgiu um intelectual renomado e cientista político de projeção internacional, Zbigniew Brezezinski, que ocupou o cargo de Assessor do Presidente para assuntos de Segurança Nacional, no governo democrata de Jimmy Carter (1977-1981). Em 1981, com o fim do governo Carter e a volta ao poder dos republicanos, ele retorna à cátedra como professor da Universidade de Colúmbia, associando-se ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, mas continuou como um

“espectador engajado”. Nessa posição, ele produziu um livro publicado com o título de “The Grand Chessboard”, em que faz uma análise da realidade do leste asiático e das relações com a China e o Japão, revisitando o conflito norte-americano-soviético, abordado anteriormente em outro livro de sua autoria, “Game Plan: A Geoeconomic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest” (1983). Faz um balanço global da confrontação leste-oeste, sugere linhas de ação para a política de segurança nacional norte-americana, esboça cenários e aponta os possíveis desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências. O seu enfoque não privilegia o antagonismo ideológico, nem a competição econômica entre ambos. O foco principal da reflexão é a luta travada entre as superpotências pelo controle da Eurásia, como condição para a conquista da supremacia mundial. “Naquele contexto, o modo como a América *manages* a Eurásia é crítico. O poder que domina a Eurásia controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um mero olhar no mapa também sugere que controlar a Eurásia, pode automaticamente significar a subordinação de África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos para o continente central do mundo. Aproximadamente 75 por cento das pessoas do mundo vivem na Eurásia, e a maioria da riqueza física do mundo está ali também, em seus empreendimentos e debaixo de sua terra. A Eurásia possui algo em torno de três-quartos dos recursos de energia conhecidos do mundo”¹⁰.

O colapso do bloco comunista veio confirmar, em grande parte, os prognósticos feitos por Brzezinski no livro “The Grand Chessboard”, que contribuíram para o inesperado e pacífico desfecho da confrontação americano-soviética. Ele chega a assumir um tom profético e alarmista em alguns trechos, quando escreveu que “nunca antes uma democracia popular alcançou a supremacia internacional. Mas a simples posse do poder não é um objetivo que comanda a paixão popular, exceto nas condições de uma súbita ameaça ou desafio ao senso popular de bem-estar doméstico. Os danos causados à economia (isto é, gastos

¹⁰ Brzezinski, Zbigniew - "The Grand Chessboard", pag. 31.

com defesa) e o sacrifício humano (mesmo entre os soldados profissionais) requerem um esforço incompatível com os instintos democráticos. A democracia é avessa a uma mobilização imperial”¹¹.

É importante salientar, no entanto, que em sua maioria, as idéias contidas no livro de Brzezinski não são propriamente novas, nem inteiramente originais. A visão geopolítica e estratégica de Brzezinski é, em grande parte, oriunda de duas matrizes preexistentes que foram desenvolvidas por Mackinder e Spykman.

Nesse contexto, o comportamento da geopolítica norte-americana atual deve ser observado para que se tenha melhor compreensão das implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia e, assim, deixar mais claro o jogo de poder mundial que está em andamento.

Atualmente a política externa dos Estados Unidos procura consolidar a hegemonia mundial alcançada e continua atuando no sentido de conquistar, ou manter, posições geoestratégicas que lhes permitam prolongar o máximo possível a permanência na elevação que alcançaram. A militar, pelo menos até agora, não encontra um oponente à altura, mas a econômica deverá ser compartilhada com outros atores, que crescem sem utilizar o aparato bélico.

O conhecimento das linhas de pensamento de alguns teóricos e formuladores geopolíticos modernos e a passada de olhos nas teorias formuladas pelos alemães, ingleses e norte-americanos do pós – Primeira Guerra Mundial nos dão instrumentos para interpretar a realidade atual do jogo de poder no mundo. Algumas dessas teorias se concretizaram e estabeleceram rumos conhecidos nas relações internacionais, enquanto outras não passaram de teorias, e se frustraram diante de realidades mais fortes. O imponderado e perturbador da Geopolítica são os prognósticos que os seus teóricos tentam fazer. Quando eles são guindados ao poder e procuram implementá-los, influenciando a política para alcanças os desígnios traçados, torna a Geopolítica assustadora pelo sentido imperialista que imprimem à condução das políticas externas. Quando eles se

¹¹ Ibid, pag. 35

mantém, no entanto, à margem do poder e acertam nos prognósticos, possivelmente eles poderão não estar vivos para ver seus resultados, pois os estudos geopolíticos são tanto mais precisos quanto maiores forem os períodos de tempo e espaços geográficos estudados, e envolvem enorme multidisciplinariedade de conhecimentos.

Outro aspecto que abala a racionalidade da Geopolítica é a imponderabilidade do comportamento humano e da ação social que atua no percurso entre o exercício de interpretação do passado e do presente e os objetivos determinados para o futuro. No ato de identificar a ação que governa o conhecimento que vem do passado, como já vimos, incide um espectro tão grande de variáveis de toda ordem que fragiliza os argumentos que a Geopolítica usa para sustentar a visão do futuro. Desta forma, a Geopolítica pode ser colocada mais como um instrumento assessório de reflexão do que a “dóxa” que governa a ação política dos Estados.

Desse modo, a maneira como os países mais influentes da Europa souberem usar esse instrumento de reflexão para equilibrar as forças políticas e econômicas, e manejarem a hegemonia militar dos Estados Unidos determinará a forma da permanência da Europa no jogo de poder do mundo moderno.

3 - A Segurança Continental na Constituição Européia

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração européia num estado transnacional, iniciado nos anos 1950. Os debates políticos e econômicos do Continente andavam em rotas convergentes, tudo levava a crer que os países signatários do Tratado de Maastricht (1991) haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas da Modernidade, e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade de uma configuração política que fosse mais além da econômica, tarefa essa que pode se tornar indispensável com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda (euro) foi aceita (com exceção da Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da Comunidade Européia acalentarem um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moeda nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e homogeneização da macroeconomia continental. Isso reforçou a idéia de que seria possível ter uma moeda européia sem um estado europeu, e introduziu ações positivas em toda a economia do Continente. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Portanto, desde que a maior parte da Europa aceitou o euro com relativa facilidade, pareceu aos políticos que isso deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens auferidas pelo euro à dinâmica da integração econômica provocaram a aceleração do processo político e alguns aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Vê-se, também, que não foi adequadamente avaliado o fato de que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países, particularmente os mais novos na associação, e pela própria Grã-Bretanha. Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada, em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Européia, até o referendo na França, em 2005, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a idéia nasceu em tempos relativamente prósperos e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as populações urbanas, que começavam a sentir um certo descontrole com a perda de postos de trabalho, e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da economia no espaço europeu, revelando-se aí o grande dilema do sistema político: Alguns caminhos que são bem aceitos quando a economia está saudável se tornam intoleráveis, quando ela não vai bem.

Ironicamente o texto da Constituição tem um viés nitidamente liberal, a palavra banco, por exemplo, aparece 176 vezes, concorrência 174 vezes e mercado 78 vezes, enquanto programa social somente três vezes. A expressão serviço público aparece

somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III – 238). O projeto prefere usar a expressão “serviços econômicos de interesse geral” que podem ser públicos ou privados (Art. II – 96) e, coroando o exagero liberal, os Estados ficam com o encargo de evitar que o mercado seja afetado em caso de guerra! (Art. III – 131).

Não parece, todavia, que a questão central seja somente econômica. Na França o maior obstáculo para uma Constituição européia é de natureza político e social – o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Este sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da história da França, mas, especialmente neste caso, ele foi ativado quando as ambições políticas da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na economia. Este é duplamente o caso, quando a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos e os votos de aprovação no referendo significariam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do estado (*dirigisme, étatismes*), e demonstra dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado.

A outra possibilidade do insucesso da nova Constituição na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum. São 224 páginas entrelaçadas de idas e vindas, numa teia burocrática extenuante que distancia os cidadãos europeus de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo pode chegar a mais ou menos 500 páginas, se contarmos todos os protocolos que são anexos e que só estão disponíveis no site www.constitution-europeenne.fr. A União Européia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos. O sistema coletivo de defesa é outra questão que está enredada no texto, de tal forma que o cidadão comum também não entende. De um modo geral, os trechos relativos à defesa não são muito específicos e dizem que a capacidade operacional militar se apóia nos meios militares e civis dos países membros, sem esclarecer que meios são esses. No Artigo I – 41 há o compromisso de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o

reforço à segurança internacional dentro de um quadro semelhante ao das Nações Unidas. Ele estabelece que as forças militares só seriam constituídas depois de deliberação unânime do Conselho europeu e seriam formadas pelos países que quisessem delas participar, mas não se refere a uma força multinacional permanente para prover, em tempo real, a defesa coletiva, nem a qualquer sistema de coordenação de informações e de operações militares comuns de defesa, embora defina que cada país seja responsável pela própria defesa, como, de resto, já o é. Estabelece, todavia, que os demais integrantes da União deverão dedicar todos os esforços para ajudar aquele que for agredido, sem afetar as características de sua própria defesa, mas não faz referência a uma possível agressão mútua entre países da própria União, fato que não parece impossível, considerando que se trata da união de países que viveram lutas violentas no passado recente. Sobrepõe os compromissos militares com a OTAN, dos países que dele são signatários, aos da defesa coletiva da União e estabelece que os engajamentos militares de defesa serão feitos de forma semelhante àqueles estatuídos por esse Tratado. De fato, o documento prevê o estabelecimento de uma estrutura militar permanente de defesa (Art. III – 312), mas a vontade de participação dos Estados-membros nessa estrutura, passados três meses de sua manifestação, será julgada pelo Conselho Europeu, através do Ministro de Negócios Estrangeiros. Dessa forma, não há a obrigação dos países da União de participarem da estrutura permanente de defesa. Os demais aspectos relativos à defesa tratados na Constituição dizem respeito a procedimentos burocráticos, normas de controle, deliberação, critérios para a determinação da maioria no Conselho Europeu, ao poder de veto dos Estados e à necessidade de unanimidade para o emprego de força militar fora do Continente. Com relação a esse último aspecto, os procedimentos se assemelham muito aos das Nações Unidas.

É possível identificar certa indiferença das pessoas para com os problemas de defesa quando outras questões sociais são mais tensas. Na Europa de hoje, a existência da OTAN com o poderoso “guarda-chuva” militar dos Estados Unidos, o fim da contenda leste-oeste e as relações pacíficas de clássicos adversários do

Continente, França e Alemanha, é de se esperar que as questões de defesa sejam atenuadas. No entanto congelar, num documento que se diz estruturante da União, um *status quo* anacrônico é outra questão, ainda mais que quando se observa que uma das locomotivas européias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à OTAN. Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas forças armadas na defesa continental às condições de segurança do Território francês, nunca permitindo que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no País.

Este Tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, da Europa, e mais Canadá e Estados Unidos da América do Norte assinaram o protocolo de cooperação em Washington. O consenso da Organização estava cristalizado no artigo 5 do protocolo de criação – “um ataque contra um ou mais países membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles”. Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, após a desarticulação da antiga União Soviética, os países do Leste europeu, Lituânia, Estônia, República Tcheca, România, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros, entre 2004 e 2005.

Ainda que esse sistema de defesa tenha trazido substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e para todo o mundo ocidental durante a “guerra fria”, hoje ele mantém dentro do Continente o Canadá e os Estados Unidos, cujas presenças se justificavam pela geopolítica da “guerra fria”. Supondo que uma quantidade de países tenha resolvido se associar com a intenção de contrabalançar o poder norte-americano, não faz sentido uma submissão nas questões de defesa. Há uma clara indefinição de

ameaça militar à Europa. A defecção do Pacto de Varsóvia¹² levou os estrategistas europeus à uma espécie de ataraxia em relação as concepções clássicas de defesa militar. Atualmente tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma, os objetivos geopolíticos norte-americanos vêm-se mantendo desde de 1947, quando começou a costurar sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa por meio da OTAN, e em todo o Continente americano, com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, cujos princípios são semelhantes, por considerar que a agressão externa a qualquer um dos países signatários é considerada uma agressão a todos eles.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a OTAN ainda luta para se recuperar. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões.

Aliás, esta crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado, os países da Europa Central (leste menos a Rússia) se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a sua aceitação como membros efetivos da organização militar. Esses países, ao saírem da órbita de Moscou, ainda não se sentiam seguros ao lado da Alemanha. Entendiam que a sua segurança dependia da França, por ser tradicional contraposição da Alemanha, ou da Inglaterra que, junta com a OTAN, seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu.

Enquanto a Rússia, porém, não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem voltados para a realização de dois objetivos cruciais, ou seja, fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional, que possa conter permanentemente o

¹² Tratado semelhante ao da OTAN que englobava os países do leste europeu que estavam na órbita da União Soviética e formavam o cinturão de defesa da Rússia. Foi fundado em 14 de maio de 1955 em resposta a entrada da Alemanha Ocidental na OTAN.

nacionalismo expansionista alemão¹³, ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia. Nesse contexto, a OTAN se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como um mediador de valor para o equilíbrio de poder na região.

O papel norte-americano, todavia, de superpotência militar, com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo, parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis. A invasão do Iraque exigiu que os Estados Unidos dispusessem no golfo Pérsico cerca de 75 por cento de seus aviões táticos em serviço, 42% de seus tanques pesados modernos, 46% de seus porta-aviões, 37% dos efetivos do Exército e 46% dos de fuzileiros navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque os seus aliados europeus de maior expressão mostraram um certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares, numa empreitada que as Nações Unidas relutavam em dar aval. Portanto, a OTAN ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos no exercício de “polícia do mundo”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

E, de qualquer forma, essa é uma questão mal resolvida na Constituição e ainda não resolvida pelos Estados-membros da União Européia. Por outro lado, o documento é mais restritivo do que a OTAN, em matéria de intervenção armada fora do Continente e adota um *modus operandi* semelhante ao da ONU, relativo às forças militares multinacionais de *peace keeping* e *peace enforcement*.

4 - Outras Questões que Afetam a Segurança

A União Européia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo. Essa condição perde substância, quando envolve assimilar na entidade política uma instituição militar que atende a propósitos do passado.

¹³ Para entender melhor as razões históricas do temor desses países para com a Alemanha ver Os Alemães de Norbert Elias

A estrutura da OTAN foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor divisões militares, tanques e aviões num espaço geográfico específico. Hoje, o adversário não está definido, talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo, atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. As ameaças à segurança europeia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Os pontos de origem dessas novas ameaças são mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas.

As sociedades europeias se deparam, atualmente, com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflada pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática, que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos, sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir, ainda mais, as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de fora, incentivando o surgimento de radicalismos raciais, que pareciam já terem sido superados.

As grandes ameaças à segurança do continente no passado foram as guerras europeias, mas hoje a ameaça que está sendo percebida com maior nitidez é a imigração. Particularmente aquela proveniente de outros países fora da Comunidade Europeia, que surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho; e no social, exacerbando a diversidade cultural e religiosa. Na sociedade capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é uma condição desejável, uma vez que o estado de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra. As imprevisíveis pulsações da economia mundial, todavia, criam uma persistente taxa de desemprego e a chegada de contingentes enormes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e produz crise social.

Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho o problema não era muito visível, mas enquanto só a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma

população enorme de profissionais de alta qualidade, isso mexe com a vida das pessoas, o nacionalismo xenófobo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50 e 60 anos, os *boomers* como são chamados¹⁴, nascida no final dos anos 40 até 1960, que hoje poderiam estar no topo da escala social, foi uma geração perdida com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que os manteve marginalmente no limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os vinte e os quarenta anos têm suas vidas perdidas e as frustrações as tornam deslocadas na estrutura social e descrentes da capacidade do Estado em ampará-las.

O *timing* da vida humana não se concatena com o *timing* das teorias econômicas. Esta situação criou competição entre duas gerações, em que a posterior assume posições relevantes no mercado de trabalho, empurrando a anterior para uma aposentadoria precoce, com sérias conseqüências na seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passou a ser identificada como a catálise do problema e, impulsionado por um refflorido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho.

O nacionalismo é uma expressão de identidade e com ela de dignidade e de amor próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país, também o “eu” de cada um fica menor. Agregue-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A França fica muito feliz em ir à Argélia e gritar “França”, mas o seu povo fica muito menos feliz quando um argelino chega em Paris e grita “Argélia”. O fato é que a população da França e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados inevitáveis para muitos franceses (digo

¹⁴ Para maiores informações sobre os problemas dessa geração ver Schirmacher, Frank - A Revolução dos Idosos.

França apenas como referência!) que não querem que seu país mude¹⁵. A Europa, ex-metrópole, não se sente muito à vontade com a diversidade étnica. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e de fato, acontecesse, como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”¹⁶. Para o europeu médio fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes.

Complicando mais esse quadro, a Constituição institucionaliza essa perda de controle, quando assegura o direito ao imigrante em um determinado país a circular pelos demais membros da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que vêem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União, o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro surge a questão da soberania que alguns países, e entre eles a França, resistem em abrir mão, dificultando a aprovação da Carta, não só em questões de defesa, mas, principalmente, nas políticas sociais. É nestas políticas que o novo sistema constitucional proposto toca num sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do Continente - o sentimento de nacionalidade. Este está incrustado nas menores comunidades de todo o espaço da Comunidade, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio de lutas sociais importantes, de onde surgiram os benefícios que hoje desfrutam e que se vêm ameaçados por uma entidade que seria dirigida por uma autoridade burocrática difusa, com pouca possibilidade de imputação de responsabilidades.

O povo francês, certamente, tem se perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para um Estado sobre o qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa e,

¹⁵ Para saber mais sobre as transformações culturais na Europa ver Huntington, Samuel P. - O Choque de Civilizações.

¹⁶ Landes, David S. - Riqueza e a Pobreza das Nações, pag. 477

certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França. Ainda que seja um assunto bastante subjetivo para a população em geral, esse pode ter sido um dos motivos pelo qual a Constituição não passou no referendo francês.

5 - Conclusão

A União Européia foi fundada em princípios de conveniência econômica. Tenta, agora, incorporar componentes políticos e sociais, o que está se revelando inconveniente para alguns países, pois toca em temas caros aos sentimentos de nacionalidade e de soberania. Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustrações que levaram à não- aprovação da Carta Maior. A integração econômica, que implicava mais questões técnicas e burocrática do que propriamente políticas, não afetava de um modo direto questões sensíveis ao povo, ao contrário, introduzia práticas salutarens nas trocas comerciais, e mesmo assim, levou cinquenta anos para se consolidar.

Não é de se esperar que uma constituição apressada, aparentemente dissociada do processo de integração anterior, que peca mais por omissão do que por inclusão, seja aprovada em tão pouco tempo. Muitas coisas que estão cristalizadas na Carta ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões, a cada resolução adotada, eram gradativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas conseqüências ainda não estão totalmente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando o anacrônico Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao sistema de defesa.

Também há que se considerar que uma Constituição aprovada neste momento poderia complicar as pretensões dos países da Europa Central em ingressar na EU, em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais países, e eles são peças de um novo jogo geopolítico, ainda sem definição.

Por enquanto, os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em suas pretensões geopolíticas frustradas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito

ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar realidades geopolíticas diferentes. Aliás, isso parecer ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de várias autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo da sua posição quanto à manutenção da OTAN.

Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações internacionais, não têm razões para confiar na Alemanha, que surge, reunificada após a queda do muro de Berlim, como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, a geoestratégia vencedora até o momento é a dos Estados Unidos da América do Norte. Eles continuam mantendo presença no Continente, sob a alegação de que a Rússia ainda não completou seu processo de acomodação e reivindicam para si a tarefa de proteger os países que saíram da órbita de Moscou, que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subseqüentes à invasão do Iraque, certamente em decorrência dos seus problemas internos, e os acontecimentos na Alemanha, onde a frustração da socialdemocracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a avaliação de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, resumindo-se na idéia de que apenas a França e a Alemanha é que são críticas.

Os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder, a Europa se tornaria perturbadora da proeminência global dos Estados Unidos. Geopoliticamente, é difícil vislumbrar dois poderes continentais, com interesses semelhantes, capazes de se manterem em equilíbrio por muito tempo. Enquanto a Europa estiver voltada para os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecer fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender os interesses norte-americanos.

A Europa unitária e operando como uma entidade transnacional poderá demorar ainda a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato líderes de uma Europa una. Isoladamente, cada uma dessas nações não passa de um poder secundário no cenário internacional. Talvez por isso os políticos alemães e franceses tenham tentado acelerar o processo de unificação política.

A entrada da China em cena, como um contrapeso respeitável aos Estados Unidos, também angustia os políticos europeus. O processo de reequilíbrio de poder mundial está ainda em gestação, e o espaço que é desejado pela Europa no panorama global ainda está sendo definido.

Bibliografia

_____, *Traité Établissant la Constitution pour l'Europe*, - La Documentation française – Paris, 2004.

_____, *União Europeia – Compilação dos Tratados* – [www. Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm](http://www.Europa.eu.int/abc/obj/treaties/pt/pttoc.htm)

_____, *The Military Balance* – Oxford University Press, London, 2003-2004.

Brezewski, Zbigniew, *The Grand Chessboard* – Basic Books, New York, 1997.

Brezewski, Zbigniew, *The Game Plan: A Geoeconomic Framework for the Conduct of the Soviet Contest* – Basic Books, New York, 1986.

Castro, Therezinha, *Geopolítica – Princípios, Meios e Fins*. – Col. Pedro II, Rio de Janeiro 1986.

Conn, Stetson e Fairchild, Byron, *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental* – Biblioteca do Exército Ed., Rio de Janeiro, 2000.

Defarges, Philippe Moreau, *Introduction à la Géopolitique* – Éd. Du Seuil, Paris, 1994.

Elias, Norbert, *O processo civilizador*, Vol. 2 – J.Zahar ed., Rio de Janeiro, 1993.

Elias, Norbert, *Os Alemães* – J. Zahar ed., Rio de Janeiro, 1997.

Huntington, Samuel P., *O Choque de Civilizações* – Objetiva, Rio de Janeiro, 1996.

Harrison, Lawrence E. & Huntington, Samuel P., Org., *A Cultura Importa* – Ed. Record, Rio de Janeiro, 2002.

Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, 2.^a Ed – Ed Campus, Rio de Janeiro, 1989.

Landes, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações* – Campus, Rio de Janeiro, 1998.

Rufin, Jean-Christophe, *O Império e os novos Bárbaros*, 2.^a Ed. – Record, Rio de Janeiro, 1992.

Schirmacher, Frank, *A Revolução dos Idosos* – Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2005.

Cultura Tecnológica e Sociedade de Consumo

Prof. Gerardo José de Pontes Saraiva¹⁷

Porque, enquanto um homem permanece entre os vivos há esperança...

(Eclesiastes 9, 4)

Numa perspectiva histórica, chega-se à conclusão de que a dramática situação em que se encontra a atual sociedade deve-se a uma tríplice agressão que atingiu o Mundo Ocidental Moderno.

O primeiro desses abalos teve seu epicentro na França, no final do século XVIII, e passou à História com o nome de Revolução Francesa. Suas conseqüências foram de natureza predominantemente sócio-políticas e se propunha a consolidar as bases de uma democracia liberal. Em face do domínio cada vez maior do poder público — a *res publica* — procurou afirmar os direitos dos cidadãos — a *res privata*. É quando surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

O segundo abalo sísmico teve seu epicentro na Rússia, no princípio do século XX, e passou à História com o nome de Revolução Soviética. Visava a resultados predominantemente sócio-econômicos e parecia apresentar-se como uma alternativa sedutora aos rumos capitalistas que a burguesia impusera à democracia liberal. O que se apresentava como uma revolução nas economias centrais apareceu, então, como o espectro sinistro da possibilidade de uma revolução socialista, cujo objetivo era prolongar uma democracia política com a finalidade de dar consistência concreta aos direitos abstratos proclamados pelo liberalismo. Seu resultado objetivo, principalmente no Terceiro Mundo, foi o recrudescimento

¹⁷ O autor é Cel (Rfm) do Exército, do Quadro de Engenheiros, Mestre em Engenharia Civil e Doutor em Ciências (COPPE /UFRJ). Atualmente é Coordenador da Divisão de Assuntos de Ciência e Tecnologia da Escola Superior de Guerra.

das formas mais espoliadoras do capitalismo periférico, onde o povo foi reduzido às condições mais desumanas e arrastado para as atividades extrativistas, a fim de abastecer a demanda insaciável e predatória de matérias primas das metrópoles industrializadas.

Hoje, vive-se nos pródomos de um terceiro abalo sísmico, este de dimensões planetárias, que abala as próprias bases culturais do mundo contemporâneo. Depois de uma revolução de efeitos predominantemente sócio-políticos, e depois de outra revolução que se propunha atingir resultados sócio-econômicos, defrontamo-nos com uma revolução de efeitos predominantemente sócio-culturais, que se corporifica numa agressão cultural, caracterizada pelos impactos devastadores que a cultura¹⁸ tecnológica e especialmente a cultura consumista vem exercendo, com muito maior prejuízo, sobre os países periféricos.

O afrontamento entre povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos é um problema absolutamente novo, criado pela cultura tecnológica e irredutível ao problema antigo da coexistência de povos pobres e povos ricos. Realmente, antes, a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos era entendida ou inculcada como diferença quantitativa. Media-se o subdesenvolvimento por meio de uma série de índices, tais como, taxas de natalidade e de mortalidade, especialmente infantil, taxa de analfabetismo, de mão-de-obra ocupada no setor primário da agricultura e extração, índice de desenvolvimento industrial, índice de consumo per capita, etc. Muitos relatórios eruditos, aparentemente desinteressados, foram feitos, sugerindo medidas econômico-financeiras, estratégias de transferência de capitais e outras, que permitiriam reduzir as diferenças, acelerando o acesso dos países subdesenvolvidos ao pleno desenvolvimento. Esse assunto chegou até mesmo a ser objeto da atenção da ONU, na década de 60. Tudo em vão, pois no final daquela década, chegou-se à conclusão melancólica de que a distância entre desenvolvidos e subdesenvolvidos nunca fora tão

¹⁸ Estaremos empregando o termo cultura numa conotação temporal. Refere-se ao conjunto de criações de uma comunidade humana reagindo ecologicamente ao contexto espacial no qual está inserida. Como assinala Ávila, 1962, 8a ed., 1996, p. 397 (n.p.p.), é nesse sentido que o termo é usado pelos autores do trabalho *L'Originalité des Cultures*, Paris, UNESCO, 1954.

grande. Acima dos países desenvolvidos se destacavam os países superdesenvolvidos, pós-industriais, tecnocráticos, pré-utópicos; abaixo dos países subdesenvolvidos, descobria-se a faixa sinistra dos países indesejáveis, inviáveis política, econômica, social e culturalmente.

Sem dúvida, um dos fatores que mais contribuíram para a agudização desses contrastes foi a expansão da sociedade de consumo a uma escala planetária. De fato, a sociedade de consumo tende a constituir-se num sistema integrado, pois nela tudo é orientado para garantir o crescimento do ritmo de consumo, desde o sistema educacional, até a própria organização do espaço urbano.

Sobre as sociedades subdesenvolvidas, a violência do impacto da cultura consumista se faz notar de maneira muito mais acentuada, de vez que, nelas, a cultura consumista canaliza logo para o consumo imediato, muitas vezes, supérfluo, os recursos que se deveriam acumular para os investimentos básicos, especialmente os destinados ao desenvolvimento social, para os investimentos no homem. Assim, a cultura consumista consolida e acentua as diferenças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Por outro lado, é a cultura consumista a grande responsável pelas imensas e surdas frustrações das populações carentes, permanentemente afrontadas por uma publicidade insolente para a aquisição de bens e de serviços que elas nunca terão recursos para adquirir e utilizar. Ao visitar um amigo, há pouco tempo, e ao ver na TV, num intervalo, a propaganda de um prato apetitoso, ao comentar a frustração que aquilo poderia causar aos pobres, fui surpreendido com a afirmação de sua esposa, agente social que trabalha em favelas, de que aquilo, para eles não causava grande impacto: o que realmente eles não podiam suportar era, por exemplo, a impossibilidade de usar uma camisa da *Company*.

São essas frustrações, de resto, que alimentam a cólera popular expressa na violência que apavora hoje os grandes centros urbanos.

A sociedade moderna tem sido genericamente chamada de sociedade de consumo e tem feito jus a esse título. Mas é preciso que se explique que não é o fato de consumir que a faz ser uma sociedade de consumo, pois como já se assinalou, é um dado

acaciano: se há produção é para ser consumida. Pode mesmo ser afirmado que o advento da chamada sociedade de consumo criou um clima de expectativa eufórica, porque parecia enfatizar a destinação humana do processo econômico. À economia capitalista, febrilmente absorvida pelos interesses da produção, seguia-se uma economia de bem-estar que deslocava a ênfase para o consumo.

O que caracteriza, propriamente, uma sociedade de consumo é (a) um sistema econômico que exige um consumo cada vez maior, que cresce indefinidamente, e (b) o perfil da produção que com seus diversos itens é traçado em função da demanda, não em função das necessidades reais da coletividade. Isso acontece porque o mercado só é sensível às necessidades que se mediatizam pelo poder aquisitivo. Como esse poder é desigualmente distribuído na população, o consumo altamente suntuário de uns pode estar contíguo ao consumo de subsistência da maioria.

Para ser mantido esse consumo discriminatório, o consumidor é manipulado por uma verdadeira agressão publicitária, financiada por uma imensa massa de propaganda que utiliza processos agressivos, sutis e sofisticados.

A sociedade moderna, marcada pelas características acima resumidamente descritas, que fizeram-na merecer o título de sociedade de consumo, começa a pressentir de maneira difusa, que se aproxima de um impasse. Cada vez mais as pessoas se conscientizam de que não é mais possível manter esse ritmo de consumo, e que o sistema global começa a *ratear*, sendo cada vez mais frequentes as advertências das mais diversas pessoas, das mais diferentes organizações, públicas e privadas, de que algo muito sério já está afetando o seu funcionamento. O conhecimento que se tem das disponibilidades dos recursos não renováveis (principalmente de petróleo) e o rastreamento feito, silenciosamente, por satélites, que apontam perspectivas não muito entusiasmantes, parecem advertir a humanidade de que não é prudente esperar por grandes surpresas agradáveis.

Não é, no entanto, nesse impasse, ou pelo menos não é somente nele, que reside a crise da sociedade de consumo. O

grande problema consiste em desmobilizar os imensos recursos econômicos e humanos comprometidos no processo de consumo. Voltando ao caso específico do petróleo, tecnicamente existem alternativas para o petróleo como combustível locomotor: desde o uso do hidrogênio como combustível não poluente, até as alternativas lúdicas, românticas até, de *andar de bicicleta* ou *passar a pé para melhor conhecer a natureza*.

Na realidade, porém, são tão intensos os interesses e recursos investidos no petróleo, que sua desmobilização teria tais custos sociais ou ela só poderia ser feita no ritmo de uma possível remobilização para alternativas viáveis.

Há dois aspectos a serem considerados. Um é que soluções lúdicas não resolvem o problema e o outro refere-se ao fator *tempo*, a cujo encargo não se pode deixar a sua solução. Não se pode esquecer de que a imaginação criadora só funciona plenamente ante o pressentimento do perigo, estimulada pela iminência do impasse. Infelizmente, porém, muitos dados existentes não nos permitem tranquilidade quanto à existência, pelo menos no grau necessário, dessa consciência.

Há um segundo aspecto dessa crise que, embora já tenha sido abordado, merece uma maior explanação. A sociedade exacerba a demanda de um superconsumo e modela o perfil dessa produção em função dessa demanda, munida de alto poder aquisitivo. O consumo de classes sociais e povos altamente desenvolvidos pesa no subconsumo de imensas massas humanas, fomentando surdas tensões sociais. Numa sociedade onde a abundância de alguns exacerba o sentimento de escassez de outros, e na qual a grande maioria contempla, entre o deslumbramento e a revolta, os privilégios da minoria afluente, os desequilíbrios tendem a aumentar. A sociedade do espetáculo exalta os charmes do *ter mais* e, pelo efeito demonstrativo, divulga no povo a imagem distorcida de uma felicidade proporcional ao nível de consumo. Sonhar os sonhos impossíveis, atingir as estrelas inacessíveis pode ser o destino e a mensagem do Homem de la Mancha, mas ninguém pode prever a violência do abalo quando o povo começa a despertar da letargia para a consciência de uma irremediável frustração.

Paulo VI alerta para alguns aspectos qualitativos que devem ser integrados nos modelos de desenvolvimento, e denuncia a violência da cultura consumista que ameaça a qualidade de vida da humanidade:

[...] Uma outra transformação começa a fazer-se sentir, conseqüência tão dramática quanto inesperada da atividade humana. De um momento para outro, o mundo toma consciência dela: por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só o ambiente material já se torna uma ameaça permanente — poluições e resíduos, novas doenças, poder destruidor absoluto; — é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se insuportável.(Populorum Progressio, 25).

João Paulo II, em pronunciamento¹⁹, comparou o consumismo às doutrinas mais danosas da história, como o nazismo, que matou seis milhões de judeus; e, em documento para a América Latina, *Ecclesia in America*, juntamente com o comércio das drogas, a reciclagem dos lucros ilícitos (lavagem de dinheiro ilícito), a corrupção em qualquer âmbito, o temor da violência, a corrida dos armamentos, a discriminação racial as desigualdades entre os grupos sociais, inclui a destruição irracional da natureza entre os pecados sociais que clamam ao céu.²⁰

Na qualidade de vida das cidades, o problema assume proporções quase catastróficas. As reformas de natureza ambiental devem orientar-se no sentido de deter o processo que vem deteriorando, em ritmo acelerado a qualidade mesma da vida nas

¹⁹ Vide excelente artigo de Newton Carlos, publicado no 1o Cad. do Jornal do Brasil, em 22 Fev. 99, Seção Opinião, sob o título Nada de Mudanças.

²⁰ Dom Eugênio Sales in Sabedoria de um Documento, Jornal do Brasil, 1o cad., p. 11, 27 Fev 99.

idades. A preservação de áreas verdes, a criação de espaços de lazer, o saneamento das periferias congestionadas, a legislação antipolvente são linhas viáveis de ação que haveriam de contribuir para humanização dos centros urbanos.

A sociedade atual sofre a agressão de uma tecnologia, que não foi concebida em função do homem, nem a partir da realidade do mundo subdesenvolvido. Assim, seu fruto, a civilização industrial e urbana, que perdeu o sentido da existência, é o que constitui a maior ameaça para o Terceiro Mundo e, em conseqüência, a mais decisiva batalha que se trava no campo cultural. Não se pode separar o problema cultural do problema ecológico. De vez que a tecnologia, quando escapa ao controle do homem, destrói, com um mesmo golpe, a natureza e os valores culturais.

Há uma analogia entre as reservas naturais acumuladas durante milhões de anos e as tradições resultantes de uma sedimentação milenar. As primeiras se esgotam e as segundas se decompõem em decênios pelos mesmos processos selvagens de uma sociedade industrial e urbana descontrolada. As mesmas medidas valem para reconstruir o ambiente físico e preservá-lo em seus valores permanentes.

Não se pode constituir motivo de surpresa o fato de o homem se sentir desarmado ante um problema tão global e tão complexo, ainda que relativamente recente. Mister se faz que as ciências, as ideologias, a filosofia e a teologia se dêem as mãos e nos mostrem como encarar e enfrentar esse desafio sem precedentes, definindo a missão que nos cabe a todos nós e a cada um de nós, para avançar em meio das dificuldades, esclarecendo a opinião pública e, dentro do processo democrático, compelindo o governo a tomar consciência da situação e a adotar, em todos os setores, medidas que contribuam para atenuá-la e resolvê-la.

A sociedade de consumo, em que vivemos, nos condiciona de tal modo que se nos torna difícil imaginar uma alternativa para ela, pois tudo o que se imagina a respeito parece postular subrepticamente uma sua continuidade. A sociedade lúdica de Marcuse, por exemplo, só é possível sonhar com ela, quando se está em uma bela mansão debruçada sobre o esplendor do Pacífico. Quando nos defrontamos, porém, com a crise de alimentos, com a crise de

energia, ambas em escala e abrangência universais, a solução lúdica se nos apresenta como algo de escandalosa irresponsabilidade, um verdadeiro escárnio.

Não é, pois, nesse nível que se situa o problema, mas no nível da própria cultura tecnológica, que engendrou a sociedade de consumo, hoje ameaçada de colapso: trata-se de saber se ela não é capaz de propiciar a emergência de um outro tipo de sociedade que ofereça novas formas de utilização humana a baixos custos ecológicos, novos critérios de promoção humana independentes das taxas de consumo. Posto nestes termos, o problema implica uma alternativa que, de antemão, deve ser explicitada: ela não poderá ser conseguida através de um processo regressivo que pretendesse repudiar todas as conquistas realizadas pela cultura tecnológica. A alternativa verdadeira só poderá ser encontrada no prolongamento da própria cultura tecnológica, mas reorientada por outros valores. Em outras palavras, o que está em jogo não é uma transformação social, mas uma transformação cultural; não é a mutação de regimes, ou de modelos, mas uma mutação de valores; o que está em jogo não é uma revolução social, mas uma revolução ética. Por mais contestável que seja esta posição, ela é absolutamente decisiva no encadeamento lógico das reflexões sobre a crise atual. Não se pode aceitar a objeção de que a cultura tecnológica, ela mesma, criou os meios de dominação através dos quais a sociedade de consumo manipula nossas vidas, nossa liberdade, nossos destinos; a objeção de que os meios que serviram à dominação não são aptos para libertar. A sociedade de consumo foi um episódio na evolução da cultura tecnológica, mas não se identifica essencialmente com ela e é preciso compreender que só a cultura tecnológica, hoje, pode oferecer alternativas para o colapso da sociedade de consumo. Como assinala Ávila, reduzir o problema às dimensões de uma mera transformação social, de uma mutação de sistemas, é uma posição marcada por um melancólico anacronismo. Há 30 ou 40 anos atrás, isso seria discutível, de vez que a transformação social, a revolução social, se apresentava como um objetivo concreto, em torno do qual se defrontavam conservadores, defensores de um *status quo* e

revolucionários, empreiteiros da demolição. Havia protagonistas visíveis e identificáveis.

O problema, hoje se apresenta confuso e sombrio. Não se apresenta mais um confronto nítido entre sistemas, doutrinas e ideologias; entre capitalismo e socialismo. Ambos bóiam à tona da mesma corrente de fundo, a cultura tecnológica e a sociedade de consumo, em fase de planetização. Boiando, por vezes, se aproximam e se chocam um com o outro, mas os choques são hoje menos ocasião de atrito do que oportunidades para clandestinas e inconfessáveis fecundações.

As transformações sociais ainda possíveis são intra-sistêmicas, ou seja, se reduzem a adaptações sociais, cuja importância pode ser de inegável alcance. A transformação do próprio sistema, do próprio tipo de sociedade, esta se situa em níveis mais profundos, ao nível da transformação cultural, ou seja, ao nível da aceitação generalizada de valores culturais já reconhecidos como os únicos que importam preservar em qualquer sistema: a responsabilidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana.

O que se espera de uma alternativa para a sociedade de consumo é que ela ofereça um modelo capaz de garantir novas formas de realização humana a baixos custos ecológicos.

Essa alternativa deve enfrentar um tríplice desafio, o primeiro dos quais não nos parece ser assustador, pois que vários tipos têm sido oferecidos: a configuração de um modelo. A dificuldade começa na resposta ao segundo desafio: a viabilidade econômica do modelo escolhido. Trata-se, como logo se vê, de um desafio técnico, o que confirma a assertiva feita acima, de que julgamos ser impossível propor uma alternativa realista que não se situe no prolongamento da própria cultura tecnológica. O difícil é constatar se tal modelo, ou modelos semelhantes como os já propostos por economistas de ponta como Paul Samuelson e Jan Tinbergen, que pressentiram o problema, podem funcionar na dimensão mundial que os problemas assumiram; modelos imunes dos percalços que ameaçam a sociedade de consumo.

A gravidade deste desafio se revela tanto maior quanto a resposta a ele incluir necessariamente o problema da absorção

progressiva do potencial desmobilizado da sociedade de consumo. E nessa desmobilização está implícita a exigência da implantação de novas técnicas de produção de bens duráveis, não destinados apenas a incentivar a rotatividade do consumo, as técnicas de reaproveitamento e reciclagem, as técnicas de controle dos dejetos e da preservação ambiental.

O terceiro desafio é sem dúvida o mais radical e o mais importante e situa-se no nível da transformação cultural: uma reorientação para novos valores. Trata-se de educar para *ser mais* e não *para ter mais*.

A ciência e a tecnologia detêm a hegemonia do processo cultural no qual estamos inseridos. Sem qualquer pretensão a qualquer tipo de erudição, pode ser afirmado que foi no Renascimento que se iniciou o revezamento das hegemonias. A hegemonia religiosa cedeu lugar à hegemonia científica, quando começou o longo processo de laicização que hoje se consuma. No entanto, porém, a cultura científico-tecnológica não conseguiu erodir totalmente o embasamento de valores religiosos e cristãos que sustentava a cultura ocidental. Na realidade, esse processo sobrepôs a este embasamento uma nova estratificação de valores. Consolidou-se, assim, uma complexa geologia cultural de estratos valorativos paralelos e sobrepostos, geologia essa que é responsável pela crise que atravessamos.

A tecnologia assume a hegemonia do processo civilizatório através da tecnocracia. A cultura tecnológica gera a tecnocracia, como a cultura religiosa gerou o clericalismo. Os tecnocratas se apresentam como os pontífices da nova ortodoxia, da qual um dos valores (cânones por ela engendrados), o primeiro, certamente, é o da *eficácia*. Erigida à categoria de valor, a eficácia se torna, não só uma prova *a posteriori* do equacionamento científico dos problemas, como também uma norma de moralidade. É moralmente bom o que é tecnicamente eficaz.

A eficácia transcende as fronteiras do capitalismo e do socialismo. Tanto uns quanto os outros deferem ainda à tecnologia um crédito de confiança ilimitado. Só ela é capaz de equacionar racionalmente e solucionar devidamente todos os problemas que ela criou ou contribuiu para criar.

Não concordo com os engenheiros e tecnólogos que crêem que se possam resolver os problemas com que nos defrontamos, pelo assim chamado dilema tecnológico... De minha parte, eu penso que os problemas levantados pelo avanço tecnológico são provavelmente insolúveis.
(*Max Black*).

O dilema tecnológico, a que objetiva *Max Black* na citação acima, refere-se à idéia — bastante promovida por engenheiros, tecnólogos e cientistas, e crida ampla e acriticamente pelo público leigo — de que se você deparar uma dificuldade tecnológica, sempre poderá esperar resolvê-la inventando outro dispositivo tecnológico.²¹ *Ele* refere-se ao axioma gêmeo que diz que, se isso é o que você pode fazer, é também isso o que você deve fazer.

A eficácia, como valor cultural, cria tipos sociais, dos quais o que já adquiriu contornos mais definidos é o que se chama o executivo. Aos executivos cabem equacionar e implementar, no nível técnico, o que se decide ao nível político.

Um segundo valor privilegiado na cultura tecnológica é a ambição do poder. Ela inspira uma ambição do poder baseada nos horizontes sociais e culturais, em que cada um está inserido, teoricamente abertos a todos, em proporção com a capacidade e o esforço de cada um, não estando mais confinada a antecedentes aristocráticos. A realização, contudo, dessa ambição tem um preço árduo, qual seja, ela exige o desempenho competitivo que obriga os indivíduos a aceitarem uma dura luta, cujo trunfo principal é a capacitação científico-tecnológica. A competição, referindo-se a modelos predominantemente quantitativos como agentes aceleradores do processo civilizatório, exacerbou-se na cultura tecnológica, provocando um esforço e uma tensão entre indivíduos e nações, daí causando um aumento indefinido de valores mensuráveis, configurando-se como a cultura do ter mais.

²¹ BLACK, Max. Nothing New, in *Ethics in an Age of Persuasive Technology*, org. Melvin Kranzberg, Westview Press, Boulder, Col., 1980, pp. 26-27.

Por isso, já se denunciaram inúmeras vezes as limitações e os efeitos perniciosos de um crescimento econômico puramente quantitativo.

No que diz respeito à natureza, a cultura tecnológica incentiva a vontade de conquista, de dominação e de transformação. Este é o terceiro valor que a caracteriza e que revela o seu aspecto prometéico animado por uma nova forma de humanismo. O homem se afirma como responsável pelo seu próprio destino e pelo destino do mundo. Impulsionada por essa vontade de conquista, ele desceu aos recônditos do microcosmo e ensaiou suas primeiras vitórias sobre a gravitação. Os programas televisionados ao vivo dos passeios lunares e das proezas dos laboratórios espaciais tornaram-se rotineiros. Não dão mais IBOPE.

Baseada na premissa não explicitada da existência de recursos naturais praticamente inesgotáveis, ela possibilitou uma exploração desenfreada da natureza, a serviço de uma sociedade de consumo, que se revelou tremendamente destrutiva.

Perdendo o senso de respeito que impregnava as sociedades tradicionais, quando o homem sabia ainda extasiar-se com as belezas gratuitas, a cultura tecnológica não teve ciência da sinistra possibilidade, hoje dramaticamente pressentida, de que a natureza explorada, destruída, erodida, preparasse sua vingança final num colapso ecológico. A cultura tecnológica pelos próprios valores que exaltou tem levado a humanidade a uma possibilidade terrível: a da destruição irreparável do sistema ecológico do planeta.

A solução não está na técnica nem nos computadores, embora não se possa abrir mão de ambos.

Existem, ainda, condições de resistir às seduções do consumismo. Requer-se, para tanto, a conversão pessoal e comunitária a fim de inverter o fluxo da corrente: *a prioridade da ética sobre a técnica, o primado das pessoas sobre as coisas, a superioridade do espírito sobre a matéria.* (João Paulo II, *Redemptor Hominis*, 16).

Essa nova perspectiva é realmente profética. Numa época em que ninguém havia ainda tomado consciência do drama da destruição ecológica, João Paulo II já anunciava a sua causa: a

sujeição, a capitulação do homem a uma tecnologia que se insurge contra ele.

Sem resgatar a noção de ética, é inviável dar uma solução para a poluição, primeiro porque o problema não se resolve apenas do ponto de vista técnico; em segundo lugar, porque tem tudo a ver com padrões culturais de produção e consumo. Sem alterar essa lógica desenfreada do consumo, é impossível evitar as milhares de toneladas de poluentes que são produzidas diariamente.

Limites do Crescimento ³/₄ *Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade* (MEADOWS, Dennis L.. et al., 1972) demonstra, exaustivamente, de maneira clara e irretorquível, a impossibilidade de ser mantido o atual ritmo qualitativo e quantitativo de utilização dos recursos naturais, mesmo fazendo uma prospecção para o desenvolvimento da técnica, sem que isso provoque um colapso mesmo do sistema econômico humano.

Muitos futurólogos acreditam que são necessários uma extensão e um reforço da ética, a fim de incluir valores de manutenção da vida e outros valores externos ao mercado, para que possamos diminuir o desnível entre o conhecimento técnico possuído pela ciência e a vontade dos líderes políticos de tomar decisões, a longo prazo para o bem da coletividade. A importância da *Ética da Terra* tem sido destacada. Não se sabe ainda, ao certo, como se pode estender o interesse pessoal para abranger questões globais.

Acreditamos, contudo, que quando o *estudo da casa* (Ecologia) e a *administração da casa* (Economia) puderem fundir-se, e quando a *Ética* puder ser estendida para incluir o meio ambiente, além dos valores humanos, então poderemos realmente ser otimistas em relação ao futuro da humanidade. E temos razões para isso.

Desejamos realçar que nossa proposta poderá provocar reações diversas, pois ela vai de encontro a muitos interesses, e contraria muitas ideologias. Poderá ser considerada utópica, admitimos. Afirmamos, porém, que essa utopia, se for verdadeira essa hipótese, é uma utopia que, embora diametralmente oposta à utopia marxista, não dispensa a intervenção do Estado em alguns setores sócio-econômicos em que sua presença se faça necessária.

Esta proposta prefere os caminhos transversais aos grandes eixos balizados. Salta em diagonal da técnica para as ciências sociais, tentando reconciliar estas duas irmãs tornadas, equivocadamente, inimigas; mistura num mesmo cadinho a ecologia, a engenharia e a economia, aflora princípios filosóficos, aspira a fazer surgir uma ética, se não uma antropologia. A esta aparente desordem, uma certa maneira de ver, sentir e agir tenta impôr consistência e coerência, reunindo elementos díspares numa visão de síntese.

Temos fundada esperança de que, das idéias lançadas neste trabalho, poderá resultar, no campo ecológico, uma contribuição por mínima que seja para a recuperação do *tempo perdido*, que Proust em catorze alentados volumes não encontrou.

Fazemos questão de, ao concluir, aqui deixar consignadas, *ipsis verbis*, uma muito pequena parte do texto desse notável pensador e sociólogo, o jesuíta Padre Fernando Bastos de Ávila, da Academia Brasileira de Letras, quando falando sobre transformação cultural, expressa de modo tão simples e tão elegante, e ao mesmo tempo de maneira tão profunda e realista, as necessidades a serem satisfeitas de modo que as pessoas pudessem ser felizes, realizadas, e ao mesmo tempo, fosse respeitada a natureza.

...Ao fixar a atenção nas mais nobres expressões da grandeza humana, fica-se surpreso ao constatar quão pouco ter lhes foi necessário para ser muito. Nem outro é o sentido da mensagem da pobreza cristã. Seria ingênuo pensar que um Estado pudesse fazer um homem feliz, mas quando se pensa no problema da felicidade em dimensões populares, fica-se espantado e comovido pela humildade das aspirações através das quais se entrevê esta felicidade: a remuneração para um trabalho honesto, a aquisição de uma casa simples onde criar uma família, a estabilidade dos gêneros de primeira necessidade, a assistência médica, a escola para as crianças e, principalmente, a paz, com todas as humildes seqüências rotineiras que ela

permite e garante, a liberdade no respeito aos deveres próprios e aos direitos alheios, a possibilidade de acesso às formas simples e nobres do exercício do lazer, a detergência das formas mais deletérias da poluição, que são as formas da poluição moral: a impunidade da corrupção e a permissividade da impostura. (Ávila, Fernando Bastos de. Padre, S. J., Introdução à Sociologia, 8ª Ed., AGIR, Rio de Janeiro, 1996, p. 390).

Inflação, Juros e Globalização

Moyses Glat²²

Tradicionalmente a inflação era produzida pelo excesso de demanda em relação a oferta, conduzindo a uma escalada de preços e salários em ciclos ascendentes, até que a política monetária em termos de juros e créditos se impunham acalmando a economia e, as vezes, provocando recessão. Era um mundo mais fechado e muito pouco globalizado.

Nos últimos anos verifica-se a predominância de baixas taxas de inflação e de juros. Mudanças fundamentais ocorridas na última década alicerçadas em extraordinárias inovações tecnológicas e crescimento da produtividade mudaram a economia mundial com a eclosão da globalização, tendo como resultado a diminuição das expectativas inflacionárias e seguraram os juros em níveis moderados.

GLOBALIZAÇÃO

A globalização é uma forma de interação de muitas variáveis econômicas não limitadas por conveniências políticas ou por fronteiras geográficas. Na verdade, a globalização funciona como se fosse uma única economia, através da qual se deslocam, livremente, os diferentes fatores de produção (trabalho, capital, produto, serviços, fluxos financeiros, etc.), objetivando reduzir custos, aumentar a eficiência e, principalmente, incrementar a produtividade. Nos Estados Unidos a produtividade, nos últimos cinco anos, cresceu em média 3,3%, maior do que os 2,5% dos anos de 1995 a 2000. A produtividade teve uma grande importância na segunda metade da década de 90, ao manter juros baixos com a economia crescendo, propiciando prosperidade econômica nos Estados Unidos. Como

²² Economista e Professor de Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.

resultado, o desemprego caiu para 3,8%, maior queda em trinta anos e a inflação subiu modestamente.

A globalização explica, em grande parte, o aumento da produtividade, da competição a nível mundial, o aumento do comércio internacional, dos níveis de inflação hoje observados, inferiores aos verificados em períodos anteriores. A globalização permite absorver, a nível mundial, os fatores de produção disponíveis a custos menores. Graças à Internet os custos são virtualmente nulos para armazenar, coletar, acessar e transmitir informações. A globalização aumentou a competitividade das empresas, obrigando-as a serem mais produtivas, abafou a inflação e foi extremamente útil aos bancos centrais, na manutenção das taxas de juros bem acomodadas, ganhando maior credibilidade.

A globalização, tendo liberado o deslocamento geográfico da atividade econômica, propiciou o surgimento de novos produtos, novas formas de produção, novos métodos de transporte, novos mercados, novas formas de organização industrial e, finalmente, aumentou a eficiência da gestão e a criatividade empresarial. A globalização possibilitou a expansão da produção, sem estar limitada aos recursos disponíveis nacionalmente. Na verdade, estamos vivendo um processo, como dizia Schumpeter, de “criação destrutiva”, diante das mudanças inerentes à globalização.

Salários e Desemprego

A globalização alterou os preços relativos de mão-de-obra e capital. É de se notar que a mão-de-obra abundante e barata que aflui ao mercado global, não veio acompanhada de um incremento de capital físico e humano, resultando em alteração dos retornos de salários e lucros observados ultimamente, ao passo que, atualmente, o atendimento alcança somente 80%.

Mercados Financeiros

Outra novidade que se observa na globalização é o surgimento de novas técnicas financeiras e operacionais, que reduzem os riscos dos financiamentos. É possível passar para o mercado de

capitais grande parte do risco, através dos mercados futuros, opções, *swaps*, técnicas de *hedge* e aumento crescente da presença de investidores individuais e institucionais. A dispersão dos créditos em volume e em valor induziu a valorização de ativos reais e financeiros, pois os juros baixos estimularam a espiral de preços de algumas bolhas do mercado acionário, no início do século, e no mercado imobiliário, recentemente, nos Estados Unidos. Atualmente, observa-se, diante dos juros baixos e da facilidade de empréstimos, a formação de bolhas nos mercados de *commodities* e de metais. É bom observar que as bolhas se engordam pelo fato de existir fartura de crédito barato, antes e durante a sua existência, ou seja, grande liquidez.

Poupança e Liquidez

Com os juros em níveis baixos, diminuíram os custos de empréstimos, expandindo o consumo e facilitando fusões e aquisições.

Apesar da elevação dos preços do petróleo ser alimentadora de inflação ela, de certa forma, foi atenuada pela substituição de consumo de outros bens e serviços. Interessante notar que o crescente *déficit* fiscal e de conta corrente nos Estados Unidos não teve um aperto monetário como se esperava, já que o fluxo de capital vindo do exterior (China, Japão, etc) compensava largamente, as necessidades financeiras. Em 1987, 15% dos *Treasuries* estavam na mão de estrangeiros e, hoje, atingem cerca de 50%.

A manutenção das taxas de juros em níveis relativamente baixos não é explicável somente pela queda dos preços resultante das importações baratas da Ásia e, principalmente, da China. A dificuldade em aumentar as taxas de juros, sobretudo de médio e longo prazo, consiste na abundância de poupança provinda do petróleo e das contas correntes de países “superavitários”, investida na compra de títulos americanos. Basta lembrar que, em 2005, o petróleo gerou uma receita de 701 bilhões, depois de 549 e 324 bilhões, respectivamente, em 2004 e 2002. Se parte desses recursos fosse destinada a comprar bens e serviços dos países importadores e exportadores de petróleo, não haveria drenagem e

acumulação de tantas reservas para aplicações financeiras. Provavelmente, a taxa de juros subiria.

Grande parte das positivas contas correntes dos países produtores de petróleo e das exportações da Ásia foram investidas, basicamente, em títulos do governo americano, impedindo a alta das taxas de juros, facilitando, principalmente, a explosão do mercado imobiliário norte-americano, desviando recursos que poderiam aumentar o investimento e o consumo dos países desenvolvidos. A integração da China na economia mundial tem um impacto significativo pelo efeito sobre os juros, oferta global e inflação, graças ao *treasures* e exportações baratas.

Em resumo, tecnologias revolucionárias, produtividade, liquidez abundante e globalização foram, até recentemente, suporte para inflações baixas e juros bem modestos, apesar do estouro dos preços do petróleo e *commodities*.

Começam a surgir sinais de diminuição da liquidez internacional, resultante (excesso de poupança global em relação aos investimentos), da elevação dos juros nos Estados Unidos, Europa e, provavelmente, no Japão. Além da retomada de um crescimento mais vigoroso.

Igualmente é difícil identificar para onde irão os preços das *commodities* e seu impacto sobre a inflação. Não está assegurado que continuaremos vivendo no mundo de baixa inflação e juros civilizados.

A Questão do Gás na América do Sul

Giuseppe Bacocoli*

1 - O Gás Natural no Mundo.

Todos os volumes de reservas, produção e consumo de gás natural no mundo e na América do Sul aqui apresentados têm por base os dados extraídos da Revista Estatística da Companhia British Petroleum (BP Statistical Review – Junho de 2006). Como pode se observar na **Figura 1**, abaixo, no final do ano passado as principais reservas de gás natural do mundo situavam-se primeiramente no Oriente Médio (72 Tcm – Trilhões de metros cúbicos) e, depois, na Área da Europa & Eurásia (64 Tcm), na realidade concentradas em sua maior parte na região correspondente à Rússia (Sibéria). Com apenas cerca de 7 Tcm a América do Sul e Central contribuía com apenas cerca de 4% (3,9%) do total das **reservas mundiais**. Recorde-se que com reservas provadas de petróleo superiores aos 103 bilhões de barris, a América do Sul e Central contribuía com mais de 8% dos volumes de reservas de petróleo do mundo.

Poderia aqui se questionar se o continente sul americano seria relativamente mais pobre em gás natural do que em petróleo por questões geológicas naturais e intrínsecas ou se, de fato, não houve grande preocupação, até o momento, na exploração do gás natural por falta de mercados locais e, por conseguinte, falta de atratividade econômica para a venda do produto, até hoje ainda considerado de difícil transporte em grandes volumes e a grandes distâncias, em que pesem as soluções tecnológicas já encontradas.

* Geólogo de Petróleo – Pesquisador Visitante da COPPE / UFRJ (ANP PRH 02)

Provedor reservas at final 2005
Trillion cubic metres



Figura 1 – Distribuição das **reservas** provadas de gás natural no mundo no final de 2005 (BP Statistical Review). Observe-se, até esta data, a relativa pequena contribuição da América do Sul e Central no contexto das reservas provadas mundiais contribuindo com apenas cerca de 7Tcm, correspondentes a cerca de 4% das reservas mundiais.

A América do Sul e Central contribui, em termos mundiais com apenas cerca de 5% (4,9%) da **produção** de gás natural e 4,5% do consumo. Com excedentes tanto de petróleo líquido, quanto de gás natural, a América do Sul se configura, atualmente, como uma região exportadora de energia sob a forma de hidrocarbonetos naturais para o Hemisfério Norte.

Tanto em termos de produção mundial, quanto de consumo mundial (**Figuras 2 e 3**), o gás natural assume hoje aspectos muito relevantes somente nas regiões América do Norte (27,2% da produção e 28,2% do consumo), Europa & Eurásia (38,4% da produção e 40,8% do consumo) e, secundariamente, na Ásia Pacífico (13,0% da produção e 14,8% do consumo). Observe-se que estas três regiões apresentam percentagens de consumo regularmente superiores às de produção, caracterizando-se assim como regiões importadoras de gás natural, particularmente sob a forma de Gás Natural Liquefeito (GNL).

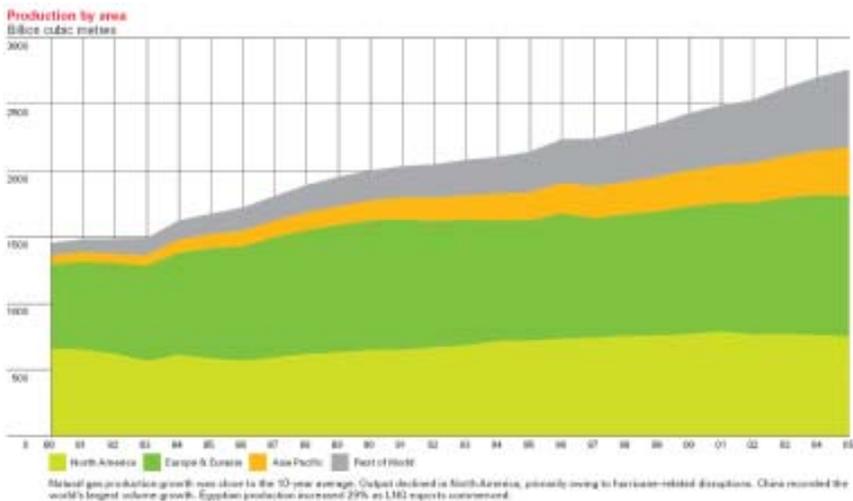


Figura 2 -Evolução da **produção** mundial de gás natural (BP Statistical Review). Observe-se, o grande destaque da América do Norte, da Europa & Eurásia e da Ásia Pacífico totalizando bem 78,6% da produção mundial, em 2005.

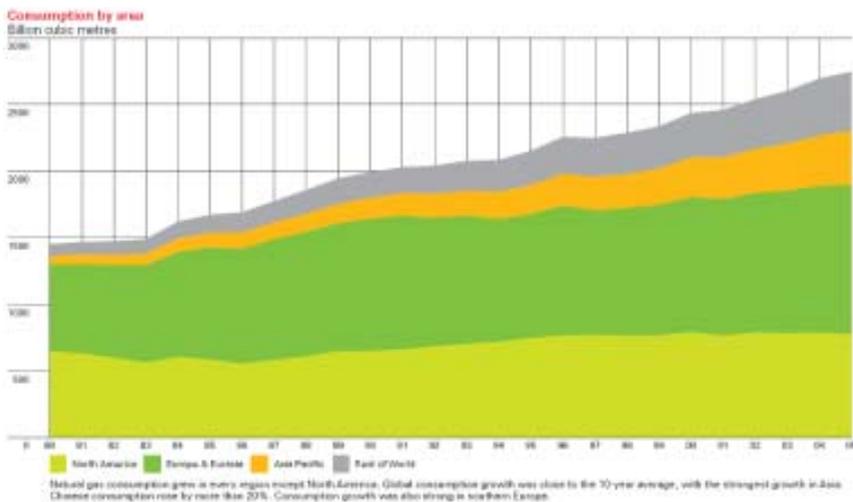


Figura 3 –Evolução do **consumo** mundial de gás natural (BP Statistical Review). Observe-se, o grande destaque da América do Norte, da Europa & Eurásia e da Ásia Pacífico totalizando nada menos do que 83,8% do consumo mundial, em 2005.

Através destes dados pode-se verificar como, no mundo, até hoje o gás natural ainda é praticamente um recursos energético quase que exclusivo dos países mais ricos, situados nestas grandes regiões geográficas. Volumes muito significativos de gás natural já foram descobertos em outras regiões do mundo, mais afastadas dos atuais mercados e já estão sendo exportados ou aguardam a implementação de facilidades para tanto, como pode se verificar no gráfico de razões Reserva / Produção (R/P) para gás natural da **Figura 4**, abaixo.

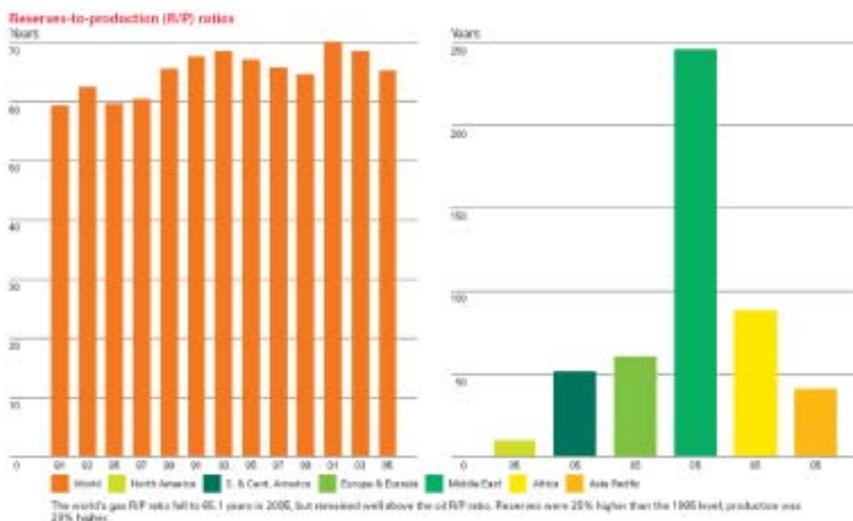


Figura 4 –Evolução da relação Reserva / Produção (R/P) de gás natural (BP Statistical Review). A R/P mundial situada acima do valor 60 significa que as atuais reservas mundiais provadas de gás natural seriam suficientes para manter os atuais níveis de produção durante mais de 60 anos, mesmo que nada mais viesse a ser descoberto. (A atual R/P mundial para o petróleo é de 40 anos). No entanto, esta mesma razão é de mais de 200 anos no Oriente Médio e de quase 90 anos na África onde existem grandes volumes descobertos ainda sem produzir. Esta R/P é de 60, média mundial, para a Europa & Eurásia, cerca de 52 para a América do Sul e Central, 41 para a Ásia Pacífico e apenas cerca de 10 anos para a América do Norte.

Nestas condições verifica-se o quanto será importante encontrar, a curto prazo, soluções tecnológicas para viabilizar o transporte de grandes volumes de gás natural a grandes distâncias. Em terra firme o gás natural é normalmente transportado através de gasodutos. Os exemplos mais importantes são os grandes gasodutos da América do Norte, que levam o gás natural do Canadá para os Estados Unidos e dos Estados Unidos para o México. Existem também grandes gasodutos na Europa, principalmente interligando os campos produtores da Sibéria, na Rússia, com toda a Europa Ocidental.

Outra alternativa é a de refrigerar o gás natural até transformá-lo em metano líquido a cerca de -160°C (cento e sessenta graus negativos). Nestas condições, o gás natural, ocupando um volume 600 vezes menor, pode ser transportado em navios especiais – normalmente grandes navios de casco duplo, com tanques capazes de conter o metano líquido (Gás Natural Liquefeito ou GNL). Estes navios podem transportar o GNL a grandes distâncias, atingindo praticamente todos os mercados do mundo. No destino, o GNL é transformado novamente em gás, através de plantas de vaporização ou de re-gaseificação que, no processo, produzem frio, sendo por isso denominadas plantas criogênicas. Este processo, de tecnologia totalmente dominada desde os anos 50, permite o abastecimento de mercados como o dos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental com relativa segurança, integridade operacional e preços bastante competitivos. Para reduzir riscos, os portos receptores de GNL estão sendo construídos em regiões pouco habitadas e/ou em instalações flutuantes, localizadas no mar (*offshore*). O mercado mundial de GNL vem sendo muito aquecido nos últimos anos, já existem centenas de navios e muitos outros estão sendo construídos. De acordo com os especialistas do setor, em breve o GNL será capaz de transformar o gás natural em mais uma *commodity*, semelhante ao petróleo, com mercado e preço fixado em bolsas internacionais.

Na **Figura 5**, abaixo, os cuidados da Guarda Costeira norte-americana no acompanhamento das operações de descarga de um navio metaneiro num terminal. Depois dia 11 de setembro, cresceu nos EUA o temor de eventuais ataques terroristas a navios metaneiros. Além de toda uma regulação específica, os novos terminais estão sendo construídos predominantemente em facilidades *offshore*. Mesmo assim, há entidades não governamentais lutando hoje contra a importação de GNL, enquanto as companhias petrolíferas insistem em defender a segurança do manuseio adequado do produto. Já que o Brasil parece já ter optado pela importação do GNL, convém, no entanto, respeitar algumas normas de segurança. Por exemplo, o desembarque de GNL dentro da Baía da Guanabara configura-se, em princípio, como pouco recomendável, por questões de segurança.



Figura 5 – Operações de desembarque de GNL em terminal norte-americano acompanhadas de perto pela Guarda Costeira, dado o receio de atos terroristas (Foto: US Coast Guard).

Já há muitos anos, discute-se na Petrobras a eventual importação de GNL. Principalmente para portos da Região Nordeste brasileira a partir de terminais de liquefação existentes na costa da Nigéria, que hoje exportam para a Europa. Existem também plantas de liquefação e exportação de GNL em Trinidad-Tobago. Um grande complexo de GNL chegou a ser projetado para a costa venezuelana, no Projeto Mariscal – Sucre, ainda em fase de estudos. Enormes plantas de GNL, estão sendo construídas no Oriente Médio, especialmente no Qatar, por possuir enormes reservas de gás natural, ainda sem aproveitamento (**Figura 6**).

Na América do Sul, um projeto para levar o gás da Bolívia por gasoduto até a costa do norte do Chile, onde seria transformado em GNL, para envio para a costa da Califórnia, nos EUA, acabou sendo, por várias razões (diferenças tradicionais com o Chile, por impedir à Bolívia o acesso ao mar e destino final do gás, entre outras), um dos estopins da eclosão da “Guerra do Gás” com atos de revolta popular.

No Peru está sendo construído um gasoduto transandino, para o aproveitamento do gás proveniente das jazidas de Camisea, na Amazônia Peruana, próximo à fronteira do Brasil, que será liquefeito numa planta no litoral do Oceano Pacífico e exportado para os EUA.

No Brasil, após a recente e importante descoberta das grandes reservas de gás na Bacia de Santos, principalmente no Campo de Mexilhão, houve quem falasse numa eventual liquefação de parte deste gás para exportação.

A questão da transformação do gás natural em GNL apresenta aspectos estratégicos positivos e negativos. Se, por um lado, permite que o gás natural possa atingir os mercados, mesmo os mais distantes, transformando-se numa nova *commodity*, por outro, também permite o deslocamento do importante insumo para os maiores mercados consumidores, com possíveis ameaças aos tradicionais mercados regionais, como o da América do Sul. Não fossem os antecedentes que

Natural Gas Trade

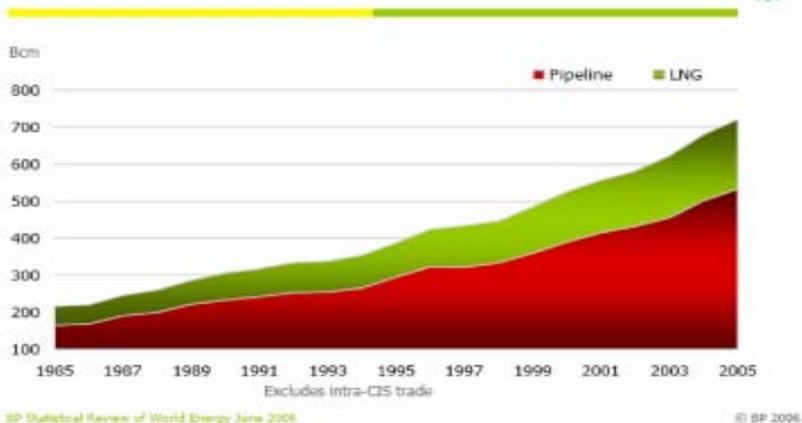


Figura 7 – Evolução da comercialização internacional de gás natural via gasoduto, em vermelho, e via LNG, em verde (BP Statistical Review). Nos últimos anos, o comércio internacional via GNL está crescendo a taxas maiores do que o por gasodutos.

1 - O Gás Natural na América do Sul.

A partir dos dados fornecidos pela BP (BP Statistical Review) consideraram-se os dados de reservas provadas, produção e consumo referentes aos principais países da América do Sul e Central. Quanto aos países da América Central, apenas Trinidad-Tobago foi mantida com certo destaque, por seu significado e proximidade com a América do Sul. Nos demais casos, os países ficaram sem identificação, dentro da categoria outros.

Esta análise abordará, então, os dados de reservas provadas, produção e consumo do continente recordando que, em termos mundiais, todos estes volumes são pouco significativos, quando comparados com aqueles dos três mercados principais, situados no Hemisfério Norte. O consumo do gás natural pode ser tomado como excelente indicador do desenvolvimento industrial de um país, ou de toda uma região. Além de apresentar, em relação a outros combustíveis, grandes vantagens ambientais, o gás natural é um

combustível cada vez mais exigido, em função do desenvolvimento da tecnologia empregada especialmente nas indústrias, por permitir operações mais limpas e sempre mais precisas nas máquinas operatrizes, além de propiciar a produção de compostos mais puros.

Como veremos adiante, em termos de consumo, apenas a Argentina, a Venezuela e o Brasil apresentam necessidades de volumes importantes. Em sua maioria, os países da América do Sul ainda prescindem do fornecimento de gás natural, em que pesem os significativos aumentos de demanda em alguns outros países, como por exemplo o Chile.

Antes de efetuar uma análise das reservas provadas de gás natural na América do Sul será preciso rever alguns conceitos fundamentais. O petróleo e o gás natural originam-se de forma semelhante, dentro das bacias sedimentares e podem ser explorados e explotados (produzidos) de maneira relativamente semelhante. Apesar disto, trata-se de produtos naturais distintos, que apresentam sempre hábitos de ocorrência também distintos. Bacias sedimentares podem ser naturalmente mais propensas à ocorrência de petróleo líquido e/ou de gás natural como um todo, em porções distintas da mesma bacia, ou em profundidades diferentes. Por exemplo, a parte mais setentrional do Mar do Norte é mais propensa para a ocorrência de petróleo e gás associado ao petróleo, enquanto sua porção mais meridional é mais propensa à ocorrência de gás, geralmente não associado ao petróleo.

No mundo, a Região do Oriente Médio é especialmente propensa à ocorrência de petróleo, em que pesem também as grandes quantidades de gás associado. Por outro lado, algumas bacias da Rússia, como as da Sibéria, são particularmente propensas à ocorrência de gás, geralmente não associado.

Na América do Sul, as bacias da Venezuela são muito propensas naturalmente à formação de jazidas de petróleo, com muito gás associado. Por outro lado as da Bolívia são especialmente propensas à geração de gás, geralmente com pouco petróleo associado. No Brasil, ocorrem áreas muito oleíferas, como a Bacia de Campos, em que pesem os grandes volumes também de gás associado, e relativamente mais gaseíferas, como a Bacia do

Solimões e/ou algumas bacias do Nordeste, proporcionalmente muito mais ricas em gás natural, inclusive não associado que a Bacia de Campos. As próprias bacias do Espírito Santo e de Santos, que ladeiam no litoral da Região Sudeste, respectivamente ao norte e ao sul, a Bacia de Campos, são proporcionalmente mais propensas à formação de jazidas de gás natural.

A maiores profundidades, dada a maior temperatura, os compostos orgânicos líquidos do petróleo tendem a perder estabilidade, transformando-se em gás. Por isto as jazidas de gás natural tendem a ocorrer a maiores profundidades.

O gás associado ao petróleo, seja na forma de gás em solução ou formando pequenas capas de gás sobre jazidas de petróleo, normalmente somente pode ser produzido em função, e subordinadamente, à produção do petróleo.

Já o gás não associado ao petróleo, ocorrendo nas jazidas de forma livre ou associado a quantidades mínimas de petróleo pode ser produzido independentemente, quase que no tempo e nas quantidades demandadas pelos mercados, muito embora as condições de reservatório ainda estabeleçam alguns limites. Estes conceitos são extremamente importantes pois reservas de gás natural, mesmo que aparentemente muito elevadas, podem não levar a níveis de produção proporcionalmente elevados, caso se trate de gás associado.

O gás natural, produzido normalmente por companhias de petróleo, acaba tendo importantes volumes fatalmente destinados a outras finalidades que não as de mercado, entre as quais se mencionam: (1) uso próprio do produtor, por exemplo para gerar energia nos campos e plataformas de produção (energia utilizada nas instalações de produção, no tratamento dos fluidos e, até na sua compressão); (2) injeção e/ou re-injeção nos reservatórios de petróleo, para manter sua energia e viabilizar tanto os níveis de produção, quanto a recuperação do petróleo; (3) perdas e queimas, naturais no processo (pequenos volumes de gás associado produzidos em campos distantes de gasodutos, onde não seja possível seu aproveitamento econômico, serão fatalmente queimados). Não raro apenas 40% ou 50% do volume total de gás produzido acabam sendo vendidos.

O gás natural comercializado em todo o mundo é constituído, quase que exclusivamente, pelo gás metano (cerca de 90% de metano ou CH₄). No entanto, na natureza, o gás produzido por reservatórios subterrâneos pode conter somente metano, sendo denominado neste caso “gás seco”, ou também volumes significativos de outros hidrocarbonetos gasosos, como o etano, o propano e o butano sendo, neste caso, denominado “gás úmido”. Neste último caso, como os outros gases são valiosos para produzir outros produtos, como o GLP (gás liquefeito de petróleo) e até a gasolina natural, estes devem ser separados em plantas de tratamento e separação, antes da comercialização do gás natural. Estas mesmas plantas destinam-se também a eliminar as impurezas eventualmente produzidas junto com o gás como água, sedimentos, mercúrio e gases não constituídos por hidrocarbonetos naturais, como o gás hélio (de grande valor comercial e estratégico) ou o gás carbônico (também com valor econômico).

O gás natural é normalmente comercializado, no varejo, em unidades de volume medidas nas condições normais de pressão e temperatura (metros ou pés cúbicos sendo que 1m³ equivale a 35,31ft³). Para grandes volumes, utilizam-se normalmente unidades maiores, múltiplas das primeiras, com o Bilhão (Bcm) ou o Trilhão (Tcm) de metros cúbicos ou o Trilhão de pés cúbicos (Tcf), muito utilizadas em mercados internacionais. No entanto, dadas às possíveis diferentes composições do gás comercializado e, por conseguinte, seu diferente poder calorífico é também muito comum a comercialização do gás em unidades térmicas, como por exemplo o btu (British Thermal Unit). Como esta unidade é muito pequena, costuma-se utilizar o MMbtu (milhão de btu), que corresponde, em média, a cerca de 27,9m³ ou 28m³ de gás. Este é o caso típico do nosso gás importado da Bolívia que, por contrato, é vendido nesta unidade.

Na **Tabela I**, abaixo, compilada com base nos dados mais atuais da BP (BP Statistical Review) constam os dados relativos às reservas provadas de gás natural da América do Sul (e Central, com destaque apenas em Trinidad-Tobago).

Tabela I

Evolução e situação atual das reservas provadas de gás natural na América do Sul (BP Statistical Review).

América do Sul : Reservas Provadas de Gás						
País	1985 Bcm	1995 Bcm	2005 Bcm	2005 Tcf	% (Mundo)	R/P
Argentina	0,68	0,62	0,50	17,8	0,3	11,1
Bolívia	0,13	0,13	0,74	26,1	0,4	71,1
Brasil	0,09	0,15	0,31	10,9	0,2	27,3
Colômbia	0,11	0,22	0,11	4,0	0,1	16,7
Peru	-	0,20	0,33	11,5	0,2	-
Trin.-Tob.	0,32	0,35	0,55	19,2	0,3	18,8
Venezuela	1,73	4,06	4,32	152,3	2,4	-
Outros	0,24	0,23	0,17	5,9	0,1	87,7
Total	3,33	5,96	7,03	247,7	3,9	51,8

Como se pode observar, apenas sete países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru, Trinidad-Tobago e Venezuela) possuem reservas significativas, num total de 247,7Tcf, no final de 2005. Deste total a Venezuela destaca-se, em primeiro lugar, com 152,3Tcf, seguida pela Bolívia (26,1Tcf), Trinidad-Tobago (19,2Tcf), Argentina (17,8Tcf) e Peru (11,5Tcf). O Brasil se situa em sexto lugar com reservas provadas da ordem de 10,9Tcf, praticamente iguais às do Peru.

Em termos evolutivos, deve-se observar que as reservas da Argentina estão caindo, reagindo muito desfavoravelmente à privatização do setor. A Argentina voltou a ser um país importador (da Bolívia) e apresenta a menor relação R/P do continente (11,1) o que significa que as suas reservas provadas serão capazes de suportar a atual produção, durante apenas cerca de onze anos.

As reservas da Bolívia saltaram de 0,13 Bcm, em 1995, para 0,74 Bcm (ou 26,1 Tcf) em 2005, como resultado dos investimentos efetuados pelas companhias de fora, como por exemplo, a Petrobras.

As reservas do Brasil também dobraram, entre 1995 e 2005 após as descobertas importantes da Bacia de Santos, já praticamente nestes últimos anos. As reservas atuais do Brasil continuam relativamente modestas sendo de 0,31 Bcm (cerca de 11 Tcf).

A Colômbia apresenta reservas muito modestas, mesmo assim, em breve, se tornará exportadora de gás para a Venezuela.

As reservas peruanas são da ordem das brasileiras concentrando-se todas na Região de Camisea, na Amazônia Peruana, nas proximidades da fronteira com o Brasil. No Peru está sendo construído um gasoduto transandino, para levar esse gás para a costa do Pacífico, onde deverá ser liquefeito para exportação.

Trinidad-Tobago já é um dos principais exportadores de GNL com reservas bastante elevadas, da ordem de 0,55 Bcm.

A Venezuela possui as maiores reservas de gás natural do continente com 4,32 Bcm (cerca de 152 Tcf). No entanto, 90% desse gás se encontra associado ao petróleo, não pode ser produzido independentemente e, ao contrário, deverá ser reinjetado para manter os elevados níveis de produção dos campos de óleo. Como um todo a América do Sul apresenta reservas de 247,7 Tcf o que corresponde a 4% do total do mundo. Certamente essas reservas deverão crescer, dependendo do aumento e da maior distribuição dos mercados locais consumidores, quando o gás for explorado com maiores investimentos.

A **Tabela II** mostra dados de produção de gás na América do Sul. No momento a maior produção ocorre na Argentina (45,9 Bcm), seguida por Trinidad-Tobago (29,1 BCM), a Venezuela (28,9 Bcm), o Brasil (11,4 Bcm) e a Bolívia (10,4 Bcm).

Tabela II

Evolução e situação atual da Produção de gás natural na América do Sul (BP Statistical Review)

América do Sul : Produção Gás (Bcm)						
País	1995	2000	2004	2005	% (04-05)	% (Mundo)
Argentina	25,0	37,4	44,9	45,9	1,9	1,7
Bolívia	3,2	3,2	8,5	10,4	23,2	0,4
Brasil	4,8	7,2	11,0	11,4	3,1	0,4
Colômbia	4,4	5,9	6,4	6,8	7,0	0,2
Tri.-Tob.	6,1	14,1	28,1	29,1	3,5	1,0
Venezuela	27,5	27,9	28,1	28,9	3,2	1,0
Outros	2,2	2,2	2,8	3,5	26,3	0,1
Total	73,2	97,9	129,8	135,9	4,8	4,9

A **Tabela III** mostra o consumo de gás dos principais países da América do Sul. A Argentina, no ano de 2005, tinha um consumo de 40,2 Bcm, correspondendo praticamente ao dobro daquele do Brasil. A Venezuela se coloca em segundo lugar, com um consumo de 28,9 Bcm, seguida pelo Brasil com 20,2 Bcm, o Chile com 7,6 Bcm e a Colômbia com 6,8 Bcm. Devido ao atrito existente entre o Chile e a Bolívia por antigas questões relacionadas à possível saída da Bolívia para o mar, o Chile é obrigado a importar o gás boliviano via Argentina.

Tabela II

Evolução e situação atual do Consumo de gás natural na América do Sul (BP Statistical Review)

América do Sul : Consumo de Gás (Bcm)						
País	1995	2000	2004	2005	% (04-05)	% (Mundo)
Argentina	227,0	33,2	37,9	40,2	7,4	1,5
Brasil	4,8	9,3	19,0	20,2	6,7	0,7
Chile	1,6	5,2	8,3	7,6	-8,2	0,3
Colômbia	4,4	5,9	6,3	6,8	7,5	0,2
Equador	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	-
Peru	0,4	0,3	0,9	1,6	84,2	0,1
Venezuela	27,5	27,9	28,1	28,9	3,2	1,1
Outros	7,3	11,9	17,1	18,3	7,1	0,7
Total	73,1	94,0	117,7	124,1	5,7	4,5

As **Figuras 8, 9 e 10** mostram os valores de reservas de produção e consumo no ano de 2005, na América do Sul. A **Figura 11** mostra a condição de importadores e exportadores dos países da América do Sul. No momento, somente Trinidad-Tobago, Colômbia e Bolívia configuram-se como países exportadores, sendo que o Peru deverá se tornar exportador em breve.

Gás: Reservas Provadas 2005 (247.8 Tcf)

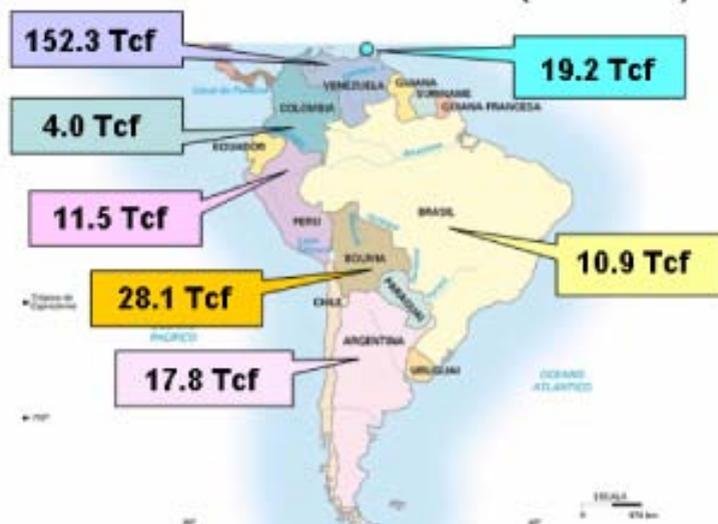


Figura 8 – Reservas provadas de gás natural na América do Sul

Gás: Produção 2005 (135.6 Bcm)



Figura 9 – Produção de gás natural na América do Sul

Gás: Consumo 2005 (124.1Bcm)



Figura 10 – Consumo de gás natural na América do Sul

Gás: Produção 2005 (135.6 Bcm)



Figura 11 – América do Sul, países importadores e exportadores de gás natural

3 - O Gás Natural no Brasil

As **Figuras 12 e 13** mostram que, enquanto as reservas brasileiras de petróleo cresceram significativamente ao longo dos últimos anos, as de gás natural permaneceram quase que inalteradas, durante longos anos, crescendo significativamente apenas nesses últimos três anos. Esses dois gráficos evolutivos das reservas mostram a prioridade dada ao petróleo, em detrimento do gás natural.

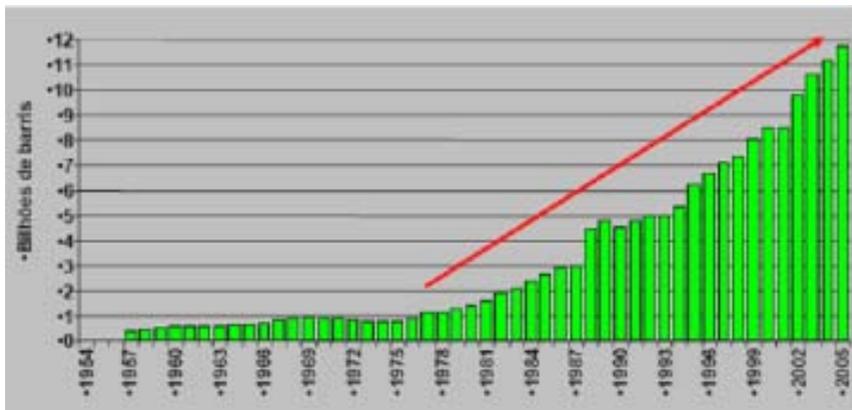


Figura 12 – Evolução das reservas provadas brasileiras de petróleo (ANP). Constante crescimento a partir das descobertas na Bacia de Campos, no final dos anos '70.

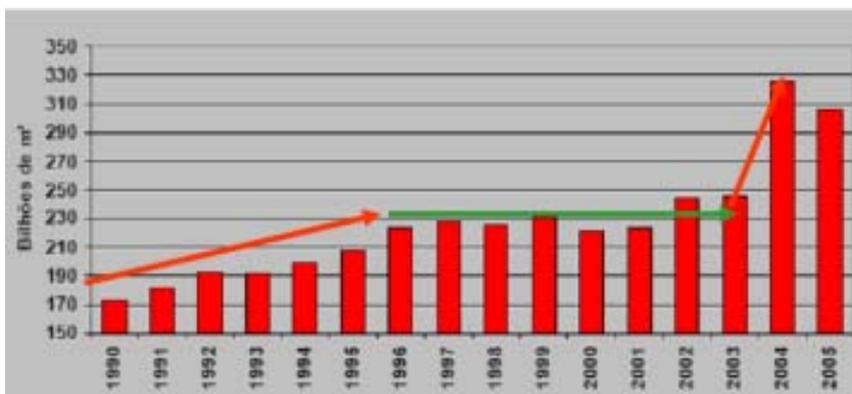


Figura 13 – Evolução das reservas provadas brasileiras de gás natural (ANP). Quase estagnação até o início desta década. Depois as descobertas na Bacia de Santos.

Comentam alguns que a exploração do gás se faria nas mesmas áreas e bacias onde se explora petróleo o que não corresponde à realidade. Para justificar esta assertiva, basta analisar os dados dos gráficos da **Figura 14** que mostram, respectivamente, as distribuições das reservas provadas de óleo e de gás no Brasil. Enquanto 88% das reservas provadas de óleo se localizam na bacia de Campos, apenas 43% das reservas provadas de gás se situam nesta bacia. As bacias terrestres e outras bacias marítimas, fora de Campos, contam com respectivamente 8% e 4% das reservas provadas de óleo, e 24% e 33% das reservas provadas de gás natural. Isso significa que a exploração da Bacia de Campos para seus objetivos exploratórios clássicos levou à descoberta de grandes quantidades de petróleo.

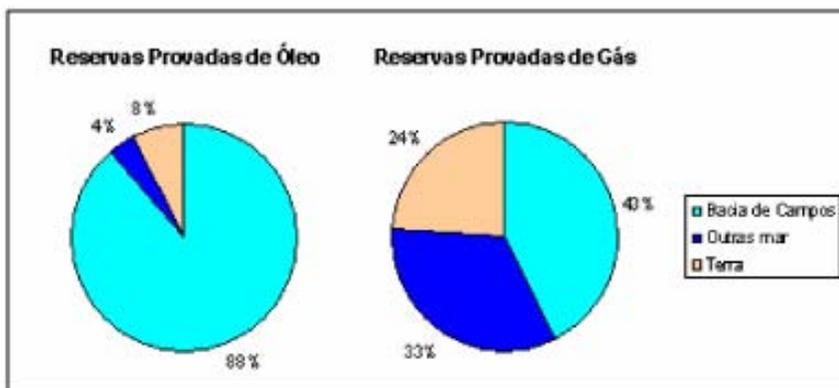


Figura 14 – Brasil: diferentes distribuições das reservas provadas de petróleo e de gás natural em final de 2005 mostrando *habitat* geológico certamente diferente destes dois fluidos.

Poderia se mencionar ainda a profundidade final dos poços exploratórios perfurados no Brasil que, em média, ainda não atinge 2,5 km indicando que a exploração privilegiou os objetivos mais rasos e, em decorrência, aqueles relacionados à ocorrência de hidrocarbonetos líquidos.

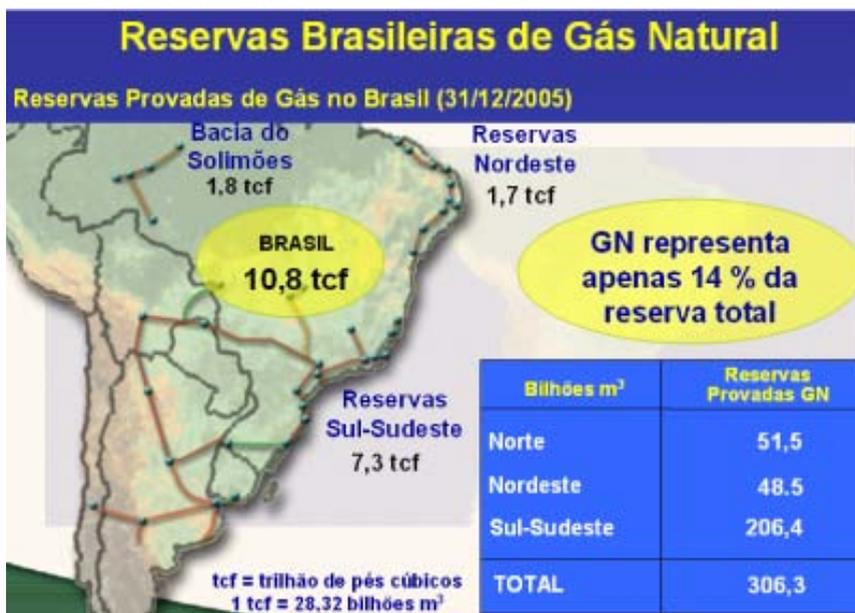


Figura 15 – Reservas brasileiras de gás natural (Petrobras)

Em dados divulgados pela Petrobras, as atuais reservas provadas brasileiras em barris de óleo equivalente correspondem a 86% de óleo e condensado e apenas 14% de gás natural, sendo que destes 9% são de gás associado, e apenas 5% de gás não associado.

As atuais reservas brasileiras, também de acordo com a Petrobras, são de 308,4 Bcm, sendo que destes 51,5 Bcm (17%) se encontram na Bacia do Solimões, 48,5 Bcm (16%) nas bacias costeiras do nordeste e 208 Bcm (67%) nas bacias, predominantemente marítimas, do Sul-Sudeste (**Figura 15**).

A produção de gás natural tem crescido nos últimos 10 anos à razão de 7,5% ao ano e, em 2005, atingiu os 48 milhões de metros cúbicos ao dia, sendo que destes 78% correspondem a gás associado, e apenas 22% a gás não associado. Do total produzido no Brasil 14% vêm sendo utilizado para consumo próprio da Petrobras. Outros 14% desaparecem em queimas e perdas e 17% são re-injetados nos reservatórios de petróleo. Portanto, apenas 55% do gás produzido chegam ao mercado. No momento, cerca

de metade do gás consumido no mercado brasileiro é por isso importado da Bolívia. O consumo brasileiro de gás natural explodiu no final da década passada, crescendo à razão de mais de 17% ao ano (**Figura 16**). Observe-se que neste consumo ainda não se inclui o das termelétricas a gás, que deveriam ser eventualmente colocadas em funcionamento caso haja crise no abastecimento de água das hidrelétricas.

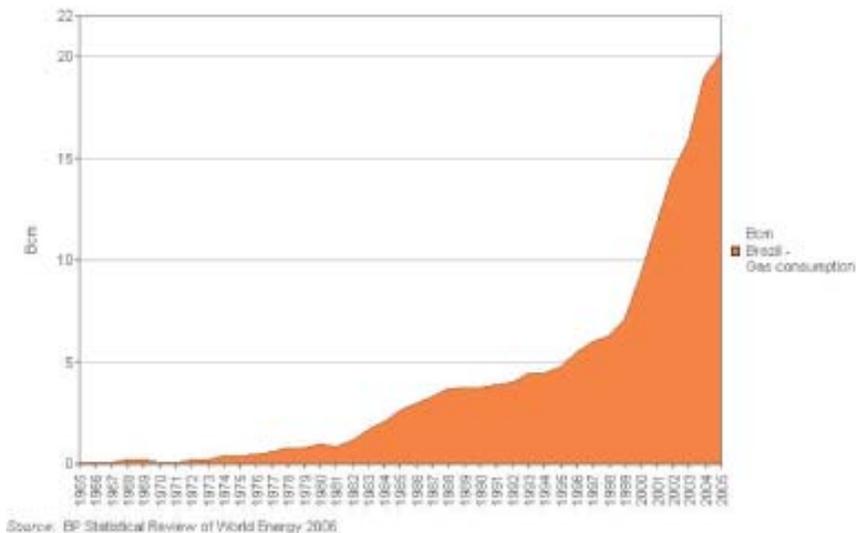


Figura 16 – Explosão do consumo de gás natural no Brasil a partir do fim da década passada.

De acordo com as previsões da Petrobras e da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), em 2011, haverá uma demanda no mercado brasileiro da ordem de 121 milhões de metros cúbicos/dia, mais do que o dobro da atual. Essa demanda deverá ser atendida pelo aumento da produção nacional (59%), ainda pela importação do gás boliviano (25%) e pela possível importação de GNL (Gás Natural Liquefeito) (16%). Isto significa que, em 2011, ainda dependeremos da importação de cerca de 30 milhões de metros cúbicos/dia (cerca de 25% do nosso consumo) de gás boliviano.

Enquanto nesse ano foi comemorada, com a merecida pompa e circunstância, a nossa auto-suficiência em petróleo, lamentamos a dependência externa da metade de todo o gás que consumimos. Mesmo com as medidas emergenciais colocadas em prática pelo segmento de E & P da Petrobras em 2011, ainda um quarto de todo o gás que consumiremos será proveniente da Bolívia, configurando uma continuada dependência externa.

A explicação de como se chegou a essa grave situação de dependência só pode ser encontrada numa análise histórica do processo brasileiro de exploração, então conduzido, quase que exclusivamente, pela própria Petrobras. Até os anos 70 não havia, na prática, no Brasil, um mercado importante para o gás natural. No elenco das bacias sedimentares terrestres e marítimas acabaram sendo selecionadas para receberem os maiores esforços exploratórios aquelas que ofereciam, no curto prazo, maiores perspectivas para descoberta de hidrocarbonetos líquidos como por exemplo, a Bacia de Campos. Sempre se privilegiaram os prospectos mais rasos já que o custo dos poços exploratórios aumenta exponencialmente com a profundidade. No final dos anos 70, descobriram-se importantes reservas de gás na Bacia do Solimões, na área do Rio Juruá, que até o momento, continuam sem aproveitamento, devido aos problemas de afastamento dos mercados. Durante algum tempo na década de 80, o gás natural foi visto como competidor de alguns derivados de petróleo vendidos pela Petrobras, como era o caso do óleo combustível. Produto de baixa qualidade, por ser de alto teor de enxofre, o óleo combustível brasileiro saído das refinarias da Petrobras era vendido para fins industriais a baixo custo. Depois, já nos anos 90, quando o mercado brasileiro de gás natural virtualmente explodiu não havia outra alternativa além da importação do gás da Bolívia, através de gasoduto. No início desta década a situação se agravou ainda mais quando o “apagão” levou à decisão de se ativar várias usinas termelétricas a gás natural, mesmo sabendo-se que não havia disponibilidade desse recurso na quantidade demandada.

O relativo abandono do gás natural no Brasil passa também pela falta de regulamentação legal. Este ano já estamos a 10 anos da nova Lei do Petróleo que, em 1997, veio regulamentar a

exploração e a produção dos hidrocarbonetos líquidos no país. Por outro lado, uma lei do gás ainda tímida e de conteúdo bastante controverso continua rolando entre gabinetes de ministérios, longe de ser aprovada e divulgada.

Não há a menor dúvida que as condições geológicas das bacias sedimentares brasileiras são mais do que favoráveis também para que seja possível atingir auto-suficiência em gás natural. Dizer que as bacias sedimentares brasileiras não seriam adequadas para a exploração de gás corresponderia a dizer o mesmo que se disse, no passado, quanto ao petróleo. No entanto, deve-se levantar essa questão de forma aberta e decidida zelando pela manutenção dos investimentos em exploração destinados especificamente à busca do gás natural. Essa questão requer vontade política e até estrutura organizacional.

4 - As Ameaças da Bolívia

Após longas negociações, no final de 1996, começou a construção do gasoduto para importação do gás da Bolívia, que foi inaugurado em 1999. Na segunda metade dos anos 90, depois da abertura do setor boliviano dos hidrocarbonetos, a Petrobras também começou a operar no país vizinho, tornando-se a maior companhia da Bolívia e uma empresa integrada de petróleo, indo da exploração e produção de grandes reservas gaseíferas até a operação das duas maiores refinarias e de um sistema de distribuição. A Petrobras da Bolívia recolhe 24% de todos os impostos e possui mais de dez mil empregados, entre os diretos e os indiretos. A Petrobras investiu mais de um bilhão de dólares nesse país. Desde o início dessa década o Brasil importa grandes volumes de gás natural do país vizinho, de acordo com um contrato que se manterá válido até 2019, e que contém uma fórmula de reajuste de preço, atualizado constantemente.

Desde o início desta década ocorreram uma série de movimentos populares que chegaram a derrubar dois presidentes, dentro da que viria a ser chamada “Guerra do Gás”.

A Bolívia se divide hoje em duas grandes regiões: a região baixa, mais oriental, situada na fronteira com o Brasil, onde se

concentram além dos recursos petrolíferos, os maiores empreendimentos agro-pecuários e as populações de maior renda e a região alta, a ocidental, onde quase inexistem atividades rentáveis e uma grande população de várias etnias indígenas sobrevive do cultivo da coca e de algumas atividades mineiras (**Figura 17**). Enquanto a Petrobras conseguiu se relacionar relativamente bem com as populações da porção oriental do país, continua praticamente desconhecida e muito mal vista pelos povos da parte alta. O país conta ainda com antigas rixas com muitos entre os seus vizinhos, em função de guerras e suas desastrosas conseqüências. Na realidade há quase uma dezena de etnias e povos diferentes que convivem de forma algo conturbada, dentro da mesma área geográfica. Sucessivos governos vêm encontrando dificuldades muito grandes para controlar as freqüentes ameaças às instituições.



Figura 17 – Situação geográfica da Bolívia e distinção das duas regiões: a alta, ocidental e a baixa, oriental.

O petróleo e o gás são considerados praticamente as únicas riquezas de um país extremamente pobre, e a população está

convencida que essas riquezas estariam sendo aproveitadas pelas companhias estrangeiras de forma injusta e lesiva aos seus interesses. Daí o consenso quanto à necessária estatização desses recursos.

No meio da “Guerra do Gás” emergiu como importante liderança a figura do “cocaleiro” Evo Morales que, após uma campanha a frente de um partido que se auto-denomina Movimento ao Socialismo, acabou se elegendo Presidente da República. Desde o início da campanha, na própria plataforma eleitoral do Movimento ao Socialismo, constava a nacionalização do setor petrolífero boliviano, retornando-se a condição da YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia) monopolista. Aliás, o setor boliviano do petróleo já fora estatizado em duas outras ocasiões.

Durante os movimentos populares relacionados à “Guerra do Gás” já houve manifestações contra a presença da Petrobras e, no ano passado, chegou a explodir uma bomba perto dos seus escritórios.

No dia 1º de maio deste ano o Exército Boliviano ocupou simbolicamente as instalações da Petrobras, e de outras companhias estrangeiras e, em discurso à nação o Presidente Evo Morales anunciou a efetiva estatização da indústria do petróleo, através de decreto específico, recebido com festas pela população. A presença do Exército, aparentemente desnecessária, seria importante para cercar de profundo simbolismo o acontecimento. O governo brasileiro inicialmente alegou uma estranha surpresa, e reagiu de forma relativamente branda. Mais recentemente reagiu de forma um pouco mais decidida, quando os bolivianos resolveram de fato se apropriar das duas refinarias da Petrobras. Na realidade o presidente boliviano estava apenas colocando em prática suas promessas de campanha.

Estes episódios acabam abrindo uma profunda controvérsia entre a Bolívia e a Petrobras. Certamente o governo boliviano não possui recursos suficientes para ressarcir os investimentos da Petrobras e até o preço do gás importado pelo Brasil está sendo considerado como alvo de querela pelo governo da Bolívia.

Através de campanhas voltadas para formar opiniões na população boliviana a Petrobras é vista como: (1) empresa

multinacional, por ter ações na Bolsa de Nova Iorque; (2) empresa monopolista, por controlar grande parte da indústria boliviana da exploração à distribuição; (3) empresa corrupta, por ter contratado ex-dirigentes da YPFB e do governo boliviano; (4) sonegadora de impostos, por não pagar os novos tributos estabelecidos pelo governo; (5) destruidora do meio ambiente, por fazer acordos com as populações locais e destruir o meio ambiente; e assim por diante.

Provavelmente o fornecimento de gás natural para o Brasil não será interrompido, porque interessa à Bolívia vendê-lo e é importante para o Brasil comprá-lo. No entanto, há riscos à própria integridade operacional do gasoduto, face aos constantes movimentos populares.

4 - O Gasoduto Sul-Americano

Por aparentes sugestões de representantes do governo venezuelano colocou-se a possibilidade da construção de um grande gasoduto para transportar o gás venezuelano até o Brasil, Uruguai e Argentina. Nas premissas foram consideradas motivações para esse estudo (sic): (1) o forte crescimento do mercado sul-americano de gás natural nos últimos anos; (2) a limitação do crescimento da produção do gás natural no Brasil e Argentina, os altos preços do gás nos mercados internacionais e a complexidade da cadeia do processo GNL; (3) o volume das reservas (provadas + prováveis) de gás natural da Venezuela de aproximadamente 200 Tcf cuja produção líquida atual (81 MMm³/dia) compromete apenas 15% das reservas provadas pelos próximos 20 anos; (4) a criação de várias oportunidades de negócio para todos os países envolvidos.

O gasoduto teria a capacidade de 150 MMm³/dia. O comprimento da linha tronco seria de 7.069 km e seu comprimento total de 9.749 km. Em seu trecho inicial, entre a cidade venezuelana Puerto Ordaz e Araguatins, no Estado de Tocantins, o gasoduto teria um diâmetro de 58 polegadas (equivalentes a 1,47 metros). Seu custo inicial foi estimado em pouco mais de 23 bilhões de dólares. A concepção inicial do traçado do gasoduto consta da **Figura 18**.



Figura 18 – Concepção do traçado do Gasoduto Sul-Americano, linha troco em azul, (Petrobras e MME).

Gasodutos de grande porte já foram construídos na América do Norte, entre o Canadá e os EUA, e entre os EUA e o México. Na Europa existem grandes gasodutos interligando os campos da Sibéria, na Rússia, com os mercados da Europa Ocidental.

A concepção do Gasoduto Sul-Americano apresenta algumas notáveis vantagens tais como:

a) Evita que o gás natural venha a ser exportado para países mais desenvolvidos, assegurando seu direcionamento para a América do Sul.

b) É um evidente instrumento de integração sul-americana.

c) Abastece os pólos de mineração do norte do Brasil, notadamente os pólos de bauxita do Pará e do Maranhão e o grande pólo mineral dos Carajás.

d) Atravessa o Brasil em sua porção central, abastecendo regiões que normalmente ficariam à margem dos sistemas de distribuição localizados na costa.

e) Representa uma alternativa de abastecimento energético no longo prazo.

No entanto, existem algumas questões da maior relevância ainda a discutir, bem como a eventual consideração de alternativas, tais como:

a. Os investimentos necessários são muito elevados e não foi explicitado de onde proviriam tais recursos.

b. Certamente os custos estimados em 23 bilhões de dólares foram muito subestimados. Nos estudos preliminares não se verificou como vencer a região montanhosa na fronteira Venezuela-Brasil, nem como atravessar o Rio Amazonas com um duto desse diâmetro. Os custos de alguns gasodutos europeus foram bem superiores.

c. Muito embora a Venezuela conte com reservas de gás aparentemente mais do que suficientes, sua produção é ainda limitada, por falta de investimentos, vendo-se a Venezuela obrigada a importar gás da Colômbia. Além do mais, 90% do gás venezuelano seria associado e grandes volumes devem ser reinjetados para a manutenção dos níveis de produção de óleo.

d. A Venezuela apresentou também um projeto semelhante de um grande gasoduto suprimindo todos os países da América Central e, até um gasoduto específico para atender a demanda de Cuba.

e. O governo da Bolívia não seria parte integrante do acordo quanto a esse Gasoduto Sul-Americano e não sabemos como ficaria a posição desse país.

f. Para distâncias superiores aos 2.500 km a alternativa GNL é técnica e economicamente mais recomendável, como mostram os gráficos das **Figuras 19 e 20**.

g. Existem alternativas quiçá mais atraentes a serem consideradas, como a da intensificação da exploração do gás nacional e a importação gradual e modulada do GNL.

h. O abastecimento via GNL permite uma grande diversificação dos fornecedores, evitando situações de dependência (por exemplo, o Japão importa GNL de oito fornecedores diferentes).

i. A construção de mais um gasoduto para abastecimento nacional implica no estabelecimento de mais uma dependência grave de fornecedor externo. Não sabemos no futuro como estarão as relações Brasil-Venezuela, nem qual a prática de preços a ser seguida.

j. O estabelecimento de planos de longo prazo envolvendo importação poderá acabar prejudicando os possíveis planos de exploração do gás do subsolo nacional.

Por tudo isso, parece-nos inconveniente, nesse momento, a opção pelo Gasoduto Sul-Americano. Pelos dados hoje disponíveis, a importação do GNL e a opção pela exploração do gás nacional são alternativas melhores técnica e economicamente, no curto prazo.

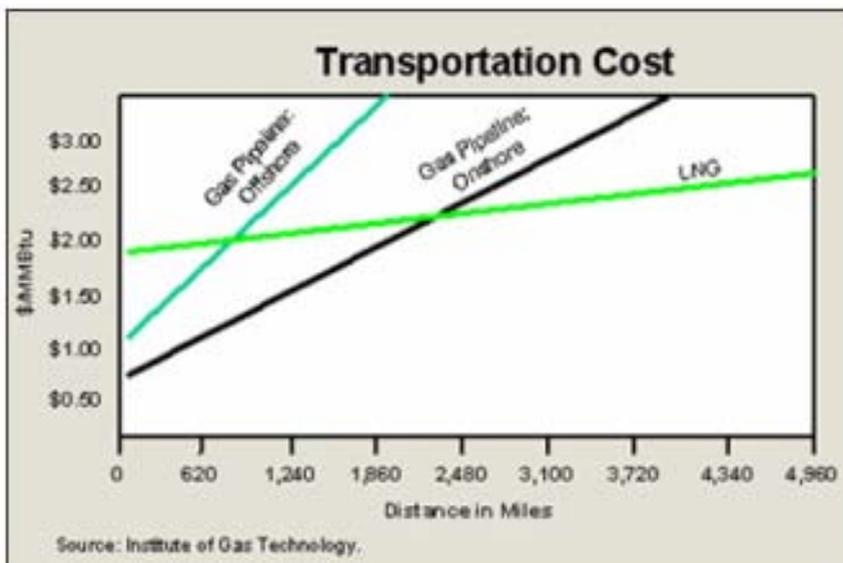


Figura 19 – Comparação dos custos de transporte do gás por dutos ou via GNL. Para grandes distâncias o custo via GNL é sempre mais conveniente. (Institute of Gas Technology)

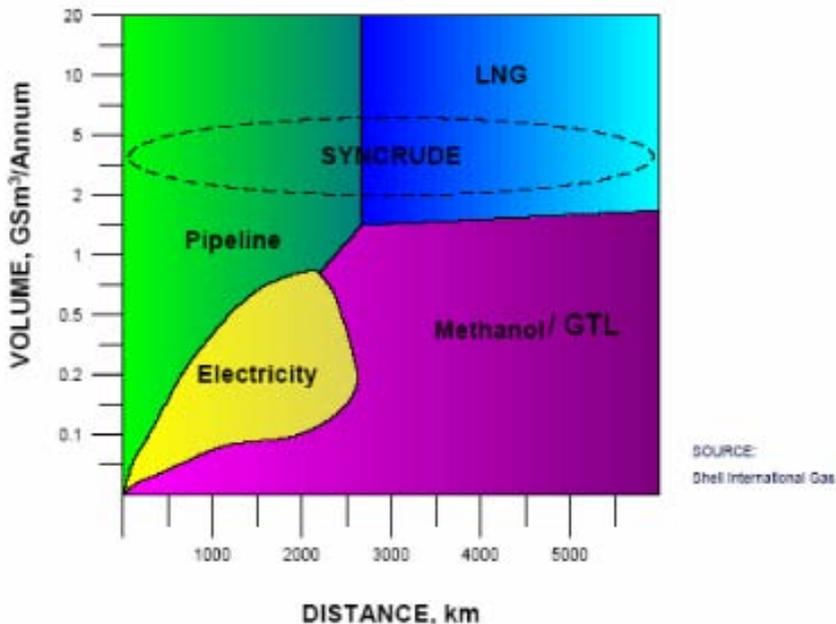


Figura 20 – Modais de transporte de gás natural a depender do volume e da distância. Para grandes volumes e grandes distâncias a opção GNL é a mais conveniente. (Shell)

4 - Conclusões

Diante do exposto, resumam-se abaixo as seguintes conclusões:

- Com exceção do Oriente Médio, os maiores pólos de reservas, produção e consumo de gás natural ainda se localiza no Hemisfério Norte, junto aos países mais industrializados. Esse fenômeno pode ser explicado pela exploração mais intensa do gás natural nestas áreas.

- Os volumes de gás natural em algumas regiões mais afastadas, como na América do Sul, ainda são relativamente baixos e tenderão a crescer com o aumento da demanda em seus mercados.

- O gás natural, considerado como produto típico de mercados regionais, enquanto o petróleo é uma *commoditie*, está se tornando mais uma *commoditie*, e com o aumento do comércio internacional via GNL.

- Na América do Sul as maiores reservas se encontram na Venezuela, na Bolívia e na Argentina. A maior produção de gás natural é a da Argentina, seguida por Trinidad-Tobago, Venezuela, Brasil e Bolívia. O maior consumo é o da Argentina seguido pela Venezuela, o Brasil e o Chile.

- No Brasil, em termos de reservas provadas em barris de óleo equivalentes, 86% são de hidrocarbonetos líquidos e apenas 14% de gás natural, sendo 9% de gás associado e 5% de gás não associado.

- As bacias brasileiras apresentam habitat distinto para o petróleo e para o gás natural. A Bacia de Campos conta com 80% das reservas de petróleo e apenas cerca de 40% das reservas de gás.

- As atuais reservas brasileiras de gás são de 308,4 Bcm. Destes, 51,5 Bcm localizam-se no Solimões, 48,5 Bcm estão nas bacias costeiras do Nordeste e 208,4 Bcm nas bacias marítimas do Sul-Sudeste.

- A produção brasileira de gás natural é da ordem de 48 MMm³/dia sendo 78% de gás associado. Essa produção vem crescendo à taxa de 7,5% ao ano, mas o consumo vem crescendo em taxas superiores aos 17% ao ano.

- Do gás produzido no Brasil, apenas 55% chega ao mercado sendo o restante utilizado para consumo da Petrobras (14%), para queimas e perdas (14%) e re-injetado (17%).

- Enquanto comemoramos a auto-suficiência em petróleo, 50% do gás que consumimos é importado da Bolívia.

- De acordo com previsões da Petrobras e EPE, em 2011, a produção nacional deverá atender 59% da demanda (121 MMm³/dia). Cerca de 25% será importado da Bolívia e o restante deverá ser suprido pela importação de GNL.;

- Agravam-se na Bolívia crises que ameaçam, por um lado os recursos lá investidos pela Petrobras, e até colocam em xeque a integridade operacional do gasoduto.

- Em que pesem algumas notáveis vantagens na eventual construção do Gasoduto Sul-Americano existem também desvantagens e alternativas técnica e economicamente mais atrativas.

- É necessário contar no Brasil com armazenamento para estoque de grandes volumes de gás natural, bem como estabelecer um plano de contingência, no caso de descontinuidade operacional do suprimento externo.

- O Brasil deve adotar uma política de relações externas que possibilite zelar pela defesa dos seus interesses atuais e futuros.

- O planejamento energético nacional deve cotejar e selecionar alternativas.

- Pelas condições geológicas oferecidas no elenco das bacias sedimentares brasileiras a alternativa da exploração do gás natural do subsolo brasileiro parece-nos a mais indicada e a que assegura maior independência.

Uma Nova Estratégia Econômica para o Brasil

João Paulo de Almeida Magalhães¹

Introdução

A Nova Economia do Desenvolvimento, ao colocar o mercado em lugar da poupança como condicionante principal do sucesso das políticas de desenvolvimento, mostra a necessidade de estratégia econômica com características inteiramente distintas da que se vem hoje tentando no Brasil. Sua base deve ser a garantia de mercado de dimensões e dinamismo adequados ao objetivo de eliminação do atraso econômico. O que poderia ser essa nova política deflui, naturalmente, das propostas e análises contidas nos nove capítulos do presente livro.

Neles se descreve, com base em análise teórica inspirada na Nova Economia do Desenvolvimento, as características, vantagens, desvantagens e dificuldades de modelos puros de crescimento, para dentro e para fora, e de modelos incorporando os dois enfoques. Foram, além disso, consideradas estratégias levando em conta as regras atuais do processo de globalização e estratégias viabilizadas por mudanças nessas regras. Os pontos positivos dos grandes mercados internos dos países de dimensão continental foram examinados e descrita a forma de os países de pequeno porte corrigirem sua desvantagem com respeito a esse aspecto.

Parece todavia oportuno, à título de conclusão, apresentar as grandes linhas de política econômica possível para o Brasil. Deve-se, no entanto, sublinhar que a análise contida no presente texto abre caminho para a formulação de muitos outros tipos de estratégia. O que se pretende, portanto, é simplesmente ilustrar um dos caminhos exequíveis dentro das condições presentes do

¹ Prof. Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Prof. Titular da UFRJ e UERJ, livre docente de Economia Política da USP. Presidente do CORECON - RJ

país. E para tornar a análise mais objetiva partiu-se das duas propostas, hoje existentes, de nova estratégia de desenvolvimento para o país. A primeira, baseada no mercado interno, ou da criação de sociedade de consumo de massas, e a segunda, apoiada no mercado externo, ou de integração **ativa** no mercado mundial,

Nas linhas abaixo começaremos por recapitular os erros do passado, dos quais herdamos a situação presente de país subdesenvolvido e, mais recentemente, duas décadas e meia de semi – estagnação. Passaremos, em seguida, ao exame das estratégias alternativas atualmente propostas, para concluir mostrando a melhor forma de combiná – las em nova política de desenvolvimento.

EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

1 – Em termos de estratégias, enfocadas da perspectiva do mercado, o Brasil registrou sucessivamente três modelos. Eles já foram analisados nas páginas anteriores, mas serão aqui resumidos para justificar a proposta apresentada na parte final.

No primeiro modelo, designado como primário – exportador, o crescimento do PIB era comandado pela colocação de produtos agrícolas no mercado internacional. Cumpre assinalar que, no seu caso, não se está diante de opção livremente escolhida. Com a chegada de D.João VI ao Brasil, foram publicados alvarás abrindo caminho para ingressarmos no surto manufatureiro que caminhava a largos passos no continente europeu. Essa iniciativa foi, contudo, tolhida pela Inglaterra ao impor limite de 15% na tarifa aduaneira incidindo sobre a importação de seus produtos. Com a independência, em 1822, a situação poderia ter sido modificada se ela não nos houvesse forçado a prolongar, por mais vinte anos, a tarifa de 15%. Com isso ficava excluída qualquer política protecionista capaz de apoiar indústria brasileira em sua fase nascente.

O modelo primário – exportador proporcionou ao Brasil ganhos suficientes para desencorajar, esgotado o prazo da concessão tarifária à Inglaterra, o lançamento de uma política industrial. Assim, a tarifa Alves Branco, de 1844, que poderia ter marcado o início da industrialização brasileira, não teve outro efeito se não proporcionar ao Governo receita fiscal suplementar.

O otimismo com relação a desenvolvimento baseado exclusivamente em atividade agrícola perdeu substância ao se perceber os limites do mercado internacional do café, produto de cuja exportação dependia a prosperidade do país. Foi o reconhecimento desse fato que levou, entre 1906 e 1910, os estados produtores a retirarem do mercado 8,5 milhões de sacas do produto.

2 – O modelo de substituição de importações, que sucedeu ao primário – exportador, explorou o mercado representado pelas manufaturas importadas. Ele não resultou de qualquer política racionalmente definida e sistematicamente implementada. Celso Furtado mostra que a Grande Depressão americana, iniciada em 1930, determinou forte queda nos preços do café. Para proteger o segmento agrícola, o Governo desvalorizou o milreis mantendo, dessa forma, o poder aquisitivo da cafeicultura. Como, no entanto, não havia moeda estrangeira para importação, a demanda de manufaturas se orientou para a débil indústria local. Esta passou, em função disso, a registrar crescimento que proporcionaria ao país sua atual produção manufatureira.

O otimismo decorrente do rápido crescimento do PIB, no modelo de substituição de importações, não foi também confirmado pelos fatos. Exaurido o mercado decorrente das importações substituíveis, o desenvolvimento entrou em colapso. A previsão de que se passaria, automaticamente, da substituição de importações ao crescimento auto – sustentado, não se confirmou. A expansão do mercado resultante do simples crescimento vegetativo do PIB se revelou insuficiente para garantir a continuidade do processo dinâmico.

3- A alternativa era se evoluir da estratégia de crescimento para dentro, baseada na substituição de importações, para modelo de crescimento para fora, comandado por exportações. Foi o que se tentou fazer com base em estratégia denominada de “integração competitiva no mercado mundial”. Nesse caso, o fracasso resultou de se ter optado, com base na visão neoliberal do Consenso de Washington, por estratégia de integração **passiva** no mercado mundial. Segundo esta, a função exclusiva do Estado consiste em garantir os equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário) deixando ao livre funcionamento do mecanismo de preços a incumbência de gerar desenvolvimento.

A consequência do abstencionismo governamental foi o Brasil se especializar na exportação de “commodities” agrícolas e industriais, setor em que gozava de vantagens comparativas naturais. Sucede que este é de baixo valor adicionado por trabalhador, lento crescimento, além de ser fortemente competitivo no mercado internacional. Revelando - se, portanto, incapaz de apoiar eficazmente a políticas de eliminação do atraso econômico.

Não menos importante foi o fato de que os setores da economia brasileira mais dinâmicos e de maior valor adicionado por trabalhador, estavam sob controle das filiais de empresas multinacionais. Estas entraram no país para atender ao mercado interno e, quando muito, colocar seus produtos em países vizinhos e nos pequenos mercados de outros países subdesenvolvidos. Os grandes mercados mundiais lhes estavam vedados por já serem atendidos pelas matrizes. Por mais esse motivo fracassou o modelo de integração competitiva no mercado mundial.

Esse fracasso poderia ter sido evitado através de ação do Poder Público, seja investindo na criação de vantagens comparativas para o país, em setores dinâmicos do mercado mundial, seja patrocinando empresas de capital nacional, que não teriam restrições à entrada nos grandes mercados dos países desenvolvidos. Diante, contudo, da opção por modelo de integração passiva no mercado mundial, o Governo nada fez nesse sentido, condenando o país a vinte e cinco anos de semi – estagnação.

MODELOS ALTERNATIVOS PROPOSTOS

1 – Existem hoje duas propostas básicas de estratégias alternativas para a economia brasileira. A de crescimento para fora, ou de integração **ativa** no mercado mundial, e a de crescimento para dentro, através da criação no país de sociedade de consumo de massas.²

² A primeira delas além de apoiada pelos autores anteriormente examinados, que optam pela manutenção do crescimento para dentro inaugurado pelo modelo de substituição de importações, foi objeto de importante documento divulgado pelo Instituto da Cidadania, entidade ligada ao PT e então presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. A segunda é defendida, entre outros, por Magalhães (2000) e Velloso (1998)

A primeira, preferida por economistas mais ligados às lições da “mainstream economics”, se inspira na experiência dos países do Leste da Ásia, que se lançaram, com sucesso, em políticas de integração ativa no mercado mundial. Suas linhas principais são esforço do Governo no sentido de criar, para o país, vantagens comparativas em setores dinâmicos do comércio mundial e patrocínio de empresas de capital nacional capazes de, aproveitando os resultados obtidos pelo programa, penetrarem no mercado de países desenvolvidos. Dessa forma, seriam contornados os dois obstáculos que determinaram o fracasso da estratégia de integração passiva no mercado mundial.³

A proposta de criação no país de sociedade de consumo de massas se justifica pelo fato de o Brasil registrar um dos mais elevados coeficiente mundiais de concentração de renda (fica apenas atrás de Sierra Leoa e República Centro – Africana). Como o conteúdo importado no consumo das categorias de maior renda é elevado, isso implica na redução do mercado interno para empresas locais. Política redistributiva de amplo escopo significaria, assim, substancial aumento do mercado interno viabilizando a retomada do crescimento para dentro. Programas como fome zero, renda mínima, primeiro emprego etc. são alguns dos instrumentos a serem utilizados par obter esse resultado.

2 – A avaliação da proposta de criação de sociedade de consumo de massas foi facilitada pela vitória de partido de esquerda nas últimas eleições presidenciais. O novo Governo anunciou, e deu imediatamente início, a medidas distributivas do tipo acima referido. Os resultados foram insignificantes. A explicação está em que políticas de distribuição de renda de grande amplitude, como requerida pela transformação de estrutura econômica altamente concentradora de rendas em sociedade de consumo de massas, só podem ser levadas adiante no contexto de crescimento econômico acelerado

Em economias estagnadas a redistribuição deve ser feita tomando de uns para dar a outros, o que provoca toda sorte de

³ Assinale -se que as organizações internacionais patrocinam igualmente o crescimento para fora sendo , porém, este de tipo - passivo -. Isso apesar do insucesso nas duas últimas décadas e meia

resistências, tanto maiores quanto mais amplo o programa redistributivo. A par disso, como a riqueza das categorias de maior renda toma, em boa parte, a forma de imóveis e bens de consumo durável, a redistribuição se revela difícil. No contexto de crescimento acelerado, contrariamente, esses dois problemas são evitados. Isso porque a redistribuição pode ser feita com base no adicional resultante do crescimento do PIB, desaparecendo a necessidade de tirar de uns para dar a outros. A par disso, o PIB adicional ainda não foi imobilizado em aplicações de difícil transferência.

Em suma a criação de sociedade de consumo de massas, para ser levada adiante de forma eficiente, depende da preexistência de crescimento acelerado do PIB. A tentativa de lançar isoladamente essa estratégia se defronta com impasse dificilmente contornável. De fato, para o sucesso de medidas redistributivas a economia deve estar crescendo.⁴ E, dentro do modelo proposto, para que ela esteja crescendo medidas redistributivas já deveriam ter sido tomadas. É relevante observar que esse tipo de problema inexistente no crescimento para fora, que se baseia em mercados externos preexistentes e não em mercados a serem criados. Fato esse de grande importância na formulação da estratégia adiante proposta.

3 – A estratégia de integração ativa no mercado mundial ela não teve até agora a oportunidade de ser testada no Brasil. O sucesso obtido por países do Leste Asiático (Coreia do Sul e Taiwan) não constitui garantia de sua eficácia em nosso caso. Sendo o Brasil país de dimensões continentais, o mercado para suas exportações dificilmente poderá representar mais do que 10% do PIB, montante claramente incompatível com política bem sucedida de desenvolvimento, na qual a existência de mercado de dimensão adequada constitui requisito fundamental. A eficácia da estratégia de crescimento para fora, em país de dimensões continental, depende, em última análise, do efeito multiplicador das exportações sobre o mercado interno. Sucede que, dado o nível de concentração de renda existente no Brasil, a elevação da renda proporcionada pelas exportações, ao beneficiar as categorias de maior poder

⁴ Em Sicsú e Outros (2005) se aponta como uma das quatro teses básicas do trabalho a seguinte: " Não é possível atender o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas" (pg XXXV)

aquisitivo, determinará rápido aumento nas importações dos artigos de consumo desse grupo social. Com isso fica substancialmente reduzido o efeito multiplicador das exportações sobre o mercado interno..

LINHAS POSSÍVEIS DE NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

1 - A análise acima leva à conclusão de que (a) qualquer das duas estratégias aplicada isoladamente tem poucas chances de sucesso e (b) que elas são naturalmente complementares. O sucesso de política exportadora determinará, de imediato, rápido incremento do PIB, o que viabiliza política distributiva a qual, por sua vez, consolidará os ganhos inicialmente obtidos, através do maior efeito multiplicador no mercado interno das exportações.⁵

O importante seria, assim, adotar, desde logo, estratégia de integração ativa no mercado mundial, comandada por empresas de capital nacional. Estratégia que independe de criação prévia de mercado. As empresas nacionais seriam apoiadas financeiramente e através programa oficial de pesquisa e desenvolvimento, formação de pessoal altamente qualificado, criação de infra-estruturas especializadas etc. medidas destinadas a conferir-lhes nível internacional de competitividade.

Nesse programa o papel do BNDES seria de vital importância. A totalidade dos seus recursos deveria ser aplicado em empresas de capital nacional (já existentes ou a serem criadas) localizadas nos setores dinâmicos do mercado internacional. E esse apoio deveria cobrir não apenas investimentos no Brasil mas também no exterior dado que, no atual modelo de globalização, a competitividade das empresas depende freqüentemente de se tornarem multinacionais.

A ação do BNDES não deveria ser puramente passiva, no sentido de aguardar a iniciativa dos tomadores de empréstimo.

⁵ Observe -se que a estratégia de crescimento para fora, da mesma forma que sucedeu com o modelo de substituição de importações, é somente a ponta de lança de processo mais amplo no qual o peso do mercado interno será sempre substancialmente maior que o do mercado externo

Definidos pelo Ministério do Planejamento os setores melhor posicionados para constituírem a ponta de lança do modelo de integração ativa no mercado mundial, caberia ao Banco identificar grupos nacionais capazes de assumir a tarefa, oferecendo-lhes o apoio necessário. A bem sucedida experiência da EMBRAER, que combinou eficazmente Governo e iniciativa privada, deveria ser aproveitada. Muito especialmente evitando o erro cometido no caso da construção naval, cuja competitividade viu-se gravemente comprometida por programa de nacionalização das “navepeças” medida, segundo mostramos anteriormente, somente admissível em políticas de desenvolvimento baseadas no mercado interno.

Finalmente o papel das médias e pequenas empresas, cujo capital é essencialmente nacional, pode ser importante, sobretudo se organizadas em “clusters” e apoiadas em suas exportações por “trading companies”⁶

Aproveitando as condições favoráveis resultantes da retomada do desenvolvimento seria lançado grande programa destinado a transformar o país em sociedade de consumo de massas. E este não poderia se limitar às medidas típicas do tipo acima referido. Aumento do salário mínimo e das aposentadorias, recuperação do poder aquisitivo do funcionalismo público e maior progressividade da estrutura tributária, seriam algumas das outras providências a serem consideradas. O objetivo básico perseguido seria fazer com que a totalidade dos ganhos, resultantes do incremento mais rápido do PIB, sejam utilizados em benefício das categorias de menor renda. Dessa forma, se estaria caminhando a largos passos para sociedade de consumo de massas. E a criação desta não atenderia apenas à necessidade de justiça sócia, mas também ao objetivo fundamental de viabilizar novo modelo econômico.

⁶ Os "clusters" constituem modalidade de operação conjunta de médias e pequenas empresas utilizando facilidades comuns. Experiências especialmente bem sucedidas dessa modalidade de operação foram registradas na Itália. As "trading companies" são empresas especializadas em exportações que, seja dispensam as empresas de pequeno porte dos custos de acesso ao mercado externo, seja podem proporcionar - lhes as vantagens concedidas aos exportadores diretos. O modelo foi utilizado com sucesso em Taiwan onde médias e pequenas empresas se acham na base do sucesso exportador do país

2 – Estratégia desse tipo, por incorporar o conteúdo básico das duas alternativas econômicas propostas, deveria receber geral aprovação. Surpreendentemente, todavia, ela se defronta com sérias resistências. Essas são de dois tipos.

No primeiro, as objeções se concentram no papel privilegiado proposto para a empresa privada nacional. A resistência vem, antes de mais nada, dos círculos conservadores que, de um lado, contestam a conveniência da ação do Estado e, de outro, consideram o controle da economia brasileira por multinacionais estrangeiras não só inevitável, dentro do atual modelo de globalização, como desejável do ponto de vista do interesse nacional.

A resistência vem igualmente da esquerda que reluta em aceitar o substancial fortalecimento dos grupos privados nacionais, resultado normal e necessário do modelo proposto. A situação não deixa de ser curiosa. Em primeiro lugar porque o insucesso da experiência soviética levou a que essa corrente doutrinária abandonasse substancialmente a tese da possibilidade, ou conveniência, da imediata substituição do sistema capitalista pelo socialista.⁷ Em segundo lugar porque, mesmo que persistissem na proposta de socialismo já, seus partidários não poderiam deixar de ter em conta a interpretação marxista dominante⁸ de que o florescimento da burguesia nacional tem importante papel na maturação do capitalismo, constituindo preliminar necessária à mudança do sistema. Ou seja, na fase presente do desenvolvimento brasileiro, socialistas e burguesia nacional deveriam se considerar naturais aliados.

⁷ Não se nega, com isso o fato de que substancial corrente do pensamento de esquerda acredita que a experiência soviética representou somente uma das alternativas possíveis do socialismo. Segundo ela, seu fracasso não exclui a possibilidade de sucesso de outras experiência como, por exemplo de um socialismo de mercado.

⁸ Referimo-nos aqui ao debate entre a linha soviética e chinesa dos partidos comunistas que, durou praticamente até 1990. Enquanto a primeira, apoiada no pensamento de Marx e Lenine considerava a prévia maturação do capitalismo condição necessária à passagem ao socialismo, a segunda defendia transição direta de sociedade agrária para o comunismo. O atual patrocínio da iniciativa privada pelo partido comunista chinês pode ser interpretado como reconhecimento do erro de sua posição no debate.

O segundo tipo de obstáculo resulta da dificuldade de se reconhecer que vinte e cinco anos de semi-estagnação levaram a economia brasileira a distorções (grande peso das dívidas públicas interna e externa, juros altíssimos, carga fiscal elevada, monopolização pelo Governo de parte substancial da poupança nacional em detrimento das empresas privadas, infra-estrutura em elevado grau de deterioração, etc.). Estas, para serem corrigidas, viabilizando a retomada do desenvolvimento, exigirão eventualmente do país fase preliminar que poderíamos chamar de “economia de guerra”. Nesta, seriam temporariamente indispensáveis medidas de exceção, como controle de câmbio, regulamentação da entrada e saída de capital, modificação compulsória das condições de juros e prazos da dívida pública, aceitação de ritmo inflacionário mais elevado e assim por diante. Não se afirma obviamente que tais medidas devam desde logo ser adotadas, mas simplesmente que o país deve estar preparado para aceitá-las se, como parece provável, elas se revelarem necessárias à retomada do desenvolvimento

O pensamento conservador considera medidas desse tipo não só perigosas como desnecessárias, dada sua convicção de que mantidos os equilíbrios fundamentais o desenvolvimento econômico, mais cedo ou mais tarde, se seguirá. A resistência da esquerda à “economia de guerra” é mais difícil de explicar. Talvez se preocupe com o fato dela ter como um dos seus inevitáveis corolários a aceleração do surto inflacionário que poderia escapar de controle com explosão de preços do tipo que registramos em passado não muito distante. Explosão que prejudicou de forma especial as categorias de menor renda⁹

3 – Se, todavia, esse impasse for vencido e o país readquirir condições de voltar ao crescimento acelerado será necessário, suplementarmente, optar entre estratégia de crescimento autônomo, ou seja, levada adiante pelo Brasil isoladamente dentro das regras atuais do processo de globalização, e estratégia de

⁹ Tivemos ocasião de mostrar em apêndice ao capítulo VII que esse tipo de preocupação não tem razão de ser. Mas ele continua a dominar parte significativa o pensamento econômico do país.

crescimento conjunto, abrangendo outros países de dimensão continental¹⁰ e exigindo novas regras de jogo na globalização.

A primeira estratégia depende fundamentalmente de decisões internas do país e é capaz de conduzi-lo ao que chamamos de desenvolvimento em sentido restrito. Significa este o alcance da mais elevada relação capital por trabalhador permitida pela moderna tecnologia. A obtenção do desenvolvimento em sentido restrito depende, todavia, da adoção de medidas protecionistas, que viabilizarão atividades de baixa eficiência. Como consequência embora proporcione produto por habitante algumas vezes superior ao atual, ele dificilmente levará o país aos padrões de vida do Primeiro Mundo.

Esses padrões, segundo se mostrou em análise anterior, dificilmente poderão ser obtidos sem estratégia de crescimento conjunto dos países subdesenvolvidos. Consiste esta na abertura recíproca de mercado, a exemplo do que sucedeu no século XIX com os atuais desenvolvidos. A implementação dessa estratégia depende, contudo, diferentemente da anterior, de decisões que escapam ao controle de quaisquer dos participantes isoladamente.

A vantagem de estratégia de desenvolvimento conjunto dos países subdesenvolvidos resulta da grande dimensão dos seus mercados potenciais. O mercado preexistente ou atual é medido pelo PIB registrado, presentemente, em cada país. O mercado potencial é dado pelo PIB que terá ao alcançar o pleno desenvolvimento. Mercado preexistente e potencial são praticamente iguais nos países desenvolvidos. Nos subdesenvolvidos, o segundo é algumas vezes superior ao primeiro. A par disso, a cessão do mercado preexistente acarreta o risco de desinvestimentos (causados pela substituição de fornecedores locais por estrangeiros) e da renúncia a novos investimentos. A vantagem do desenvolvimento conjunto está em que, além de poder proporcionar padrões de vida iguais aos do Primeiro Mundo, é levado adiante essencialmente através da abertura recíproca de mercados potenciais, entre economias retardatárias. O que exclui os riscos acima.

¹⁰ Conforme assinalamos anteriormente o desenvolvimento conjunto poderá abranger igualmente países de menor porte. O desencadeamento do processo deverá todavia ser de iniciativa de países de dimensão continental

No caso específico do Brasil, para que tenha poder de negociação com outros países de dimensão continental é necessário que comprove estar adotando medidas capazes de transformar seu grande mercado potencial em mercado efetivo. Para tanto deverá estar registrando taxa elevada de incremento do PIB. Ou seja, o eventual sucesso da estratégia acima proposta abrirá caminho para negociação de políticas de desenvolvimento conjunto

Em suma, a seqüência eficiente para o país consiste em se lançar em modelo autônomo de crescimento, dentro das linhas supra referidas, aproveitando o fato de que a implementação deste depende, essencialmente, de decisões internas. E na medida que seja bem sucedido nesse programa, negociar com outros subdesenvolvidos de dimensão continental a abertura recíproca de mercados, dentro de modelo de crescimento conjunto

4 – Assinale-se que a proposta acima se enquadra perfeitamente no aparelho analítico proposto nos nove capítulos anteriores. Neles, se mostra a possibilidade de desenvolvimento exclusivamente para dentro e se apontam as vantagens de os principais instrumento dessa política se acharem ao alcance dos Governos nacionais. Sua utilização é, todavia, desaconselhada por dois motivos principais. Em primeiro lugar, ele deverá enfrentar o obstáculo da indivisibilidade (apenas contornável através de medidas difíceis e onerosas) e, em segundo lugar porque, mesmo se bem sucedida, essa estratégia não proporcionará mais que o desenvolvimento em sentido restrito.

A estratégia de crescimento para fora, por sua vez, se tem a vantagem de proporcionar eventualmente o desenvolvimento em sentido amplo, para ser levada a cabo com sucesso, depende de decisões favoráveis dos países desenvolvidos (em termos de abertura dos seus mercados internos) e da competitividade internacional de montante adequado dos produtos e serviços oferecidos pelos países subdesenvolvidos. Condições ambas de difícil atendimento.

Isto é, qualquer que seja a estratégia que venha ser a estratégia adotada nas economias retardatárias, suas chances de sucesso serão substancialmente aumentadas na medida em que combinem políticas de mercado interno e externo.

Conclusão

A incapacidade revelada pela elite brasileira de definir nova estratégia econômica para o país tem levado a erros capazes de comprometer a possibilidade de que tal deficiência venha, algum dia, ser corrigida. Um simples exemplo ilustrará esse fato.

Dois décadas e meia de semi-estagnação tiveram como conseqüência a substancial redução da capacidade de investimento do Poder Público. E a grave deterioração da infra-estrutura econômica do país foi uma de suas conseqüências. Toda análise anterior mostrou que a solução correta do problema consiste em adotar estratégia eficaz de desenvolvimento que, ao equacionar corretamente o problema do mercado, determine elevação da poupança privada e, com a volta ao crescimento, também da poupança pública.

O Governo preferiu a solução tópica de criar a Parceria Público Privada –PPP, com base na qual parcela das já insuficientes poupanças privadas serão deslocadas para aplicação em infra-estrutura.¹¹ Com isso, dois erros foram cometidos. Em primeiro lugar, a recuperação da infra-estrutura torna-se ponta de lança da política de desenvolvimento, quando se sabe, desde trabalho seminal de Hirschman (1959), que a infra-estrutura é - permissiva - e não - determinante - do processo dinâmico.

Em segundo lugar, e bem mais grave, é o anunciado apoio do BNDES à PPP. Com isso se eliminará, ou reduzirá drasticamente, a capacidade do Banco de apoiar políticas de desenvolvimento do tipo acima referido. Papel para que foi criado e sem o qual a retomada do desenvolvimento se tornará extremamente difícil.

Em suma, a Nova Economia do Desenvolvimento aponta as linhas possíveis da nova estratégia de crescimento e oferece argumentos para a derrubada da barreira ideológica, que dificulta sua implementação. Estamos, assim, diante de oportunidade que não deve ser desperdiçada. Isso pode ser feito mediante a adoção de estratégia do tipo acima sugerido, ou de qualquer outra. O grave

² A PPP atrai capitais particulares através de garantia pelo Governo da lucratividade das aplicações

risco é a persistência da visão estritamente de curto prazo, que vem dominando a política econômica do país. .

ANEXO : Formalização de Alguns Conceitos

O objetivo do presente anexo é formalizar algumas análises anteriores em termos algébricos elementares. Para tanto, sempre que for o caso, tomar-se-á como base os exemplos aritméticos anteriores. A insuficiência do mercado pode, conforme vimos , ser colocada em termos de demanda global ou de indivisibilidade. No presente anexo, começaremos por examinar o enfoque global.

1 – A análise inicial será feita em termos de economia fechada ou sem comércio exterior. Nos países desenvolvidos, a oferta e procura globais podem ser definidas da seguinte forma:

$$\begin{aligned} Q &= p q \\ D &= [n s (1 + m)] q \end{aligned}$$

Onde **Q** é a oferta global **p** o preço médio dos produtos **q** o número de bens produzidos. **D** a demanda global, **s** o salário médio **n** o número de trabalhadores necessária para produzir cada bem e **m** o “mark up“. Esta é formulação simplificada de um mundo de dois fatores de produção em que o trabalho é remunerado pelo salário e o capital pelo “mark up“. O salário é, outrossim, o custo único da empresa.

O anel de “feedback“ existe nesse caso porque as empresas fazem o preço levando em conta o custo e o “mark up“. Ou seja:

$$\begin{aligned} p &= n s (1 + m) \ \backslash \\ Q &= D \end{aligned}$$

O problema nos países subdesenvolvidos, tal como apresentado por Furtado, pode ser explicado da seguinte forma. Quando tem início a atividade manufatureira (tipicamente através da substituição de importações) os bens criados são oferecidos ao preço internacional **p**. Como o salário nesses países (**s_r**) é inferior ao pago nos desenvolvidos (**s**) temos:

$$Q_r = pq$$

$$D_r = [ns_r (1 + m)]q$$

Onde D_r é a demanda global nos subdesenvolvidos e Q_r a oferta.

Como o preço é o mesmo dos países desenvolvidos e $s_r < s$ temos $Q > D_r$. Desaparece, assim, o anel de “feedback” com o surgimento do problema da insuficiência da demanda global.

O mecanismo, por nós proposto, pelo qual s_r se eleva até chegar ao nível s , criando o “anel de feedback” também nos subdesenvolvidos pode ser descrito da maneira que segue. Os sindicatos têm interesse em obter s_r tão elevado quanto possível. A par disso, o lucro bruto das empresas nos países subdesenvolvidos é dado por $(mns_r)q$, ou seja, pelo “mark up” aplicado no custo de cada bem mais o número de bens produzidos. Como o “mark up” é considerado fixo e q limitado pela capacidade de produção da empresa, a elevação do lucro bruto depende do aumento de s_r . Ou seja, sindicatos e empresas têm interesse na elevação de s_r , o que, em princípio, determinaria aumento ilimitado de salários. Sucede, porém, que o preço da empresa substituidora de importações não pode ser maior que o preço internacional. Como vimos este é dado por

$$p = ns(1+m)$$

Sendo n e m fixos, s_r não pode ser superior a s . Atingido esse ponto cessa o ciclo de reivindicações e concessões salariais. Assinale-se, todavia, que a igualdade entre s e s_r não ocorre necessariamente. Tal é o caso quando o “mark up” nos subdesenvolvidos é maior que nos desenvolvidos ou a mão-de-obra empregada por unidade de produto (n), é superior nos primeiros. Nesses casos a empresa pode maximizar seu lucro bruto sem a igualização de salários.

2 – Em crescimento para dentro e economia fechada tanto nos subdesenvolvidos, como nas economias maduras, inexistente, portanto problema de mercado no sentido de insuficiência global de demanda. O problema vai surgir com a indivisibilidade. Conforme se disse anteriormente o obstáculo da indivisibilidade é típico do crescimento para dentro. Ele pode ser examinado seja em termos

de economia aberta seja de economia fechada. Começaremos pelo caso das economias fechadas. Na análise que segue manteremos as simplificações admitidas nos exemplos aritméticos anteriores. Ou seja a demanda se dividirá igualmente pelos diferentes setores e as empresas (uma por setor) têm todas o mesmo tamanho mínimo imposto pela moderna tecnologia..

Nas economias desenvolvidas, que criam sua própria tecnologia, o tamanho mínimo das unidades produtivas se ajusta automaticamente às dimensões do mercado. Ou, em termos dinâmicos, o incremento do PIB, que mede o crescimento do mercado, é sempre suficiente para viabilizar novos investimentos, mantendo a continuidade do crescimento econômico.

Sendo Q o PIB, n o número de setores, e a propensão a poupar (e investir), a a produtividade do capital e T o tamanho mínimo das unidades produtivas e r o número de setores a situação seria a seguinte nesses países:

$$(aeQ) / r \geq T$$

Ou seja, o crescimento vegetativo global do PIB ou mercado (aeQ) ¹² proporcionaria aos r diferentes setores demanda compatível com o tamanho mínimo (T) das unidades produtivas. Isto é, o mercado não oferece qualquer empecilho ao crescimento da oferta (ou do PIB)

Em termos do exemplo aritmético anterior, PIB de 50 000 crescendo a 10% ao ano proporciona mercado adicional de 5 000 que, dividido igualmente por cinco setores, proporciona a demanda de 1000 para cada um, compatível com o tamanho mínimo, também de 1 000, das unidades produtivas. Inexiste, assim, problema de mercado nas economias maduras.

Mostramos que, na prática, a dimensão mínima do mercado adicional, requerida pelos investidores, é bem maior. Dado que hesitariam entrar em setor onde o surgimento de mais uma unidade produtiva inviabilizaria seu empreendimento. No exemplo anterior

¹² A oferta é definida nos termos propostos pela teoria do crescimento de Harrod anteriormente examinada.

supusemos que, para evitar o problema, o adicional de mercado deveria permitir a instalação de pelo menos cinco novas unidades produtivas . A situação real nos seria então a seguinte:

$$(aeQ) 1/r \geq j T$$

onde j é o número mínimo de novas unidades viabilizadas, capaz de tranquilizar os investidores. Retomando o exemplo acima diríamos que o tamanho mínimo requerido para o PIB seria de 250 000. Este, com a taxa de crescimento de 10% viabilizaria cinco novas unidades por setor. Tal seria a situação existente nos países de economia madura.

Tudo mais igual, a situação nos subdesenvolvidos ,em economia fechada, seria a seguinte:

$$(aeQ) 1/r < T$$

Ou seja, o crescimento vegetativo do mercado interno não proporciona demanda setorial compatível com o tamanho mínimo das unidades produtivas Mesmo, portanto, que o país consiga mobilizar poupança de nível adequado para eliminação do atraso econômico, o crescimento se chocaria com o impasse da indivisibilidade.

3 - Passando à análise do crescimento para dentro em termos de economia aberta examinaremos inicialmente o modelo de substituição de importações. Nele teríamos:

$$(aeQ + M) 1/r \geq T$$

Onde M seria o estoque das importações substituíveis que, ao complementar o crescimento vegetativo do mercado (proporcionado pelo incremento do PIB), viabilizaria o processo dinâmico. Essa foi a situação existente no modelo de substituição de importações

Suponhamos agora que as oportunidades de substituição de importações tenham se esgotado sendo portanto $M = 0$. Nesse momento vai se declarar o problema resultante do tamanho mínimo

da unidade produtiva ou da indivisibilidade. Em termos do exemplo aritmético a situação é a seguinte. Findo o processo de substituição de importações o PIB do país subdesenvolvido é de 10 000 crescendo a 10% ao ano. Os 1000 adicionais de mercado gerados dessa forma se traduzem em 200 de demanda para cada setor. O que é incompatível com o tamanho mínimo de 1000 das unidades produtivas.

Nesse caso, a solução consistiria em exportar a parcela (800) da produção setorial que superasse os 200 proporcionados pelo crescimento vegetativo do mercado interno. Em termos algébricos a situação poderia ser colocada nos seguintes termos:

$$(aeQ) 1/r \geq T(1-x)$$

Onde o x constitui a percentagem da produção setorial suscetível de ser exportada. O impacto das exportações é aqui interpretado como equivalente à redução do tamanho mínimo a ser atendido pelo mercado interno. Ou seja, esgotadas as oportunidades de substituir importações, a continuidade do desenvolvimento depende da capacidade do país de colocar no exterior o excedente de produção não absorvido pelo mercado interno. Numa hipótese otimista, o mercado internacional estaria amplamente aberto ficando x muito próximo de 1. Em caso extremo x seria igual a 1 e, portanto T igual a zero, significando isso a possibilidade de o país exportar qualquer quantidade que se fizer necessária. O tamanho mínimo teria deixado de ser problema.

Em suma, para que país subdesenvolvido elimine seu atraso econômico em modelo de crescimento para dentro as oportunidades de substituição de importações devem ser bastante amplas para que ele atinja o PIB requerido pelo crescimento auto sustentado (ou baseado exclusivamente no incremento vegetativo do PIB) ou que, esgotadas as oportunidades de substituição, ele seja capaz de exportar a parcela da produção não colocada no mercado interno.

Para viabilidade do crescimento auto-sustentado esgotadas as oportunidades de substituição de importações deveremos ter a seguinte situação:

$$(aeQ) 1/r \geq T$$

Nesse momento o país não teria necessariamente eliminado seu atraso econômico mas poderia continuar a investir, sem qualquer problema de mercado, até seu produto por habitante chegar ao nível dos desenvolvidos. O insucesso de país de dimensão continental, como o Brasil, em atender a tal condição permite afirmar que, ao se esgotar o modelo de substituição de importações, os países subdesenvolvidos dificilmente terão atingido PIB suficiente para que seu crescimento vegetativo permita a passagem ao crescimento auto – sustentado.

4 - A análise anterior enfocou o crescimento para dentro que, em termos de mercado, enfrenta o problema da indivisibilidade, expressa no tamanho mínimo **T**. Do ponto de vista da visão neoliberal, que considera infinito o mercado externo para os subdesenvolvidos, esse obstáculo é automaticamente eliminado em modelo de crescimento para fora. Na análise anterior mostramos, todavia que, embora esse modelo evite o problema da indivisibilidade, ele se defronta com restrição de mercado decorrente da insuficiência da demanda global. Para que esta não venha a constituir empecilho à obtenção do pleno desenvolvimento a seguinte condição de faz necessária

$$aeQ + E \geq kU$$

Onde **E** representa o estoque de exportações possíveis, **k** o produto per capita de país plenamente desenvolvido e **U** a população do país subdesenvolvido. Isto significa que o mercado representado pelo crescimento do PIB complementado pelo estoque de bens exportáveis permitirá o país alcançar PIB que o colocará entre os países desenvolvidos.

O sucesso do crescimento para fora depende, em última análise, de **E**. Este representa estoque de produtos potencialmente exportáveis que vai se reduzindo na medida da efetiva realização das exportações. Para que seja atingido o pleno desenvolvimento em sentido amplo, esse estoque não pode se esgotar antes do produto por habitante chegar ao nível **k**. Se tal não for o caso, só

⁴⁹ Em Jornal do Brasil, Especial, de 21 de maio de 2006. O espectro de La Paz

restará ao país recorrer ao protecionismo a fim de alcançar o pleno desenvolvimento em sentido restrito.

Vimos acima que, no atual modelo de globalização, para **E registrar nível** satisfatório, faz-se indispensável que as economias retardatárias se revelem capazes de produzir montante satisfatório de produtos e serviços internacionalmente competitivos e que os países desenvolvidos se disponham a absorvê-los em seus mercados internos. Particularmente a segunda condição parece extremamente difícil de ser atendida, no atual modelo de globalização.

Em novo modelo de globalização, caracterizado pela abertura recíproca de mercado entre os subdesenvolvidos, a possibilidade de **E registrar nível** compatível como pleno desenvolvimento em sentido amplo é substancialmente aumentada.

Reflexões sobre o Protocolo de Kioto

Maria Cristina Goiana Fedozzi¹³

“Vocês poluíram o ninho, são vocês que devem começar a limpá-lo.”

Mark Mwandosya, Presidente do G77+China

Durante muito tempo a comunidade internacional não se preocupou com as condições ambientais de nosso planeta. A primeira ação concreta tomada pela Organização das Nações Unidas – ONU para a proteção do meio ambiente deu-se por meio da Resolução nº 2938, apresentada pela representante da Suécia, Ingá Thorsson, e que foi aprovada pela Assembléia Geral, em 1968. Previa a realização de uma reunião mundial para tratar dos problemas do chamado “ambiente humano”.

A proposta sueca foi influenciada pelo grande desastre ambiental ocorrido com o petroleiro liberiano Torrey Canyon, em março de 1967, que derramou mais de 115 mil toneladas de óleo cru nas águas das Ilhas Selly, na costa da Inglaterra, e provocou a morte de mais de cinqüenta mil aves marinhas.

O resultado prático da reunião, realizada em 1972, foi a criação de um novo órgão dentro do sistema Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, o PNUMA, ainda no mesmo ano. O PNUMA tem sede no Quênia e cinco escritórios regionais espalhados pelo mundo. Para a América Latina e Caribe a sede está localizada na cidade do México.

É forçoso reconhecer que a criação do Programa foi um marco importante, pois significou o reconhecimento do problema, sinalizando, ainda, que sua solução dependeria de ações coordenadas de toda a comunidade internacional.

Em 1990, foi convocada a Segunda Conferência Mundial sobre o Clima (a primeira fora realizada em 1978, em Genebra),

¹³ Advogada, professora, ex-integrante da Junta Interamericana de Defesa, Assessora do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

que reconheceu a necessidade da aprovação de um tratado, que ficou conhecido como a “Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas”, e que estabeleceu a meta de estabilizar, por meio de ações conjuntas, “as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático¹⁴”.

Em junho de 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, que aprovou a Convenção sobre a Diversidade Biológica, estabelecendo formas de “proteção e conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado”¹⁵.

Desde o início, os Estados participantes da Convenção reuniram-se, como de hábito, de acordo com seus interesses comuns. O G77 + China, representando os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil; a Aliança de Pequenos Países Insulares, reunindo 43 Estados mais vulneráveis a elevação dos níveis dos oceanos; a União Européia votando em bloco, em nome de todos os governos da região; o conjunto de países desenvolvidos não europeus, como Japão, Estados Unidos, Canadá, Suíça, Austrália, Noruega e Nova Zelândia, tendo como convidados o México, Islândia e Coréia do Sul; os integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); o grupo de países árabes e entidades convidadas, como Organizações Não Governamentais.

O ano de 1997 foi marcado pela realização de uma conferência na cidade japonesa de Kioto, onde foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o Protocolo de Kioto.

Pelo documento os países signatários comprometeram-se a adotar medidas que levem à redução, no período de 2008 a 2012,

¹⁴ Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Nova Iorque, maio de 1992.

¹⁵ Convenção sobre Diversidade Biológica, Rio de Janeiro, junho de 1992.

das emissões dos seis gases¹⁶ responsáveis pelo aquecimento do planeta, os chamados Gases do Efeito Estufa (GEE).

Estabeleceu, ainda, que a redução seja feita em uma taxa média 5% menor do que os índices registrados no ano de 1990. É importante ressaltar que os signatários assumiram diferentes metas percentuais, dentro da meta global de 5% acordada. Desta forma, a União Européia se comprometeu a reduzir suas emissões em cerca de 8%, o Japão em 6% e os Estados Unidos em 7%.

Dentre seus dispositivos, o Protocolo facultou às partes a redução de suas emissões domésticas, ou a possibilidade de utilizar os chamados “mecanismos flexíveis”. Esta alternativa inovadora permitiria o cumprimento dos termos do Acordo por meios substitutivos, em que se faria a compensação da redução dos poluentes pela aquisição de créditos de outros países que estivessem aquém de sua cota de poluição.

Entre os mecanismos flexíveis complementares à ação doméstica foram abertas possibilidades como: o “comércio de emissões”, uma operação de compra e venda de autorizações para emissões de poluentes; os “mecanismos de desenvolvimento limpo” que prevêm a possibilidade de realizar projetos em países em desenvolvimento, adquirindo com isso créditos que se somariam a seus próprios níveis de emissão: a “aplicação conjunta”, que contempla a oportunidade de serem realizadas ações conjuntas entre países industrializados e em desenvolvimento. Previu, também, a possibilidade de contabilizar o carbono que é absorvido pelos chamados sumidouros, neles incluídos os bosques, florestas e áreas de terras cultivadas.

É sabido que alguns países emitem gases em níveis inferiores ao máximo estabelecido pelo Protocolo. As possibilidades criadas em Kioto permitem que esses parceiros sejam consultados para a aquisição dos créditos não utilizados por eles, ou mesmo para desenvolver parcerias em projetos, unindo interesses de países desenvolvidos e em desenvolvimento, compensando desta forma fraquezas mútuas. Este é o chamado “mercado de carbono”, que

¹⁶ Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄), Óxido Nitroso (N₂O), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoro Sulfúrico (SF₆).

tem por objetivo aliviar o impacto na economia dos Estados e, ao mesmo tempo, tornar viáveis os objetivos do Tratado, qual seja, a preservação do meio ambiente de todo o planeta.

A inovação trazida pelo Tratado pode ser considerada como positiva, com resultados práticos e operacionalizáveis pelos contratantes, constituindo um passo adiante na busca da melhoria da saúde do planeta.

Contudo, nem tudo é tão fácil. São muitos os interesses envolvidos e, ao reunir atores tão diversos, é forçoso reconhecer que as dificuldades e impasses são grandes. O Tratado previu que, até 2005, os países signatários deveriam apresentar um “progresso comprovado” nas metas estabelecidas. Porém, não esclareceu que medidas tomadas pelos governos poderiam ser consideradas efetivas para a implementação do acordo. Outra vulnerabilidade identificada diz respeito a seu artigo 18 que prevê que aos países que descumprirem os objetivos acertados serão impostas sanções, “levando em conta a causa, o tipo, o grau e a frequência do não-cumprimento”. As diferentes alternativas previstas dificultam e, em alguns casos, até mesmo impedem a aplicação de qualquer tipo de sanção.

No que refere aos países em desenvolvimento, o Protocolo não estabeleceu novos compromissos, além daqueles que já haviam sido estabelecidos na Convenção sobre o Clima das Nações Unidas, de 1992. Sem dúvida trata-se de uma postura coerente, na medida em que, de acordo com a própria Convenção, os países industrializados são os principais responsáveis pelas emissões que provocam o aquecimento global, com cerca de 55% do total de dióxido de carbono no planeta, e devem, em conseqüência, ser os primeiros a tomar medidas para controlá-las. Apenas como exemplo, os Estados Unidos são os maiores emissores de gases poluidores, responsáveis por cerca de 36% do total, seguido da Rússia, com 17,45%, do Japão, com 8,5% e da Alemanha, com 7,4%, entre outros países industrializados.

A previsão é que cresçam as pressões sobre os países em desenvolvimento, e Estados como China, Índia e Brasil sejam chamados a fazer cortes em suas emissões. No caso específico do Brasil, a maior pressão ocorre em relação às queimadas na

Amazônia. Em 2002, o Ministério da Ciência e Tecnologia realizou inventário em que aponta o Brasil como responsável por 3% das emissões globais de dióxido de carbono, sendo que 1% referente ao setor energético e os 2% restantes aos desmatamentos¹⁷.

Para entrar em vigor, o Protocolo estabeleceu, em seu artigo 25, a aceitação de seus termos pelos países industrializados, responsáveis por, pelo menos, 55% das emissões de gases na atmosfera. Previu que os participantes da Convenção ratificassem, aceitassem, aprovassem e aderissem ao documento e que, entre eles, “devem estar incluídos os Estados listados no Anexo I do Protocolo, os chamados países industrializados”. Integram o anexo I os países industrializados, incluindo também as chamadas economias em transição, a saber: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Mônaco, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça e Ucrânia.

Após a celebração do Acordo, teve início a busca por adesões ao protocolo, de modo a tornar efetivas suas decisões. Diante das dificuldades em conciliar os interesses em jogo, medidas foram tomadas de modo a facilitar a superação das dificuldades na aceitação de seus termos. O Acordo de Bonn, em julho de 2001, constituiu um esforço na busca do consenso. Entre os principais pontos aprovados em Bonn estão os de conferir tratamento preferencial às energias renováveis e de definir regras específicas para o comércio de emissões. Nova tentativa ocorreu com a conferência de Marrakesk, realizada no mesmo ano de 2001, e que procurou afastar todas as dificuldades identificadas no Protocolo original, de modo a facilitar sua ratificação.

As ações começaram a dar resultado e, em maio de 2002, a União Européia ratificou em bloco o Protocolo. Porém, ainda, não haviam sido reunidas as condições estabelecidas pelo documento, na medida em que somente 26,6% do total das emissões fora

¹⁷ Primeiro Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa.

alcançado. Era necessário buscar os 55% das emissões, tendo por base o ano de 1990.

Após esse avanço, diversas questões começaram a dificultar os progressos que vinham sendo obtidos, e as divergências entre Estados Unidos e a União Européia ganharam dimensão. No caso dos Estados Unidos parece-nos oportuno recordar que o ex-presidente Bill Clinton ajudou a negociar o acordo, porém, em março de 2001, o novo presidente George Bush se negou a ratificá-lo, sob a alegação de que sua implementação prejudicaria a economia norte-americana. A história se repetiu no Canadá. A eleição do primeiro-ministro Stephen Harper, do Partido Conservador, fez com que o país revisse sua posição e perdesse o interesse no acordo, partindo para a busca de uma alternativa local na redução das emissões de carbono. Segundo a ministra do Meio Ambiente canadense, Rose Ambrose, “a diferença entre o acordo de Kioto e a nossa solução é que os liberais estavam preparados para gastar bilhões em dólares no exterior”, em referência clara ao governo que se afastava. Disse, ainda, que seriam feitos investimentos “em soluções canadenses, em comunidades canadenses, em tecnologias canadenses”¹⁸.

O cerco à adesão da Rússia cresceu e, em dezembro de 2004, durante a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na Argentina, o governo russo ratificou o Protocolo e o percentual foi finalmente alcançado, permitindo que o Protocolo entrasse em vigor, a partir de 2005.

Sem dúvida o controle das emissões é tema polêmico, que envolve recursos vultosos e o Protocolo não pode ser considerado como a solução para todo o dano que já foi causado ao meio ambiente. Porém, sem dúvida, trata-se de um primeiro passo. Países industrializados importantes aderiram, como a Rússia, a União Européia e o Japão, mas outros gigantes estão de fora, como Estados Unidos, Austrália e Canadá, o que determina o prosseguimento de ações que minimizem os impactos negativos da poluição sobre nosso planeta. Os reflexos de algumas medidas tomadas em decorrência do Acordo são significativos para diferentes e importantes setores da economia,

¹⁸ Estadao.com.br, 01 de maio de 2006.

como para a indústria automobilística e também na geração de energia, entre outros.

Diante do impacto econômico, medidas alternativas ao Protocolo começaram a surgir. No início de 2006, foi criada a Parceria Ásia-Pacífico para o Desenvolvimento Limpo e o Clima, que reúne economias fortes como a Austrália, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Índia e Japão na defesa de objetivos voluntários para a redução das emissões. Em abril do corrente ano, o Canadá anunciou sua adesão ao grupo. Trata-se de uma alternativa a Kioto que tem como grande objetivo engajar o setor privado na tomada de decisões, conforme afirmou Sam Bodman, secretário norte-americano de energia¹⁹. A proposta da nova parceria é a de reduzir os gases do efeito estufa por meio de novas tecnologias sem, contudo, sacrificar o desenvolvimento econômico dos Estados. A União Européia criticou duramente o novo acordo e, conforme afirma Catherine Fitzpatrick, porta-voz do grupo ambientalista Greenpeace, “como seria de esperar de um encontro entre seis dos principais exportadores e consumidores de carvão mineral do mundo, esse parece ser um encontro para não fazer nada”²⁰.

A continuidade do atual nível de poluição do planeta trará efeitos negativos para toda a humanidade. O aquecimento da Terra, assim como as mudanças climáticas e seus impactos são problemas que afetam a todos, ricos e pobres, e que requerem ações conjuntas de toda a comunidade internacional. O Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), criado em 1988 pela Organização Mundial de Meteorologia e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tem fornecido dados concretos aos governos sobre as mudanças ocorridas em nosso planeta. O Painel é integrado por estudiosos de diferentes países e áreas de conhecimento e está dividido em três grupos, que se aprofundam em temas distintos. O primeiro estuda os aspectos científicos do clima e suas mudanças; o segundo aprofunda análises sobre a vulnerabilidade da natureza e do homem diante das mudanças do clima, enquanto o terceiro levanta as possibilidades de redução das emissões de gases e suas conseqüências sócio-econômicas.

¹⁹ Agência Reuters, 12 de janeiro de 2006.

²⁰ Folha de São Paulo, 10 de janeiro de 2006.

Segundo o presidente do IPCC, o economista Rajendra K. Pachauri, as previsões são preocupantes, pois apontam para um aumento das temperaturas médias da superfície terrestre entre 1,4 e 5,8 graus Celsius. Calculam, ainda, a elevação dos níveis dos mares entre 0,09 e 0,88m e o agravamento das condições do ambiente em todo o planeta, quer por secas ou inundações mais severas, que podem provocar até o desaparecimento de espécies vivas ou de seus *habitat*²¹. O relatório do IPCC vai além e indica que a manutenção do quadro atual poderá trazer, como conseqüência, o desaparecimento de 30 a 40 países, ainda no século XXI. Ilhas do Pacífico, como Tuvalu, e estados mais ricos, como os países baixos, podem ser vítimas das mudanças no clima.

As conseqüências do aquecimento sobre a saúde humana também são preocupantes. A redução ou o desaparecimento de seres vivos utilizados como matéria-prima na indústria farmacêutica e na alimentação do homem, as mudanças nas correntes marítimas influenciando na cadeia alimentar, bem como os abalos na agricultura decorrentes do regime de secas e chuvas e da composição de solos constituem graves sinais de alerta para toda a humanidade.

O Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC (*Climate Changes Synthesis Report*), de 2001, afirma que “há nova e mais fortes evidências de que a maior causa do aquecimento global observado nos últimos cinquenta anos é atribuível a atividades humanas”.

Entre as conclusões do documento podemos destacar: a temperatura média mundial subiu aproximadamente 0,6º C no século XX; a camada de gele e de neve nas montanhas está diminuindo; o nível médio dos mares em todo o mundo cresceu e a temperatura dos oceanos aumentou, além de outras mudanças, como nos níveis de precipitações e secas, freqüência de fenômenos como El Nino e La Nina, entre outros.

A avaliação sobre as Mudanças Climáticas – 2001, Impactos, Adaptação e Vulnerabilidades afirma textualmente que “as mudanças no clima previstas durante o século XXI confirmam o risco potencial de que ocorram modificações futuras em grande escala e,

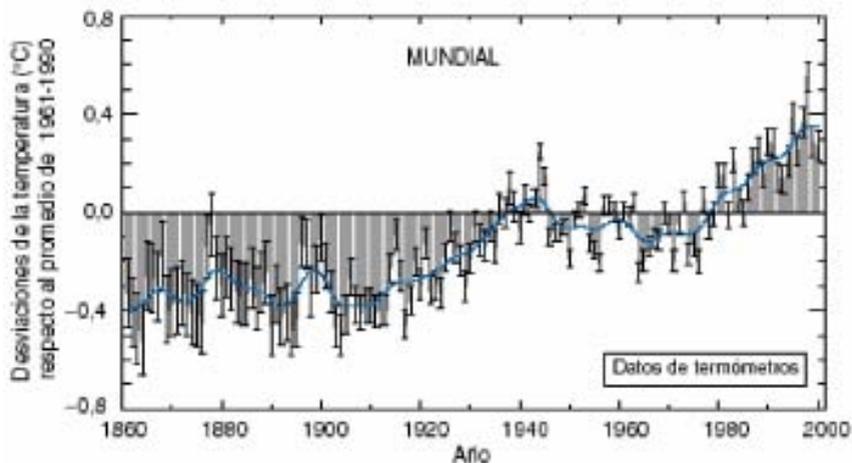
²¹ Jornal O Globo, dezembro de 2004.

possivelmente, irreversíveis aos sistemas terrestres e com impactos de alcance continental e mundial”²².

O quadro abaixo nos mostra a variação das temperaturas na superfície terrestre, no período compreendido entre 1860, ano de início dos registros, e 2000:

Variaciones de la temperatura de la superficie de la Tierra en:

a) los últimos 140 años



Além do impacto ambiental, os reflexos econômicos vêm crescendo e o ano de 2005 apresentou as maiores perdas decorrentes das mudanças climáticas. Segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Annual Report 2005 foram estimadas perdas da ordem de 200 bilhões de dólares (que superam em muito os 145 bilhões de dólares, em 2004), e que estariam ligados, direta ou indiretamente, ao aumento no número de furacões e tormentas da história, desde que foram iniciados registros, em 1860.

Porém, os reflexos econômicos dessas mudanças nas economias dos Estados têm provocado acaloradas discussões. Os Estados Unidos consideram o Protocolo injusto, na medida em que os países em desenvolvimento não necessitariam fazer grandes

²² 3º Informe de Avaliação - Mudanças Climáticas, 2001 - Resumo Técnico.

investimentos em suas indústrias, muitas das quais grandes poluidoras, deixando o ônus nas mãos dos países ricos. Afirmam, ainda, que Kioto está fadado ao fracasso, principalmente por não exigir dos países em desenvolvimento a redução das emissões dos GEE, em especial da Índia e China, incluídos entre os maiores emissores.

Se por um lado os governos relutam em contrariar interesses dos grandes grupos econômicos, em todo o mundo cresce a conscientização dos cidadãos em relação à responsabilidade de todos na preservação do planeta. Em julho de 2002, a Assembléia do Estado norte-americano da Califórnia aprovou projeto de lei pelo qual, somente veículos que emitam menor quantidade de dióxido de carbono deverão ser comercializados. A medida tem efeito prático de médio prazo, na medida em que somente a partir de 2009 estes veículos estarão disponíveis no mercado, mas significou um avanço, pois deu início a um efetivo engajamento das comunidades e forçou os governantes a se comprometer com medidas mais efetivas, dando uma resposta direta a eleitores mais conscientes.

Essas pequenas vitórias vêm ocorrendo em toda a parte e grupos de ambientalistas, como o *Environmental Defense* têm trabalhado no sentido de sensibilizar os Estados a obter adesões, como as conseguidas junto a prefeitos de mais de 200 cidades norte-americanas, inclusive grandes centros como San Francisco, Seattle e Salt Lake City. Nestas cidades, acordos vêm sendo firmados pelos quais as autoridades locais se comprometem a cumprir as normas do Protocolo para a redução das emissões de gases, no âmbito de cada uma das localidades. Como afirmou o porta-voz da organização, Charles Miller, “o importante é modificar a perspectiva. Há muitas coisas que cada um de nós pode fazer”²³.

O Relatório de Avaliação do IPCC já referenciado indicou que o impacto econômico das medidas previstas no Protocolo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) da maior dos países industrializados, no ano de 2010, será inferior a 1%, sem considerar o comércio das emissões. Considerando esse comércio, os custos se reduzem ainda mais, ficando abaixo de 0,5%. Para que se possa melhor avaliar o pequeno impacto que teria na economia das nações,

²³ Agência EFE, 29 de março de 2006.

previsões daquela instituição indicam que, se considerarmos a União Européia, significaria um crescimento absoluto da economia, no período de 1995 a 2010, de 21,9%, ao invés dos 22% previstos.

Para outros países, as mudanças decorrentes do Protocolo poderiam até representar um crescimento do PIB. Este é o caso do Japão que, por conta dos incentivos previstos no acordo para a inovação e eficiência energética, poderia obter ganhos com sua aplicação. O mesmo se aplicaria à economia dos países em desenvolvimento, por força do acesso ao novo mercado e aos benefícios econômicos decorrentes da redução da contaminação ambiental e seus danos. Segundo dados da consultoria Point Carbon, o mercado global de créditos de carbono deve atingir, em 2007, o significativo volume de U\$ 13 milhões²⁴.

Sem dúvida, aos benefícios econômicos a causa ambiental também goza de grande apelo junto à opinião pública, na medida em que as populações - cientes dos danos e suas conseqüências, demonstram maior preocupação com as mudanças climáticas e cobram de seus governantes, ações concretas a respeito do assunto.

A pressão feita sobre os países industrializados, responsáveis por boa parte das emissões, deve-se ao fato da atmosfera não conhecer fronteiras nacionais. Logo, se um Estado investe no controle sobre a emissão de poluentes e outro país não o faz, as conseqüências alcançarão a toda a região, independentemente da condição de autor ou vítima. Se os Estados forem obrigados a fazer investimentos no desenvolvimento de mecanismo limpo ou na compra de cotas de outro país, do ponto de vista ambiental, teríamos um avanço e o objetivo de Kioto teria sido alcançado.

A história nos mostra que os países desenvolvidos foram os maiores responsáveis pelas emissões, e deverão arcar com os prejuízos causados ao meio ambiente ou fazer investimentos na recuperação e/ou manutenção das áreas verdes do planeta que, em sua grande maioria, encontram-se nos países em desenvolvimento. O aumento dos GEE resulta da queima dos combustíveis fósseis nas indústrias, dos veículos, do tratamento dos lixões e esgotos, das atividades agropecuárias, enfim é

²⁴ www.pointcarbon.com

lícito afirmar que estão intimamente ligadas à própria atividade humana. O Protocolo enfatizou as Reduções Certificadas de Emissões (CER) e, em seu artigo 12 a busca dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), como alternativas limpas de geração de energia, reduzindo a emissão de CO₂ na atmosfera. Há, ainda, o chamado “Seqüestro de Carbono”, que ocorreria por meio da ampliação de florestas e áreas verdes, que permitem a absorção do dióxido de carbono por meio da fotossíntese.

Os países que necessitam reduzir suas emissões podem emitir Certificados para cada tonelada de gases do efeito estufa que deixam de emitir, ou que sejam retirados da atmosfera, e podem, ainda, comercializar esses CER's com outros Estados que não carecem de redução.

Desde 2002, existe o chamado Mercado de Carbono, que funciona com transações entre países vendedores e compradores de créditos de carbono e, desta forma, podem alcançar as metas de redução que foram acordadas pelo Protocolo. Os principais clientes deste mercado são empresas e os próprios governos dos Estados relacionados no Anexo I anteriormente citados. Neste mercado, os Estados compram o “direito de poluir”, por meio de investimentos na redução de emissões, no reflorestamento ou mesmo em projetos de energia limpa.

No caso do Brasil, em dezembro de 2004, foi criado o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), como resultado da parceria entre a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e que funciona como fórum para negociação de títulos por projetos que promovem a redução das emissões de gases do efeito estufa. Na América Latina, o Brasil responde por cerca de vinte por cento do total de créditos de carbono negociados em toda a região, seguido pela Colômbia, Panamá, Costa Rica e Peru, de acordo com dados de fevereiro de 2005, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República²⁵.

Atualmente, um dos principais mercados na comercialização de carbono é o europeu, com vários países negociando créditos,

²⁵ OCadernos NAE - Volume 2, abril de 2005.

com destaque para a Holanda. Até mesmo os Estados Unidos, que não ratificou o Protocolo, comercializa créditos, por meio da Bolsa do Clima, que funciona em Chicago, e foi criada em 2003.

O efeito estufa causado pela emissão de gases na atmosfera é medido pelo Poder de Aquecimento Global (GWP) de cada um deles. Em consequência, os gases que possuem maior índice de aquecimento apresentam maior cotação na Bolsa do Clima, e são cotados a preços diferentes por cada tonelada reduzida, e proporcional a seu GWP. Por exemplo, uma tonelada de metano reduzida na atmosfera é cotada por um preço superior à mesma proporção de dióxido de carbono. De modo a simplificar a contabilização e troca no mercado, todos os gases são negociados por toneladas de dióxido de carbono equivalente, o que corresponde à abreviatura considerada - TCO₂E.

Quanto às cotações dos gases, presentemente variam de U\$ 3,5 a U\$ 5,7 por TCO₂E, pagos respectivamente pelos Fundos do Banco Mundial e pelo governo da Holanda, variando conforme as negociações entre empresas e Estados.

Talvez surja algum desapontamento entre os cidadãos comuns verificar que a intenção original da Organização das Nações Unidas contra a degradação do meio ambiente de nosso planeta possa vir a ser desvirtuada e se transformar, tão somente, em mais uma forma de lucro, por meio de um novo ativo financeiro.

A verdade que sabemos é que são poucas as certezas. O Professor Dr. Arnaldo César da Silva Walter, coordenador do Curso em Gestão Ambiental da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que as causas do efeito estufa são diversas, relacionando entre elas, além dos gases tão amplamente utilizados na vida moderna, a própria respiração dos seres vivos, os processos de fermentação e os acidentes como vazamentos de óleo e gases. A existência da vida animal e das florestas é responsável por grandes emissões de dióxido de carbono atuando, ao mesmo tempo, como agente e paciente do efeito estufa. Apenas para que se tenha uma idéia mais concreta, pesquisa realizada pela Embrapa Pecuária Sudeste, em parceria com a Embrapa Meio Ambiente aponta que um bezerro de cerca de 400kg é responsável pela emissão de 70kg de metano/ano.

Não podemos esquecer que o efeito estufa é observado em nosso planeta independente dos avanços da vida moderna e é responsável por torná-la habitável, não devendo pois ser visto como um malefício.

O grande mérito do Protocolo de Kioto reside no fato de ampliar a discussão sobre as modificações que estão ocorrendo na Terra e de suas conseqüências para a vida humana. A consciência dos fatos aumenta a responsabilidade dos Estados e seus governantes, ampliando as discussões sobre as mudanças que devem ser realizadas e de seus reflexos, que deixam de ser apenas econômicos, mas que ganham forte conotação política e social. Talvez o mais importante seja lembrar a missão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, que destaca que cabe a todos nós o cuidado com o meio ambiente, dando aos povos os meios para melhorar a qualidade de vida sem, contudo, pôr em risco a vida das futuras gerações.

Bibliografia:

Convenção sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, Montreal, 1987.

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Nova Iorque, 1992.

Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Kioto, 1997.

Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Bonn, 1999/2001.

Mudanças Climáticas, Realismo e Multilateralismo, Ribeiro, Wagner C., 2002.

Mudanças Climáticas, Protocolo de Kioto e Mercado de Carbono, Cenamo, Mariano C., 2004.

www.embrapa.br

www.greenpeace.org.br

www.ipcc.ch

www.brasil.gov.br

www.unep.org

www.brasilpnuma.org.br

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808-947X



9 771 808 947 002

www.esg.br/cee
cee@esg.br